

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Marcos Amâncio da Silva

O negro no mercado de trabalho: a reiteração da histórica
exclusão na década de 1990.
Sua expressão no ABC Paulista

MESTRADO EM HISTÓRIA

São Paulo
2009

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Marcos Amâncio da Silva

O negro no mercado de trabalho: a reiteração da histórica
exclusão na década de 1990.
Sua expressão no ABC Paulista

MESTRADO EM HISTÓRIA

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História, pela Prof^a. Dra. Vera Lucia Vieira

São Paulo
2009

DEDICATÓRIA

Para o meu pai, minha mãe e meu
irmão Luis,
cujos corações pararam de bater
muito cedo;
Mas, trago em minhas memórias suas
lembranças!

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, por iluminar o meu caminho por ter colocado pessoas boas na minha vida.

Aos meus pais Francisco e Benedita, que nos ensinaram ter amor próprio e respeito pela vida e, diante de inúmeras dificuldades nunca desistiram de seus treze filhos, aos meus onze irmãos vale apenas acreditar e realizar.

À minha querida e encantadora esposa Eurides, sem qual este trabalho não seria possível. À minha linda filha Gabriela (7) que foi a minha inspiração para continuar nos momentos difíceis.

Ao governo do Estado de São Paulo e a Secretaria de Estado da Educação, que através do programa bolsa mestrado, garantiu o subsídio financeiro que possibilitou a conclusão desse trabalho.

À Maria Carmem de Paula Freitas, dirigente regional de Ensino, a Conceição Aparecida Garcia Brunelli, supervisora de ensino e mestre em educação pelas dicas e conversas; Admir Barbosa supervisor de ensino responsável programa bolsa mestrado da diretoria de ensino de Diadema, por ser paciente em épocas de tempestade.

À professora Doutora Vera Lúcia, minha orientadora, pela sua excelente orientação; pelo incentivo e desafio proposto e pela coragem de apontar caminhos quando eu não encontrava.

Às professoras e Doutoradas Ivone e Fabiana, membros da Banca de Qualificação e Defesa, pelas relevantes e valiosas sugestões.

Aos funcionários e professores da PUC pelo profissionalismo, em especial a Betinha do departamento de pós-graduação de história, pelo cuidado, pela paciência que com seu sorriso transformou nossos dias na Universidade mais tranquila e serena.

Aos meus amigos e companheiros de caminhada por uma educação melhor o professor e Doutor em educação Jose Luis Feijó Nunes, que mostrou-me que era possível, e o Mestre em filosofia Antonio Jovem Filho amigo que se transformou em irmão por aceitar caminhar junto.

Aos meus amigos de caminhada e reflexão na PUC o Doutorando em Historia Luis Claudio e o mestrando em Historia Klayton Costa.

A toda direção da escola João Ramalho de Diadema, na pessoa da diretora Vera Lucia Baptista. Aos professores da mesma, em especial professora Laís pela sabedoria e amizade, professora Claudia e Cristiane, ambas doutoranda pela USP, pelas dicas e conversas e o professor Antonio Sotero pela amizade; aos funcionários e alunos. A Todos quero dizer valeu e vale!

A vida só é possível se for reinventada.
Cecília Meireles

*A crítica não retira das cadeias as flores ilusórias
Para que o homem suporte as sombrias e nuas cadeias,
Mas sim para que se liberte delas e brotem flores vivas.*
Karl Marx,

RESUMO

Os anos 90 foram marcados no mundo do trabalho pela reestruturação produtiva, decorrente das políticas econômicas neoliberais. A substituição de trabalho Taylorista e fordista pelo toyotismo geraram a exclusão de milhares de trabalhadores dos setores produtivos, restando aos que ficaram a submissão ao que se denominou flexibilização do trabalho. Ou seja, a submissão à subcontratação, à empreita de trabalhos e serviços temporários (formas de intermediação de mão-de-obra), o retorno à produção a domicílio. Esta flexibilização que ampliou a exploração do trabalhador, afetou mais intensamente os negros, já inferiorizados historicamente, para o que incidem diversos fatores.

O objetivo deste trabalho foi analisar as evidências desta discriminação que não apenas dá continuidade à desqualificação do trabalhador negro no mercado de trabalho, mas a amplia, incidindo diretamente em suas condições de vida e auto-estima. Apesar do discurso oficial de garantia da inclusão social da população afro-descendente e de democratização do mundo do trabalho, a condição objetiva destes sujeitos sociais em termos de reconhecimento de condições iguais não se verifica.

Para esta análise nos apoiamos em documentos vários, que vão desde dados estatísticos comprobatórios da manutenção desta condição de subalternidade, até discursos de empresários, sindicatos, governos, instituição financeira, além dos do movimento negro.

Enfatizamos tais questões na região do grande ABC, onde analisamos a incidência da reestruturação produtiva na década de 1990 e as modificações ocorridas no mundo trabalho, onde se verifica a quase ausência da força de trabalho afro-descendente.

Em conclusão observamos a reiteração de um padrão histórico de racismo, que em muito contribui para ampliar as já vigentes dificuldades de ascensão social, aprofundadas para todos nas condições da reestruturação produtiva.

ABSTRACT

The 90's were marked by the productive restructuring of the labour market due to the neoliberal economic politics. The replacement of the Taylorism and Fordism methods of production by the Toyotism method generated the exclusion of thousands of workers from the productive sectors leaving for the remaining workers the submission to what was denominated work flexibility, that is, the submission to subcontracting, contraction of temporary services and labour (as means of intermediating labour) and the return to household production. Such flexibility, which has enlarged workers' exploitation, affected more intensively the African-descendants that have historically been inferiorized.

The objective of this work was then to analyze evidences of such discrimination that not only continues to disqualify the African-descendant workers in the labour market but also amplifies it focusing directly in their life conditions and self-esteem.

Despite the official discourse guarantees the social inclusion of the African-descendant population and the democratization of the labour market, the objective conditions of these social subjects in terms of recognition of equal living conditions is not present.

For this analysis, we have as support several documents that range from statistics data corroborating the maintenance of this subaltern condition, the discourse of businessmen, parties, governments, financial institutions and the discourses of the African-descendants' movement.

We emphasized such issues in the region of the "ABC" (which stands for "Santo André, São Bernardo do Campo" and "São Caetano do Sul") where we analyzed the incidence of the productive restructuring in the 90's and the modifications that took place in the labour market where we have noticed almost an entire absence of the African-descendant as workforce.

In conclusion, we observe a repetition of a historical pattern of racism that greatly contributed to enlarge the current difficulties of social ascent, deepened for those who are in conditions of productive restructuring.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I	
A inclusão marginal do negro no mercado de trabalho.....	16
1.1 - A perpetuação da inclusão marginal	27
CAPÍTULO II	
O impacto do neoliberalismo e da reestruturação industrial no ABCDMRR.....	37
2.1 - Organização do Trabalho no Século XX.....	45
2.2- O neoliberalismo à brasileira	62
2.3 - A retomada das bandeiras contra a desigualdade	66
2.4 - Trabalhadores negros do ABCDMRR no contexto da reestruturação produtiva.....	70
CAPÍTULO III	
Afro Descendente na Sociedade Brasileira.	77
3.1 - O Movimento Negro e suas Histórias	80
3.2 - As cotas dos afros descendentes após 300 anos do Zumbi dos Palmares.....	91
3.3- O negro no mercado de trabalho informal e formal.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
BIBLIOGRAFIA.....	112
FONTES DOCUMENTAIS.....	119
ENTREVISTAS.....	119
ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE A SITUAÇÃO DO NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO NO ABC PAULISTA.	119

INTRODUÇÃO

A questão racial não é somente um problema de nosso passado. No capitalismo do século XXI é um dos desafios mais intrigantes a serem analisados. Isto porque o neoliberalismo trouxe um conjunto de transformações sociais e estabeleceu uma nova orientação sobre as questões que envolvem as desigualdades nas diferentes populações em todo o mundo. A condição da população afro-descendente modifica-se em função da disputa de poderes, nas mudanças econômicas, sociais e culturais, mas algumas de suas características vêm sendo continuamente reiteradas e dentre estas a discriminação no campo do trabalho ganha destaque.

Compreender como se manifesta tal questão que se manifesta como uma forma sutil de racismo é um dos desafios com o qual nos defrontamos na época da globalização, das novas formas de tecnologia, dos novos padrões de produção das mercadorias e das relações sociais advindas deste capitalismo do novo século. A questão racial revela, de forma evidente ou obscurecida, como funciona a fábrica da sociedade e as relações sociais.

Desta forma, vista numa perspectiva mais ampla, o Brasil na história do mundo moderno – e, particularmente, as relações sociais advindas com o neoliberalismo e a globalização do século XXI - é também a história da questão racial, configurando-se num dos dilemas da modernidade neste país.

Ao lado de outros dilemas, também fundamentais, como as contradições das classes sociais e a relação dos indivíduos nestas classes, as guerras religiosas, as desigualdades das questões de gênero e o papel da mulher na sociedade, o meio ambiente e a sociedade, a questão racial revela-se um desafio permanente, tanto para indivíduos e coletividades, como para os cientistas sociais e os intelectuais de um modo geral.

Para a academia, são muitas as indagações e pesquisas que estão colocadas. Uns e outros que participam e fazem o seu cotidiano, com frequência são desafiados a viver situações e a interpretá-las, buscando uma aproximação com a realidade.

Sem resolver a situação, o mundo ingressa no século XXI debatendo-se com a questão racial, tanto quanto com a intolerância religiosa, a contradição natureza e sociedade, a igualdade da mulher, as tensões e lutas de classes. São dilemas que permanecem na etapa atual do desenvolvimento da sociedade e, de certa forma, expressam, por um lado, a crise econômica e social, e, por outro, as interpretações e as perspectivas de todos com esta sociedade.

Esta é, em síntese, uma hipótese com a qual nos defrontamos todos os dias: a sociedade burguesa, capitalista, fabrica continuamente formas de discriminação racial, assim como as demais desigualdades. Ou seja, ao contrário do que permeia o dito senso comum, de que a discriminação racial seria apenas a herança de trágicos períodos em que convivemos com a escravidão, o que temos nesta atual fase do capitalismo são novas formas que recriam e refazem o racismo, dele se aproveitando para lucrar mais. Em outras palavras, a discriminação racial é utilizada para justificar social e economicamente uma exploração extra da força de trabalho negra. O mesmo acontece, com suas especificidades, com a mulher.

Com a globalização desenvolve-se e intensifica mais um ciclo de discriminação racial nesta sociedade que, na década de 1990, aspirava ingressar no patamar dos países desenvolvidos, mas que, assim como se observa no mundo em relação aos demais movimentos sociais que envolvem feministas, reivindicações étnicas, tensões e lutas religiosas, o homossexualismo etc., tais questões ainda estão longe de serem resolvidas, particularmente no universo do mundo do trabalho.

O Estado moderno brasileiro tem se manifestado reconhecedor das desigualdades, tem promovido um conjunto de ações que visam diminuir ou equacionar as diferenças raciais em nosso território. No centro destas políticas afirmativas, estão às políticas que visam à inclusão social, que segundo os responsáveis pelo governo e pela implementação destas políticas têm fortalecido a diminuição das desigualdades, promovendo maior oportunidade para todos os negros ou afro-descendentes.

Mas o senso comum e experiências de vida demonstram que há uma grande distância entre o apregoado pelo discurso oficial e a realidade dos indivíduos afro-descendentes. Daí o interesse em avaliar e estudar a questão da inclusão da mão-de-obra negra no mercado de trabalho do século XXI nesta região. Pois, se estamos na era do maior número de desempregados de toda a história do capitalismo, é

necessário que se estude como está colocada a questão da força de trabalho dos negros neste quadro atual de desenvolvimento da sociedade.

O atual estágio de desenvolvimento do capitalismo mundial continua marcado pelas grandes contradições sociais, culturais e econômicas entre as nações desenvolvidas e os países dependentes, mantendo-se, apesar do desenvolvimento, suas condições de subordinação. Isto apesar da propaganda que os maiores teóricos capitalistas fazem aos quatro cantos do mundo globalizado, sobre a vitória do capitalismo sobre o socialismo e do quanto este sistema tem proporcionado o desenvolvimento dos países pobres e melhorado a vida de suas populações, a realidade é bem outra.

Ao contrário, a época neoliberal e da globalização tem aumentado, e muito, a concentração da riqueza. A maior parte do dinheiro e da riqueza mundial continua circulando nos países industrializados e, quando circula pelas economias dos países subdesenvolvidos, é apenas como capital volátil, de investimento nas Bolsas de Valores, o que não significa um aporte de capital na infra-estrutura destas nações.

O número de pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia subiu de 1,2 bilhão, em 1987, para 1,5 bilhão, em 1999. O crescimento dos países emergentes em 1999 ficou em torno de 1,5%, o pior desempenho em 17 anos. (Armando Boito Jr. 1999)

As grandes contradições do sistema capitalista não foram resolvidas na etapa anterior (dissolução dos Estados operários do Leste Europeu, fim da União Soviética, fim da Guerra Fria etc.:). Ao contrário, continuam determinando o funcionamento da economia do sistema capitalista e da sociedade atual¹.

É esta sociedade que produz todos os dias um contingente de negros e negros, que estão fora do escasso mercado de trabalho do direito à saúde, à educação de qualidade, à moradia, ao saneamento básico etc.

No Brasil, governo após governo, a situação não é diferente. Nos grandes centros urbanos, a contradição entre negros e brancos é cada vez mais acentuada, e os índices da discriminação racial não são apenas um produto histórico, mas uma nova forma de exploração da sociedade globalizada do século XXI. Sabemos que a abolição da escravatura no Brasil não livrou os ex-escravos da discriminação racial,

¹ Neste sentido ver, dentre vários outros autores que tratam da crise do capitalismo no mundo atual, MÉSZÁROS, István. (1989). *Produção Destrutiva e Estado Capitalista*, São Paulo: Ensaio. ANTUNES, Ricardo (2000), *Adeus ao Trabalho?* São Paulo: Cortez;

como a exclusão e a miséria. A discriminação racial que estava vinculada à escravidão emerge, após a abolição, transpondo-se para a opressão contra os negros. Mais do que isso, ela passou a ser um dos determinantes do destino social, econômico político e cultural dos afros brasileiro².

Segundo Florestan Fernandes³, deixados à própria sorte, e, além disso, sem capital social, ou seja, sem o conjunto de relacionamentos sociais que uma família ou um indivíduo tem para a sua manutenção e reprodução, os ex-escravos perceberam que a luta pela liberdade fora apenas o primeiro passo de uma longa trajetória em busca da obtenção da igualdade racial. Tornou-se necessário lutar pela “segunda abolição”⁴ e os negros perceberam rapidamente que tinham que criar técnicas sociais para melhorar a sua posição social e obter mobilidade social vertical, visando superar a condição de excluídos ou miseráveis.

No Brasil, particularmente nos grandes centros urbanos, a questão racial na sociedade do século XXI é fator de inúmeras publicações e acalorados debates a respeito do papel do Estado nas políticas públicas em relação ao assunto.

No entanto, os números e as notícias de jornais sobre discriminações sofridas por estes integrantes dos segmentos sociais mais pobres mostram parte de uma faceta política do projeto neoliberal de inclusão social do negro na sociedade brasileira. Nesse sentido, temos aqui uma reedição da política liberal utilizada pelos abolicionistas no final do século XIX: libertar os negros, mas negar a eles uma “plena inclusão social”.

Dados mostram que os negros constituem quase 40% do total da população economicamente ativa do país (INSPIR- 1999). Mesmo tendo participação maciça no mercado de consumidores, estão longe de conquistar posição de destaque em postos de trabalhos, particularmente na região que é objeto de nosso estudo, ou seja, na Grande ABC paulista.

Pesquisas recentes constataram, por exemplo, que nos postos de chefia de grandes empresas apenas 2,6% são negros⁵. Se considerarmos que 46% da população brasileira é constituída pela etnia afro descendente (negros) de acordo

² HASENBALG, Carlos (1979); *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.

³ BASTIDE, Roger. E FERNANDES, Florestan. (1955) *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi.

⁴ BATISDE, Roger. E FERNANDES, Florestan. (1955); *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi.

⁵ A Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a Fundação Getúlio Vargas e o Instituto de Pesquisa ETHOS em 2005, realizaram a pesquisa junto às maiores empresas do país, em sua maior parte no estado de São Paulo e na região do Grande ABC.

com o IBGE, este é um índice assustador que evidencia a exclusão no mercado de trabalho como um problema social e de discriminação racial na história do país.

Na região do ABC paulista as características acima apontadas incidem radicalmente, pois é uma das regiões de maior desenvolvimento industrial do país, local em que o carro chefe da economia está localizado e que possui uma das maiores áreas de concentração de trabalhadores. Aí a questão do trabalho dos negros e da chamada inclusão social é uma das principais evidências da questão da igualdade/desigualdade existente até os dias de hoje.

O nosso trabalho de pesquisa pretende entender a dialética de inclusão e exclusão do negro, neste período de predomínio do projeto neoliberal, no mercado de trabalho na região do grande ABC, ou seja, na década de 1990.

O principal objetivo é analisar, constatar como se dá a inserção da mão-de-obra da população negra no mercado de trabalho na região do Grande ABC paulista na década de 1990 sob o impacto da globalização, do ponto de vista social e no mundo do trabalho.

Esta região formada por sete municípios da grande São Paulo, - Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra -, está localizada a cerca de 20 quilômetros da capital de São Paulo e 45 quilômetros do porto de Santos. Possui uma população atual perto de 2,35 milhões de pessoas⁶ e abrange uma área total de 841 km².

Para a elaboração do presente estudo verificamos os dados estatísticos da região, documentos dos sindicatos, dos institutos de pesquisas especializados, (sindicatos dos metalúrgicos do ABC de 1980 a 1999, institutos ETHOS de 2006, DIESE de 1999 e IBGE de 2001) o que nos permitiu refletir sobre a questão, além de entrevistas com trabalhadores visando situar suas experiências e vivências em face às transformações e alterações pelas quais passou a região no período, assim como suas condições de inserção no mercado de trabalho na região.

No nosso entender, a relevância social principal deste trabalho é contribuir para que seja esclarecida à população afro-descendente e à sociedade em geral a situação do negro no mercado de trabalho na região do ABC nos dias de atuais.

O termo região não se refere, neste texto, apenas a um espaço físico geográfico, assumindo contornos e significados diferentes. Ela é vinculada e está

⁶ Censo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2000.

sendo empregada associada à localização e à extensão de certo fato ou fenômeno decorrente das relações societárias mais ou menos habituais que se manifestam em determinados limites espaciais. Conforme Roberto Castro (2006) a noção de região passa ser um meio e não mais um produto, ou seja, uma expressão da sociabilidade vigente em uma dada coletividade, ou comunidade.

Consideramos que a região do ABCBMRR pode ser tomada como um lugar de reflexão política de base territorial, onde se colocam em jogo comunidades de interesses, com certa autonomia em relação a um poder central, onde aparecem elementos da localidade com características próprias. Ou seja, a região do ABCDMRR é tomada por nós também um espaço de fundamento político, econômico, de controle e gestão de um território. Conforme o geógrafo Milton Santos:

uma região é uma sociedade historicamente desenvolvida e territorialmente continua que possui um ambiente físico, sócio econômico, um meio político e cultural, e estrutura espacial distinta de outras regiões e das unidades territoriais principais (cidades e nações) para Milton Santos (...) a definição de região, tem que se levar em consideração o meio técnico científico informacional⁷

O entendimento de tal configuração nos remete a uma série de fatores que perpassam a construção de nossa dinâmica sócio-histórica e que evidenciam a forma particular do nosso sujeito social em uma permanente condição de inclusão marginal, no cotidiano das empresas na região do ABC paulista.

Tais são as reflexões que desenvolvemos neste trabalho que apresentamos nos capítulos a seguir.

No capítulo I, abordamos a formação da região do grande ABCDMRR e o impacto do neoliberalismo e da reestruturação industrial na região. Trabalhamos as relações entre capital e trabalho, e apontamos a situação dos trabalhadores negros no contexto da reestruturação produtiva.

No capítulo II é abordada a forma de trabalho, os modos de luta destes sujeitos e a organização do trabalho formal e informal, as lideranças negras e as políticas de inclusão do negro no mercado de trabalho no ano de 1998, no ABCDMRR paulista.

⁷ SANTOS, Milton (1998). *Técnica Espaço Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional*, Hucitec.

No capítulo III, abordamos as formas de diálogos, a experiências dos trabalhadores afro-descendentes no trabalho formal e informal e, ainda os diálogos entre o mundo do trabalho formal e informal; e quais os impactos que estes diálogos causaram na vida da população afro-descendentes.

Este não é um trabalho conclusivo. Em seu conjunto, as reflexões aqui presentes procuram sistematizar um debate que possa fortalecer o caminhar que todos continuam lutando por uma sociedade melhor, entendendo que se as diferenças são naturais entre os indivíduos, não o são desigualdades sociais, econômicas, raciais.

CAPÍTULO I

A inclusão marginal do negro no mercado de trabalho

O processo de abolição da escravidão no Brasil, não é produto de nenhuma revolução democrática, na qual as antigas estruturas de poder do regime anterior, a monarquia, tivessem sido modificadas. Ou seja, no que se refere à questão da terra, o latifúndio monopolista permaneceu praticamente do mesmo modo. Este problema vai persistir após a abolição e ainda nos dias de hoje se mantém a produção monopolista em que pesem as transformações tecnológicas introduzidas no campo e que hoje são conhecidas como o agro-negócio.

Da mesma forma, o processo da libertação dos negros não veio no interior de alguma alteração radical de sua inserção na nova sociedade que surgia, apesar dos preceitos políticos sobre a República e a crescente urbanização que se verificava em alguns centros urbanos do país.

O processo abolicionista foi o produto de um compromisso entre os liberais e republicanos que discutiam tal causa, com os defensores do velho regime. De um lado, se punha a pressão internacional, particularmente a inglesa que, adentrando à sua revolução industrial necessitava da transformação do trabalhador em um possível consumidor de seus produtos. Por outro lado, internamente, tanto liberais, quanto republicanos e os defensores do velho regime, sentiam, de um lado, o problema econômico de manter a escravidão. Neste sentido Boris Fausto pondera que:

Para os grandes latifundiários, o fim do tráfico negreiro, em 1850, trouxe inúmeros problemas, a começar pelo preço do negro, que nesta época subiu mais de 400%⁸.

Além disto, percebiam que era necessário abrir uma válvula de escape para a crescente revolta negra, manifestada em fugas, criação de quilombos e revoltas regionais, que poderiam prenunciar um processo revolucionário no país, o qual poderia fugir ao controle das classes dominantes.

A saída econômica para este problema era a "importação" de mão-de-obra estrangeira. Portanto, a introdução da mão-de-obra dos imigrantes, a partir do final

⁸ FAUSTO, Boris (1998), p. 290, *Trabalho Urbano e Conflito Social*, São Paulo: Difel.

do século foi incentivada pelo Estado nacional e a imigração ganhou impulso. Celso Furtado afirmar que:

Pela metade do século XIX, a força de trabalho da economia brasileira estava basicamente constituída por uma massa de escravos que talvez não alcançasse dois milhões de indivíduos. Qualquer empreendimento que se pretendesse realizar teria de chocar-se com a inelasticidade da oferta de trabalho. O primeiro censo demográfico, realizado em 1872, indica que nesse ano existia no Brasil aproximadamente 1,5 milhões de escravos. Tendo em conta que o número de escravos, no começo do século, era de algo mais de um milhão, e que nos primeiros cinquenta anos do século XIX se importou muito provavelmente mais de meio milhão, deduz-se que a taxa de mortalidade era superior à de natalidade⁹.

O país favoreceu imensamente a entrada de trabalhadores de vários países e de várias regiões diferentes. Com isso, a população escrava que atingia os índices de 50% na época da independência do país, em 1822, não passava de 5% no final do século.

Entre os anos de 1888 a 1900, somente o Estado de São Paulo recebeu cerca de 800.000 imigrantes, um número que já era superior ao da população escrava em todo o país no ano de 1887.

Esta não era a única modificação que sofria a sociedade brasileira. Juntamente com isto, a economia do país passa por um conjunto de transformações que são produtos da crescente penetração inglesa na economia (estradas de ferro, bancos, indústrias etc.).

Assim, os grandes latifundiários, principalmente os cafeicultores de São Paulo, passaram a organizar a sua produção de forma a depender menos da mão-de-obra escrava, e quando utilizada, era formada basicamente de imigrantes. A mão-de-obra negra já não compensava financeiramente, pois exigia um investimento de capital para a compra dos escravos.

A abolição foi, portanto, o resultado das inúmeras pressões sociais internas e, ainda, da cobrança internacional, notadamente da Inglaterra.

Neste contexto, republicanos e monarquistas articularam uma transição do regime, sem que houvesse uma verdadeira mudança em suas bases sociais, notadamente nas relações de produção no campo. O conservadorismo que exclui os segmentos sociais populares dos processos decisórios sobre os rumos do país, já se manifestavam desde o império quando o Brasil, diferentemente do que acontecia

⁹ FURTADO, Celso. (1964), p.141, *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional.

com os outros países latino-americanos, não rompe com a Metrópole. Até porque, para tal ruptura, seria necessário contar com os trabalhadores, fossem eles do campo ou dos centros urbanos, o eu era inconcebível para nosso país escravocrata¹⁰.

O fracasso daquilo que pode ter sido uma revolução democrática no Brasil, foi, desde o início, a marginalização da imensa massa de negros que, recém liberta, não teve acesso ao mercado de trabalho.

Na nova república conservadora, gestada pelo alto, entre as elites rurais e urbanas, os negros sofrem então uma dupla rejeição: são considerados inaptos para o trabalho urbano e são rejeitados por não contribuírem para o branqueamento da nação. Mas como esta sociedade não pode prescindir de seus trabalhos e nem abstrair sua existência, sua inclusão de dá de forma marginal. Marginal nos assentamentos urbanos que gerarão as favelas, lugares inóspitos onde podiam sobreviver sem serem agredidos diretamente, pois poucos se aventuravam a adentrar a tais espaços. Marginal na inserção no mercado de trabalho, pois ocupam sempre postos de subalternidade, olhados pelos próprios pares como seres inferiores, destituídos de condições de aprendizagem e capacidade para assumir responsabilidades por tarefas mais complexas.

Como as grandes questões envolvendo a posse da terra, o financiamento da produção e a influência econômica e política daqueles detentores do poder, não foram modificados, e com o monopólio da terra preservado, a libertação dos escravos não significou senão uma mudança na forma da exploração.

Os escravos, agora libertos, não podiam se transformar em pequenos proprietários, arrendatários ou qualquer outra forma que significasse uma real mudança em sua vida. Com a chegada dos imigrantes, os negros libertos nem mesmo poderiam ser os novos vendedores da mão-de-obra, de sua força de trabalho, o que os condenava à marginalização e ao trabalho desqualificado na nova sociedade.

Assim, mesmo com o advento da República, os interesses dos grupos que dominavam o país na monarquia precisavam se mantidos e assegurados. Da mesma forma, com o fim da escravidão, os interesses dos nobres brancos precisariam estar perfeitamente garantidos apesar da libertação dos negros.

¹⁰ CARDOSO, Marcos (2006). *Movimento Negro*, Belo Horizonte: Maza edições.

Interesses estes que não se restringiam aos econômicos, mas eram também sociais e culturais, pois não comportavam a possibilidade do negro liberto transformar-se num fazendeiro promissor e futuro mandante da política nacional. IANNI ainda aponta que:

Assim, o negro cidadão não é o negro escravo transformado em trabalhador livre. O negro cidadão é apenas o negro que não é mais juridicamente escravo. Ele foi posto na condição de trabalhador livre, mas nem é aceito plenamente ao lado de outros trabalhadores livres, brancos, nem ainda se modificou substancialmente em seu ser social original. É o escravo que ganhou a liberdade de não ter segurança; nem econômica, nem social, nem psíquica.¹¹

Mantendo-se as velhas estruturas sociais também estavam mantidas as visões que a elite branca tinha do homem negro e de sua família. Todo o problema, a partir deste momento, consistia em adequar o grande contingente de negros libertos à estrutura social do país que, como já vimos não seria modificada.

Por diversas razões, o negro que ganhou a liberdade e saiu da fazenda, da senzala para as cidades, não se transformou, do dia para a noite, em um homem livre. Esse homem que não dispõe dos mínimos recursos sociais, culturais, psicológicos e econômicos, passa a verificar, na prática, sob a condição de homem livre, que foi duramente espoliado. Ou seja, é como homem livre juridicamente que o negro vai perceber que não é um homem livre. É que conclui Boris Fausto:

Apesar das variações de acordo com as diferentes regiões do país, a abolição da escravatura não eliminou o problema do negro. A opção pelo trabalhador imigrante, nas áreas regionais mais dinâmicas da economia, e as escassas oportunidades abertas ao ex-escravo, em outras áreas, resultaram em uma profunda desigualdade social da população negra. Fruto em parte do preconceito, essa desigualdade acabou por reforçar o próprio preconceito contra o negro. Sobretudo nas regiões de forte imigração, ele foi considerado um ser inferior, perigoso, vadio e propenso ao crime; mas útil quando subserviente.¹²

Ou, ainda, como afirmou Florestan Fernandes,

Não só os mecanismos de dominação racial tradicionais ficaram intactos. Mas a reorganização da sociedade não afetou, de maneira significativa, os padrões pré-estabelecidos de concentração da renda, do prestígio social e do poder. Em consequência, a liberdade conquistada pelo “negro” não produziu dividendos econômicos, sociais e culturais. Ao contrário, dadas certas condições especificamente históricas, do desenvolvimento econômico da cidade, ela esbarrou com as pressões diretas e indiretas da substituição populacional. (FERNANDES, 1965, pág 388-389).

¹¹ IANNI, Otávio. (1972), p.49, *Raças e Classes Sociais no Brasil*, São Paulo: Brasiliense.

¹² FAUSTO, Boris (1998), p.221. *Trabalho Urbano e Conflito Social*, São Paulo: Difel.

Observada de uma maneira mais geral, a abolição foi um processo muito mais de caráter político do que propriamente econômico. A escravidão tinha mais importância como base política e econômica de um sistema regional de poder (com as regiões bem definidas, como o Nordeste, o Sudeste e o Sul), do que como forma de organização da produção, é o que ainda acrescenta Celso Furtado:

Abolido o trabalho escravo, praticamente em nenhuma parte houve modificações de real significação na forma de organização da produção e mesmo na distribuição da renda. Sem embargo, havia-se eliminado uma das vigas básicas do sistema de poder formado na época colonial e que, ao perpetuar-se no século XIX, constituía um fator de entorpecimento do desenvolvimento econômico do país.¹³

Como podemos ver o “problema do negro” sempre esteve presente e sempre foi uma preocupação da classe dominante. Com o resolver o problema de tantos afro-descendentes, já que acabou a escravidão?

Para a historiografia oficial esta questão é recorrente. De Nina Rodrigues, com suas idéias e teorias racistas para sustentar a segregação racial, até Gilberto Freire que mudou o conceito de mestiçagem na medida em que desenvolveu a teoria da importância da presença do negro, e também do índio, na formação do povo brasileiro, todos manifestavam a preocupação com o “embranquecimento” da população.

Embora Gilberto Freire demonstrasse o caráter positivo da presença do negro na população nacional, é inegável que seu principal trabalho, *Casa Grande e Senzala* (1933), contribuiu bastante para o fortalecimento desta pretensa “democracia racial”.

Ao salientar que as declarações de inferioridade dos negros em relação aos brancos se deviam exclusivamente às condições sociais, saúde, alimentação, moradia, educação etc., Freire atesta que a formação do povo nacional só ganhou com a presença do negro. Mas, com isso, contribuiu para a concepção (involuntário ou não) de que a mestiçagem oriunda das relações entre brancos e negros e também de índios, resultou em uma população, mais “morena”, ou seja, que não era negra, portanto, mais clara, tendente ao embranquecimento.

¹³ FURTADO, Celso. (1964), *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Para Thomas Skidmore, a obra de Gilberto Freire muito contribuiu para focalizar a atenção no valor intrínseco do africano como representante de uma civilização própria. Gilberto Freire oferecia, assim, àqueles brasileiros que o quisessem interpretar dessa maneira, uma nova *razão* para a sociedade multirracial, em que as “raças” componentes – européias africanas e índia – podiam ser vistas como igualmente valiosas. O valor prático de sua análise não estava, todavia, em promover o igualitarismo racial. A análise servia, principalmente, para reforçar o ideal de branqueamento, mostrando de maneira vívida que a elite, primitivamente branca, adquirira preciosos traços culturais do íntimo contato com o africano e com o índio em menor escala.

Neste sentido, a obra de Freire tem o mérito de expor, com todas as letras, que se pode incorporar o mestiço à cultura nacional. Com isso, a passagem daquilo que se considerava antes como raça e agora passou a ser cultura, solucionava, pelo menos em parte, um grande problema nacional, o da mestiçagem, permitindo, inclusive distanciamento entre o aspecto biológico e social.

Mas, o que *Casa Grande e Senzala* deixou para a posteridade vai mais além. Gilberto Freire transforma aquilo que é ruim do mestiço em algo positivo, o que permite completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada e ao mesmo tempo negada pela elite branca é o que indica Ortiz:

Com isso, o mito das três raças torna-se então plausível e pode se atualizar como ritual. A ideologia da mestiçagem, que estava aprisionada nas ambigüidades das teorias racistas, ao ser reelaborado pode difundir-se socialmente e se tornar senso comum, ritualmente celebrado nas relações do cotidiano, ou nos grandes eventos como o Carnaval e o futebol. O que era mestiço torna-se nacional.¹⁴

A burguesia brasileira continuava se esforçando, assim, para demonstrar o caráter democrático do país, em especial quanto à questão das raças e da inserção destas na formação da população nacional e sua posterior presença na sociedade. Surge aí o mito da “democracia racial”, expressão que procurava sintetizar que no país não havia racismo e, tampouco, uma segregação racial, pois todos tinham oportunidades iguais para progredir, estabelecer-se e sustentar sua família.

¹⁴ ORTIZ, Renato (1994), p.41. *Mundialização e cultura*, São Paulo: Brasiliense.

Somando-se todos os itens da política da Velha República, não restava aos negros, além de se amontoarem em cortiços na periferia da cidade, formando verdadeiros guetos, senão a procura desesperada por afazeres e tarefas que não seriam desempenhadas pelos brancos, mas que se punham como necessárias naquelas urbes em rápida transformação. Ou seja, nas cidades as pessoas não podem prescindir de serviços. Mas estes não estavam regulamentados pela legislação, não eram objeto de olhares das organizações político partidárias em formação e que se punham como representantes dos operários, sequer dos anarquistas que menosprezavam o Estado. Eram serviços necessários, mas enquanto trabalho, não eram reconhecidos. Serão estas as lidas das quais se ocuparão os indivíduos recém libertos do regime de escravidão e recém expulsos do campo. Surge aí todo um contingente de trabalhadores em profissões como: carroceiros, ambulantes, trabalhadores domésticos, lavadeiras, entregadores, limpadores de ruas, de fossas, matadores de ratos e outros animais peçonhentos, etc.

O fracasso daquilo que poderia ter sido uma revolução democrática no Brasil, com o fim da abolição, está em que, desde o início, a marginalização da imensa massa de trabalhadores urbanos ou rurais foi ampliada com a marginalização do enorme continente de afro-descendentes recém libertos que não tiveram acesso ao mercado de trabalho formal, ao reconhecimento enquanto trabalhadores, embora se mantivessem enquanto tal, configurando assim a inclusão marginal a que nos referimos.

Assim, a abolição é o resultado das inúmeras pressões sociais internas e, ainda, da cobrança internacional, notadamente da Inglaterra.

Neste contexto, republicanos e monarquistas articularam uma transição do regime, sem que houvesse uma verdadeira mudança em suas bases sociais, notadamente nas relações de produção no campo. O conservadorismo que exclui os segmentos sociais populares dos processos decisórios sobre os rumos do país, já se manifestavam desde o império quando o Brasil, diferentemente do que acontecia com os outros países latino-americanos, não rompe com a Metrópole. Até porque, para tal ruptura, seria necessário contar com os trabalhadores, fossem eles do

campo ou dos centros urbanos, o eu era inconcebível para nosso país escravocrata¹⁵.

Na nova república conservadora, gestada pelo alto, entre as elites rurais e urbanas, os negros sofrem então uma dupla rejeição: são considerados inaptos para o trabalho urbano e são rejeitados por não contribuírem para o branqueamento da nação. Mas como esta sociedade não pode prescindir de seus trabalhos e nem abstrair sua existência, sua inclusão de dá de forma marginal. Marginal nos assentamentos urbanos que gerarão as favelas, lugares inóspitos onde podiam sobreviver sem serem agredidos diretamente, pois poucos se aventuravam a adentrar a tais espaços. Marginal na inserção no mercado de trabalho, pois ocupam sempre postos de subalternidade, olhados pelos próprios pares como seres inferiores, destituídos de condições de aprendizagem e capacidade para assumir responsabilidades por tarefas mais complexas.

Como as grandes questões envolvendo a posse da terra, o financiamento da produção e a influência econômica e política daqueles detentores do poder não foram modificados e com o monopólio da terra preservado, a libertação dos escravos não significou senão uma mudança na forma da exploração.

Os escravos, agora libertos, “rejeitados” não tiveram direitos à propriedade privada e não podiam se transformar em pequenos proprietários, arrendatários ou qualquer outra forma que significasse uma real mudança em sua vida. Com a chegada dos imigrantes os negros libertos nem mesmo poderiam ser os novos vendedores da mão-de-obra, de sua força de trabalho, o que os condenava à marginalização e ao trabalho desqualificado na nova sociedade. O que nos não podemos negar é que estado brasileiro de certa forma cuidou dos trabalhadores estrangeiros. Sendo que o mesmo não ocorreu com os trabalhadores nacionais.

Segundo Carlos José Ferreira dos Santos, em seu livro *Nem tudo eram Italiano* além da desqualificação dos “serviços de negros” sobrevivendo de ofícios de biscates e ocupações casuais e temporais, pouco foi examinadas e valorizadas a natureza subversiva e inventiva inerentes a estas formas de sobrevivência e práticas culturais dos nacionais pobres.

¹⁵ FRANKLIN, Ricardo Ferreira (2004). *Afro-descendente Identidade em Construção*, São Paulo: Educ Fapesp. MUNANGA, Kabengele, (2004). *História do Negro no Brasil*, Brasília: Fundação Cultural Palmares- MinC com apoio do CNPq.

A presença dos imigrantes tem sido também bastante ressaltada entre os trabalhadores, em particular nas fábricas, nas organizações sindicais, na agitação anarquista e socialista, na formação dos partidos, nas greves, na imprensa operária e na própria formação da tradição cultural e social dos trabalhadores paulistanos, conforme se observa, por exemplo, no livro de Carlos José Ferreira¹⁶. Para ele os estrangeiros costumeiramente são colocados como principais agentes, às vezes os únicos de toda ação e resistência dos trabalhadores e também como os únicos a sofrerem os efeitos da dominação. Afirma este autor que raramente é mencionada a presença dos trabalhadores nacionais neste processo, especialmente os chamados negros, índios, mestiços, pretos, pardos, caboclos, caipiras, mulatos, nativos, brasileiros, os da terra. Ou, quando ocorre serem considerados, é de forma quase sempre depreciativa em relação à sua participação. Em concordância com Boris Fausto (1984) Carlos José Ferreira afirmar que negros e mulatos foram cristalizados em sua maioria no subemprego ou nos empregos inferiores. Ou seja, os negros vão encontrar um "mercado informal" de trabalho e, dentre as "profissões" mais corriqueiras naquele momento a de carroceiro se sobressaía, assim como eram comuns na paisagem paulistana as lavadeiras da Várzea do Carmo, que quotidianamente desciam com suas trouxas de roupas para desembrulhá-las e lavá-las no rio Tamanduateí.

Na sociedade paulistana da década de 20 do século passado, os serviços dos carroceiros assumiam importância para a circulação das mais variadas mercadorias que abasteciam, de uma forma ou de outra, os estabelecimentos comerciais e os mercados, além de realizarem serviços úteis como o transporte de móveis, entulhos etc.

Juntamente com os serviços dos carroceiros, surgem os mercados informais na venda de ervas e de produtos hortifrutigranjeiros, que eram produzidos em bairros localizados longe das áreas centrais. Nestes mercados, vendia-se de tudo, à semelhança dos grandes contingentes de camelôs que se espalham pelas áreas centrais das grandes e médias cidades do país nos dias de hoje. Os negros vendiam aves em gaiolas, macacos, ervas medicinais, raízes, toalhas e panos que eram bordados em casa e inúmeras outras mercadorias conforme comenta Santos:

¹⁶ SANTOS, Carlos José Ferreira (2008). *Nem tudo era italiano*. São Paulo e pobreza (1890-1915). 3º Edição, São Paulo: FAPESP.

É nesta época que surge o "mercado caipira", localizado na Várzea do Carmo, formado principalmente por aqueles que não tinham trabalho regular e pela imensa maioria de "pretos" da periferia da cidade. E, juntamente com este, surge o chamado "antigo mercado" (hoje Mercado Municipal), formado também pelos negros que todos os dias abriam ali suas barraquinhas para a venda de legumes, doces e outros quitutes feitos em casa.¹⁷

Além destas ocupações assumiram alguma importância, devido à necessidade das elites, de lavadores de casas, tratadores de cavalos, jardineiros e outros "biscateiros". Os trabalhadores domésticos, tais como amas-de-leite, criadeiras e empregadas domésticas, eram também trabalhos muito comuns entre as negras e os negros mais jovens, o que praticamente definia que o filho negro de um ex-escravo só podia ser um indivíduo desqualificado, de segunda classe e sem nenhum futuro diferente dos pais.

A história evidencia até nos dias atuais a permanência desta condição, que a cada crise que se enuncia, amplia as dificuldades de inserção no negro no mercado de trabalho. Evidências que aparecem no cotidiano da vida das pessoas afro-descendentes cujo relato é sempre contundente sobre a questão. Assim, por exemplo, tomemos as falas de um dos entrevistados, a Sra. Sirlei Claro, discorrendo sobre pessoas que tiveram que aceitar trabalho em situações precárias para se manter no mercado de trabalho ela nos relata:

Vizinhos meus que trabalhavam em fabricas de aço, aqui em São Caetano, são motoristas de ônibus. Eram profissionais--- várias empresas foram embora de Mauá. Então essas pessoas ficaram ali que tinham uma condição boa, tinham filhos pequenos ainda, tiveram que se sujeitarem. Essa semana mesmo vi o meu vizinho, ele era supervisor, ele dirige microônibus na viação de Mauá. Ele está ganhando dinheiro, mas não é aquilo que ele fazia há dez anos atrás. Muitos nem conseguiram sair disso, ou abriram bar para vender --- ou tiveram que ir embora de São Paulo para fazer não sei o que, ou agregam a massa de pessoas que precisam de uma cesta básica¹⁸

Assim, ao longo do século XX, recaem sobre os negros os seguintes estigmas: raça degenerada, sub-raça, sem aptidão para trabalhos mais complexos, sem auto-estima. Nasceram apenas para servir. E ainda tinham que conviver com a idéia de que, em nosso país, não havia discriminação racial. Ou ainda conforme nos informa o Sr. Domingos da Costa Campos Junior, 38 anos, que se define como

¹⁷ SANTOS, Hélio. (1998), p.145. *A Busca de um Caminho para o Brasil*. São Paulo: SENAC.

¹⁸ Entrevista concedida ao autor por Sirlei Rodrigues, no dia 03/09/2009.

preparador de torno automático, residente no ABCD Paulista há cerca, de 36 e 37 anos.

Eu conheço muitos companheiros de trabalho que não conseguiram permanecer na profissão. Tiveram que se adequar a outro tipo de trabalho e muitos até saíram para o mercado informal tendo que vender alguns objetos para tentar manter uma renda em casa.¹⁹

Diante deste contexto de profundas transformações no mundo do trabalho, ouçamos o que diz o Sr Gilson:

Conheci muitos amigos que --- A gente não pode esquecer, também, que --- momento, gera dificuldade. Então, até a questão da formação, até a questão cultural da pessoa nesse momento de recessão é muito importante. Nesse momento o que aconteceu? Antigamente, tinha gente que trabalhava na área de contabilidade, ainda trabalhavam, ainda trabalhavam com as --- manuais. Nesse momento, a tecnologia estava vindo aí --- Os escritórios de contabilidade estavam trabalhando com tecnologia, ou seja, os computadores e as planilha de computadores, naturalmente, elas facilitaram a vida dos processos contábeis --- trabalhavam nesse período com as planilhas manuais, eles sofreram muito, porque eles não haviam se atualizado, a ponto de poder utilizar a tecnologia dos computadores – eles eram grandes profissionais, mas tinham pouca formação tecnológica e aí o que aconteceu? --- Esses caras acabaram ficando desempregados. Não tinham muito tempo para correr atrás do conhecimento, alguns até conseguiram, outros mudaram de ramo. Tem gente conhecida que era gerente do setor da contabilidade, contador e passou a trabalhar no transporte de rua, escolar.²⁰

Para o Sr Gilson, esta situação se agrava com a chegada de novas tecnologias no mercado de trabalho.

R. Visto que nos anos 80 e 90 e no começo do ano 2000 a situação --- foram às piores. Todo tipo de situação para poder tirar a oportunidade de emprego do trabalhador nordestino aconteceu. Já citei várias, veio à reforma da tecnologia. A gente não pode só culpar a indústria, os empresários, (porque tem que ter estratégias). O nosso problema maior, nós trabalhadores é que às vezes não temos estratégias. A gente não tem estratégia, quando passa por dificuldade, a gente sofre mais. O que aconteceu foi isso. Porque, o trabalhador, culturalmente, ou pelo menos educacionalmente, ele não estava preparado para encarar uma mudança tecnológica. As máquinas vieram, e isso já acontece desde o século XIX, as máquinas vêm tomando o lugar do trabalhador. O trabalhador --- para minimizar toda essa crise... É lógico, não estou colocando a culpa aqui, de maneira nenhuma na gente, em nós trabalhadores. Estou citando que nós também temos uma parcela de culpa e um percentual desses trabalhadores perderam o emprego porque não se atualizaram. Aqueles que se atualizaram --- conseguiram se manter, mas foram os piores anos, justamente por esses aspectos. Aí, a gente tem que ter em mente que o empresariado, o dono de empresa quando ele consegue uma ferramenta dessas para poder ganhar mais e gastar menos, eles aproveitam da situação e aí sim é que a gente é mais massacrado.²¹

¹⁹ Entrevista concedida a autor por Domingos da Costa Campos Junior, no dia 03/09/2009.

²⁰ Entrevista concedida ao autor por Gilson ex-metalúrgico e Gerente de Planejamento, atualmente professor de História na rede de Ensino Estadual no dia 03/09/2009.

²¹ Entrevista concedida ao autor por Gilson no dia 03/09/2009.

1.1 - A perpetuação da inclusão marginal

O final do século XX, precisamente na década de 1990, foi marcado pela evolução do modo de produção e do salto tecnológico que provocaram profundas transformações no mundo do trabalho, sob a bandeira da internacionalização dos mercados.

A flexibilização da produção impôs novos padrões na busca de produtividade e resulta na descentralização industrial, com reflexos diretos na força de trabalho, sobretudo nos países do chamado terceiro mundo. O padrão Toyotista penetra ou mesmo substitui o padrão Fordista dominante, no mundo do capitalismo globalizado.

A abertura comercial econômica e a modernização do parque industrial brasileiro provocaram a quebra de vários setores na economia.

O capitalismo do início do século XXI é marcado por contradições e a heterogeneidade vigente na dinâmica deste sistema; à luz disto Chesnais enfatiza que ele tem características que se desenvolveram mais claramente na década de 1990 e, que exigem uma análise simultânea entre o político e o econômico²².

A própria multidiversidade do período atual diz a respeito tanto a esta heterogeneidade, quanto aos fatos enfatizados pelos: autores acumulação flexível²³, um novo padrão de desenvolvimento assentado na terceira revolução industrial²⁴, processo de acumulação mundial predominante financeiro ou mundialização do capital²⁵ e a crise da sociedade do trabalho²⁶.

Apesar da diversidade do quadro teórico utilizado por estes autores, há pontos comuns entre eles. O primeiro ponto é que estes autores assinalam que as grandes mudanças ocorridas, a estrutura deste sistema continua a mesma. Está centrada na exploração da força de trabalho, na divisão do trabalho, na hierarquização permitindo o crescimento do lucro. Nessas condições, a política continua dependente da base econômica, com o agravante de que a dominação sobre os seres humanos continua sendo aprofundada com base no processo econômico.

²² CHESNAIS, François, (1997), *Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã.

²³ HARVEY, David. (1992). *Condição Pós-Moderno*. São Paulo: Loyola.

²⁴ (MATTOSE, Jorge (1995). *A Desordem do Trabalho*. São Paulo: Scritta.

²⁵ (CHESNAIS, (1997). *Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã.

²⁶ KURZ, Robert. (1999). *O Colapso da Modernização: da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial*. 5ª Ed. São Paulo: Paz e Terra.

No desenvolvimento teórico destes autores está presente o estarecimento diante do avanço das forças produtivas que poderiam já ter eliminado as condições de desigualdades sociais.

Outro ponto em comum entre os autores, é que estes, ao localizarem o surgimento das transformações políticas, econômicas e tecnológicas entre as décadas de 1960 e 1970, apontam que essas transformações na estrutura produtiva têm a ver com o processo de evolução do sistema capitalista.

Já para autores que trabalham com a noção do “capitalismo tardio” evidenciado em formações sociais como a do Brasil, apesar de toda esta mudança, tal denominação ainda é pertinente para este período histórico final do século XX e começo do atual²⁷. Jaqueline Maria Imbrizi (2005)²⁸ afirma que o capitalismo tardio se apóia na expropriação do trabalho em virtude da acumulação do capital. Para ela o capital e o trabalho justificam-se racionalmente em sociedades de carência de produção; nessas sociedades, o desenvolvimento do capital – e do trabalho – serviu tanto à exploração, quanto à liberdade dos homens, mas nesta sociedade de abundância de produção – real ou potencial – não há mais justificativa para a exploração. Neste sentido, suprir e satisfazer as necessidades verdadeiras dos indivíduos ficou mais distante. Um sistema que continua mantendo a maioria da população excluída de suas riquezas.

O que permite a conclusão de que as condições de humanização não acompanham o progresso técnico, conforme já o denunciava Marx há mais de 150 anos em seu livro *Manifesto Comunista*. (p.25)

Neste sentido, observam-se rupturas e continuidades, ou seja, o capitalismo tardio do final do século XX e começo do século XXI apresentam especificidades em relação aos três séculos anteriores, entre elas acumulação e crescimento vertiginoso do capital financeiro, o que engendra uma nova forma de fetichismo representada pela pretensão do capital-dinheiro de se tornar autônomo²⁹ e se transforma em controlador anônimo e invisível da vida dos indivíduos; além de um surto de produtividade sem precedentes que proporcionou, “no período historicamente

²⁷ BOITO, Armando Jr (1999). *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*, São Paulo: Xamã.

²⁸ IMBRIZI, Jaqueline Maria (2005). *A Formação do Indivíduo no Capitalismo Tardio*, São Paulo: Hucitec.

²⁹ CHESNAIS, François, (1997), *Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã.

insignificante de duzentos anos um crescimento muito superior ao de todo o período histórico antecedente”³⁰.

No que diz respeito às continuidades pode-se indicar o uso das inovações tecnológicas e a política imbricadas cada vez mais nas questões econômicas e que pressupõe um papel intervencionista do Estado tanto para manter as relações de controle internas em cada país quanto para garantir o cumprimento das regras internacionais, sob a justificativa de desenvolvimento e de acúmulo de lucros e da racionalidade capitalista, o que mantém também a dependência em relação às nações centrais.

O neoliberalismo expressa nos anos 1990 novas orientações sobre as questões que envolvem as desigualdades nas diferentes populações em todo o mundo. Compreender esta relação é um dos desafios com o qual nos defrontamos na época da mundialização do capitalismo, ante as novas formas de tecnologia, dos novos padrões de produção das mercadorias e das relações sociais advindas deste capitalismo do novo século.

No interior destas, a questão do negro modifica-se em função da disputa de poderes, das mudanças econômicas, sociais e culturais, mas é continuamente reiterada. A história do mundo moderno – e, particularmente, as relações sociais advindas com o neoliberalismo e a mundialização do capitalismo no século XXI – é também a história da questão racial, configurando-se num dos dilemas da modernidade.

Ao lado de outros dilemas, também fundamentais, como as contradições das classes sociais e a relação dos indivíduos nestas classes, as guerras religiosas, as desigualdades das questões de gênero e o papel da mulher na sociedade, o meio ambiente e a sociedade, a questão racial revela-se um desafio permanente, tanto para indivíduos e coletividades, como para os cientistas sociais e os intelectuais de um modo geral.

Sem resolver a situação, o mundo ingressa no século XXI debatendo-se ainda com esta questão, tanto quanto com a intolerância religiosa, a contradição natureza e sociedade, a igualdade da mulher, as tensões e as lutas entre as classes. São dilemas que permanecem na etapa atual do desenvolvimento da sociedade e, de

³⁰ KURZ, Robert, (1999), p. 7. *O Colapso da Modernização: da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial*. 5º Ed. São Paulo: Paz e Terra.

certa forma, expressam, por um lado, a crise econômica e social, e, por outro, as interpretações e as perspectivas de todos em relação a esta sociedade.

Esta é, em síntese, uma hipótese com a qual nos defrontamos todos os dias: a sociedade burguesa, capitalista, fabrica continuamente a questão racial, assim como as demais desigualdades. Ou seja, ao contrário do que permeia o senso comum, de que a discriminação racial seria apenas uma lembrança de trágicos períodos em que a humanidade conviveu com a escravidão, o que temos no capitalismo é a utilização desta situação para recriar e refazer o racismo, dele se aproveitando para lucrar mais. Em outras palavras, a discriminação racial é utilizada para justificar social e economicamente uma exploração extra da força de trabalho negra. Um dos entrevistados, o Sr. Benedito Carlos, morador da região do ABC e afro-descendente, ao ser perguntado sobre o que é ser um afro-descendente no mercado de trabalho do Abc espelham, na prática, a partir de suas experiências de vida, o retrato acima descrito de forma abstrata. Conforme ele,

R: Primeiro no ABC Paulista é difícil, porque você está numa região industrializada onde você vê... Tem o preconceito, eu vejo muita gente com potencial muito grande, trabalhando em funções abaixo daquele potencial seu e, por outro lado, você vê o seguinte, entra no ônibus 08hs da manhã, 07hs, 6hs da manhã você vê pouquíssimos negros. Isso quer dizer o quê? Você está em uma região industrializada, você pega um ônibus no horário em que as pessoas estão indo para o trabalho e nesse ônibus você vê pouquíssimos afro-descendentes, significa que os negros estão fora, mesmo trabalhando em uma região industrializada, onde tem um grande número de empresa, os negros estão desempregados. Talvez eles falem que estão trabalhando por não entenderem, talvez estejam pintando algum prédio, alguma parede, construindo algum muro, (e não se sinta desempregado), mas por isso, --- aquela pessoa que você sabe que esta indo para a empresa, você percebe pelo clareamento do ônibus. No ônibus, alguns amigos da empresa falavam pra mim "Benê, cadê os negros dessa região? Por que quando eu entro no ônibus ta todo branquinho?" Isso quer dizer que os negros estão fora dessa fatia, desse emprego, como eu posso dizer..., do emprego formal.³¹

Neste sentido, para o Sr Gilson é preciso recuperar e entender a origem dos trabalhadores no ABC paulista, a onde ele aponta através da sua fala a situação do povo afro-descendente.

³¹ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Benedito Carlos no dia 04/09/2009.

R: O negro na região do ABC Paulista é entender que a origem desse --- A origem do ABC é uma origem de trabalhadores, de pessoas que vieram de outros lugares pra cá, num período de Juscelino Kubitschek, quando abriu as empresas, as indústrias no ABC, Volkswagen. As pessoas migravam do norte, nordeste para vir trabalhar nas indústrias do ABC, era assim que a coisa ocorria. O povo afro também veio. Quem conhece a história sabe muito bem que nesse período o povo afro tem uma grande participação, principalmente no desenvolvimento das fortunas da agricultura desse país. Desde lá da cana-de-açúcar, café o povo afro vem trabalhando. Voltando um pouquinho, só pra entender a história, é lógico que depois que nós fizemos lá o nosso período de República, no Rio de Janeiro, fizemos lá a nossa sede, a sede do Brasil, no Rio de Janeiro, os negros começaram a procurar a melhor maneira de sobreviver. Não foi diferente do povo que veio aqui para o ABC, e veio o negro também naquela situação. Mas se ele já vinha com problemas raciais, preconceito racial, dificuldades, como sempre o negro teve na maneira, historicamente o negro foi achatado. Ele já vinha de lá com problemas, esses problemas não minimizaram não, eles só aumentaram --- (os negros tiveram que concorrer a partir daí) a uma vaga de trabalho dentro de uma indústria multinacional, européia, e aí a gente sabe do que a gente está falando. Ele servia pra quê? Talvez, (ele fosse mais utilizado) como o cara que ia trabalhar no serviço braçal, porque eles sempre enxergavam o negro dessa forma. Então, --- imagina o negro que queria se formar, que queria ser uma cara que tivesse um cargo mais importante, que fosse um pouco mais destacado dentro da empresa. Mas era uma dificuldade que ele sofria até mesmo para poder se formar. A gente sabe que tiveram grandes advogados, juristas negros, que vieram desde o período da nossa República lutando para poder (se colocar) numa situação privilegiada, mas eu imagino que o sofrimento nesse período foi muito grande.³²

Com a globalização da sociedade desenvolve-se e se intensifica mais um ciclo de discriminação racial do mundo, que acompanham muitas outras envolvendo feministas, reivindicações étnicas, tensões e lutas religiosas, o homossexualismo etc., implicadas na geopolítica do mundo atual.

Apesar das previsões dos teóricos capitalistas suas falas soam como propaganda a veicular aos quatro cantos do mundo globalizado, que a vitória do capitalismo sobre o socialismo tem proporcionado um desenvolvimento dos países pobres e melhorado a vida de suas populações, a realidade é bem outra.

Ao contrário, a época neoliberal e da globalização tem aumentado, e muito, a concentração da riqueza. A maior parte do dinheiro e da riqueza mundial continua circulando nos países industrializados e, quando circula pelas economias dos países subdesenvolvidos, é apenas como capital volátil, de investimento nas Bolsas de Valores, o que não significa um aporte de capital na infra-estrutura destas nações.

³² Entrevista concedida ao autor pelo Sr Gilson no dia 03/09/2009.

O número de pessoas que vivem com menos de um dólar por dia subiram de 1,2 bilhão, em 1987, para 1,5 bilhão, em 1999. O crescimento dos países emergentes em 1999 ficou em torno de 1,5%, o pior desempenho em 17 anos³³.

As grandes contradições do sistema capitalista não foram resolvidas na etapa anterior (dissolução dos Estados operários do Leste Europeu, fim da União Soviética, fim da Guerra Fria etc...). Ao contrário, continuam determinando o funcionamento da economia do sistema capitalista e da sociedade atual.

É esta sociedade que produz todos os dias um contingente de negros e negros que estão fora do escasso mercado de trabalho, do direito à saúde, à educação de qualidade, à moradia, ao saneamento básico etc.

No Brasil, governo após governo, a situação não é diferente. Nos grandes centros urbanos, a contradição entre negros e brancos é cada vez mais acentuada, e os índices da discriminação racial não são apenas um produto histórico, mas uma nova forma de exploração da sociedade globalizada no século XXI.

Dos anos de 1990, planos econômicos como o Plano Collor e o Plano Real (de Fernando Henrique Cardoso), como parte de um projeto neoliberal mais amplo e internacional, levaram o país a um desequilíbrio econômico, supervalorização cambial, a elevação na taxa de juros e a um aumento brutal do índice de desemprego. Com isso, houve uma disseminação de formas precárias do trabalho formal e o crescimento do trabalho informal. Neste caso, não por acaso, preenchidos, em sua grande maioria, por trabalhadores negros e mão-de-obra feminina.

Neste sentido, queremos destacar que o governo FHC trouxe grandes transtornos para o trabalhador da região do ABC paulista, em especial para o trabalhador afro-descendente. Ouçamos alguns trabalhadores que viveram este momento na década de 1990 e quais são suas lembranças sobre o governo FHC. Ante a pergunta do entrevistador sobre tal questão, o metalúrgico Benedito Carlos rememora que

R: Eu me recordo. O que eu me lembro dele é o sucateamento das estatais, a entrega de mão-beijada de empresas que com dois meses depois o faturamento dessas empresas é um valor do qual, o valor que eles cobraram na venda da empresa é o faturamento que a empresa deu. Então, como a empresa estava vendida porque estava falida e meses depois essa empresa com o capital lá em cima. E para os metalúrgicos, os

³³ Dados estatísticos a partir do PNAD de 2001.

trabalhadores, a questão do fator previdenciário que ele mexeu na estrutura da previdência e dificultou muito a aposentadoria das pessoas e isso fez com que as pessoas que poderiam parar de trabalhar com seus 48 anos, 58 anos não pararam. Isso dificultou a entrada de jovens no mercado de trabalho. Então, isso, a gente fala assim “ah, esse cara poderia parar”, mas ele não podia parar não está aposentado ainda. Se ele não sai não gera espaço para o jovem que está chegando. Também quando ele ‘sucateia’ o sistema --- o SENAI, então o que acontece? O mercado fica sem base, quando ele ‘sucateia’ o SENAI. Acaba a relação empresa, que tinha bastante jovem do SENAI, dos adolescentes aprendizes. A gente via cada vez menos adolescente entrando na empresa via SENAI e isso deixou os jovens por aí.³⁴

À luz desse quadro sócio-econômico na década de 90, a população afro-descendente é a que mais sofre, pois historicamente é a “etnia negra” que está menos qualificada para o processo de reestruturação do sistema fabril ocorrido na região do ABC. Os negros e seus descendentes não foram incluídos no sistema de saúde, num sistema de educação de qualidade, ou de aperfeiçoamento profissional, por exemplo.

Observa que a forma de inclusão do negro pelo projeto neoliberal se dá através dos trabalhos precarizados (as frentes de trabalho, os contratos informais, a terceirização, os serviços não especializados etc.).

Podemos construir um cenário do que foi a década de 90 ao ouvirmos o Sr Gilson, onde ele aponta que a abertura democrática e os presidentes biônicos provocaram dias ruins aos trabalhadores,

R: Já para Gilson os anos 90 eu me lembro de coisas ruins e de coisas boas. Principalmente, se a gente for falar no foco político, à visão que eu tenho é que o foco político quando é ruim você pode procurar que vai ter coisas que vão se transformar em coisas boas. Houve --- Foi um ano muito difícil. A gente tá vivendo aí a entrada da democracia. Entramos com um presidente que, praticamente, foi colocado pelos meios de comunicação, pelas elites e ele não correspondeu que foi o Fernando Collor de Mello. Já estava com a crise econômica muito grande, problemas de estrutura econômica, estrutura social, problemas de relações comerciais que não iam bem ao nosso país. Então, isso afetava muito as questões que --- diretamente a sociedade. Porém, mesmo com um presidente --- que tinha uma equipe totalmente tendenciosa, mesmo com esse presidente, algumas coisas nós aprendemos nesse período. --- Não tínhamos um desenvolvimento tecnológico, principalmente, nos automóveis tão grandes. Uma das coisas boas que eu olho que eu sei que me marcou foi o seguinte, os nossos carros eram umas carroças, daí por diante os nossos carros tiveram uma melhora tecnologicamente. Tivemos a abertura de financiamentos. Naquela época, eu me lembro, eu comprei carro naquela época, tinha de comprar carro e pagar à vista. Então, nem tudo foi ruim, alguma coisa ele fez de positivo ---³⁵

³⁴ Benedito Carlos (profissão: Professor de Matemática da rede Pública do Estado de São Paulo, Metalúrgico Supervisor de produção na empresa Detroit S.A Diadema). Entrevista concedida ao autor no dia 04/09/2009.

³⁵ Entrevista concedida ao autor pelo Sr Gilson no dia 03/09/2009.

O cerne de nossas reflexões é, portanto, a análise da condição de trabalho da população negra.

Consideramos que toda produção humana é trabalho e que, no trabalho, o ser humano também se “humaniza”; e o trabalho é essencial para a vida da humanidade. Em virtude disto, discordando da tese de André Gorz (*Adeus ao Proletário*, 1980), que indica a mudança no mundo do trabalho, perdendo lugar para as inovações tecnológicas. Segundo este autor o proletário já não é o agente central do processo de transformação social, ele considera a racionalidade econômica e a redução do tempo do trabalho como possibilidades para um novo contrato social e aponta para uma desvinculação entre renda e trabalho, assim como considera que o desenvolvimento tecnológico evidencia a eliminação do trabalho humano. Mesmo que, conforme Antunes, a máquina contenha o trabalho intelectual do operário, pois este, ao interagir com a máquina, acaba por transferir parte dos seus atributos intelectuais à nova máquina.³⁶

Em cada uma das línguas da cultura européia a palavra trabalho adquire mais de um significado. O grego tem uma palavra para fabricação e outra para esforço, oposto a ócio; por outro lado, também apresenta pena, que é próxima da fadiga. O latim distingue entre laborare, em ação de labor, e operare, o verbo que corresponde a opus, obra. Em francês, é possível reconhecer de “tache” o sentido de tarefa. Assim como laborare e operare em italiano; e trabajar e obrar em espanhol.

Observa-se que em português, na linguagem do dia a dia, a palavra trabalho no cotidiano adquire muitos significados. Às vezes trás consigo emoção, alegria, tristeza, dor, tortura, fadiga, tensão, fadiga e felicidade. Apesar de haver labor e trabalho, é possível achar na mesma palavra “trabalho” ambas as significações: a de realizar uma obra que expresse o trabalhador e que lhe dê reconhecimento social e permaneça além de sua vida; e a de esforço rotineiro e repetitivo, sem liberdade, de resultado consumível e incomodo inevitável.

No dicionário aparece em primeiro lugar o significado de aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar determinado fim; atividade coordenada de caráter físico ou intelectual, necessária a qualquer tarefa, serviço ou empreendimento; exercício dessa atividade como ocupação permanente, ofício profissão.³⁷

³⁶ ANTUNES, Ricardo, (2000), *Adeus ao Trabalho?* São Paulo: Cortez.

³⁷ ALBORNZ, Suzana, (1986) *O que é trabalho*, São Paulo: Brasiliense.

Seja lá qual foi o sentido que a palavra adquire em cada língua, ela expressa as relações sociais, traduz a vivência das pessoas envolvidas com o trabalho no mundo capitalista, ou seja, expressa a inviabilidade da realização humana para indivíduos cuja condição de inserção social se dá, desde a gênese, de forma discriminatória, como é o caso dos negros no Brasil.

Santos, aponta para tal reiteração histórica que se manifesta na atual condição destas pessoas, e que configura uma discriminação ocupacional cujo questionamento à capacidade do negro³⁸ remonta, conforme já indicamos, ao período colonial. A reiteração transparece na dinâmica de nossa formação social, em que pesem as transformações. Pois, assim como na sociedade escravocrata a realização humana se dava de forma invertida, ou seja, pela negação da humanização, ainda hoje esta condição se põe, não apenas pela condição do trabalho no mundo capitalista, mas também pelo acréscimo da discriminação.

Assim como no passado, a possibilidade posta hoje nas relações de trabalho de empregar pessoas sem direitos trabalhistas faz recair sobre a mão-de-obra dos afro-descendentes e da mulher, a prioridade desta nova forma de exploração. Tal reflexão que aponta o emprego informal e a terceirização do trabalho consta em pesquisa de Antunes, embora este não trabalhe a questão da discriminação racial no mercado de trabalho³⁹.

Da mesma forma, de forma indireta, Nadya Guimarães, ao analisar o sistema público de emprego e a estrutura do mercado de trabalho, nos ajuda a entender a desigualdade de gênero no mercado de trabalho e as trajetórias do trabalho com o processo de reestruturação.⁴⁰ Trata suas reflexões do que ela denomina capital orgânico, ou seja, de um capital cultural que remonta ao período colonial.

Conforme aponta Kabengele Munanga⁴¹, desde a elaboração do paralelismo forçado entre o cultural e o biológico, conforme posto pelos ideólogos da década de '930 no Brasil, segundo o qual as diferenças biológicas entre povos negros e brancos, explicariam a diminuição intelectual e moral dos primeiros, tais preceitos

³⁸ Conforme aponta Helio Santos em seu livro *A busca de um caminho para o Brasil- A trilha do círculo Vicioso*, São Paulo: SENAC, 2003.

³⁹ ANTUNES, Ricardo. (2000), *Adeus ao Trabalho*, São Paulo: Cortez - Nesta obra o autor elaborou um ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho.

⁴⁰ E neste aspecto, o trabalho de Nadya Araujo Guimarães. (2006) *Trabalho e sociedade, Desemprego, Trajetórias, identidades, mobilizações*. São Paulo: SENAC.

⁴¹ MUNANGA, Kabengele. (1988), *Negritude uso e sentidos*, São Paulo: Atual.

justificam e legitimam a alienação e a inferiorização a que são submetidos os negros em todos os planos.

CAPÍTULO II

O impacto do neoliberalismo e da reestruturação industrial no ABCDMRR

Esta região do ABCDMRR foi marcada de maneira profunda no século XX, pelo ambiente fabril. Os trabalhadores com seus uniformes, entre os apitos e as chaminés das fabricas formaram a identidade da região. Para os moradores e trabalhadores que aí residem às fábricas ocupam um lugar significativo no imaginário popular. Para os que moram no ABCDMRR, a fábrica e o trabalhador/operário constituem-se, igualmente, sinônimos quase naturais da região.

A lembrança dos movimentos sociais e entidades de classes (sindicatos dos químicos, sindicatos dos metalúrgicos do ABC, da construção civil, movimento dos trabalhadores sem terras e pastorais de base) do ABCDMRR era a dos operários em seus uniformes com graxa em sincronia com as máquinas, engrenagens e linha de produção; como extensão do seu próprio corpo, como algo que não se separa.

Não por acaso, entre as décadas de 60 e 80 do Século XX os pesquisadores das mais diversas áreas, voltados para o estudo das relações de trabalho do operário no Brasil, tomaram como objeto de estudo as relações sociais e os modelos de produção (fordista e pós-fordista etc.) nas fábricas do ABCDMRR da segunda metade do século XX.

De fato, a particularidade histórica desta região chama a atenção também por sua transformação histórica como um lugar da cultura do trabalho e da organização dos sindicatos. Além disto, sua riqueza cultural expressa o fato que o processo de industrialização da região formou a cultura local. No início do século XX, a região também incorporou valores trazidos pelos imigrantes. Já na segunda metade do mesmo século, a migração interna teve um grande papel no processo de formação da identidade cultural do lugar em consonância com a modernização do capital brasileiro.

No final do século XIX e no início do século XX a região que agora é conhecida como grande ABCDMRR⁴² era predominantemente agrícola: o cultivo da

⁴² De acordo com Gomes (1999:142) e Sá (1996:26), os primeiros registros oficiais da formação do que hoje se entende por região do ABC apontam como marco inicial o ano de 1883, quando surgiu a vila de Santo André da Borda do Campo, fundado pelo Português João Ramalho. Em 1889, o núcleo urbano desmembrou-se de São

batata e da cebola que era uma de suas principais atividades. Verificava-se também a presença de um pequeno comércio de algumas serrarias, e carvoarias em virtude da extração de madeiras da floresta atlântica na região litorânea de São Paulo.

Nas primeiras décadas deste século, a demanda de produtos manufaturados, propiciada pelo crescimento da população e das atividades urbanas, estimulou o surgimento de algumas indústrias⁴³ como a de moveis, a têxtil e a cerâmica.

Neste ambiente de expansão urbana e fabril foram erguidas pequenas oficinas mecânicas de recuperação de veículos e peças importadas.

Mas a expansão se acentua a partir dos meados da década de 1950, quando a região transformar-se em um dos centros de acumulação e desenvolvimento capitalista no país, marcado pelo pós 2º guerra mundial, teve grandes investimentos na indústria e na criação de estatais.

Desde este período desenrola-se um grande debate que ganha muito espaço na imprensa, entre os defensores, por um lado, do desenvolvimento do capitalismo com maior controle da participação multinacional e, de outro, os interessados na liberação da entrada do capital internacional e, portanto, maior interferência nas políticas públicas.

Neste contexto de disputas políticas no país, Getúlio Vargas após governar ditatorialmente entre 1935 a 1945, eleito através de uma eleição livre, alcança a presidência pelo voto popular direto em 1951.

Quando este reassume o governo nesta segunda gestão, o país havia mudado, sua dinâmica se mostrava muito distinta da época que ele governara e na

Paulo, dando início à formação de uma região com características próprias e até 1940, havia apenas um município: Santo André da Borda do Campo. A partir daí aconteceu os desmembramentos da região: emancipação dos municípios de São Bernardo do Campo (1945), São Caetano do Sul (1948), Mauá e Ribeirão Pires (1953). Nos anos 60, novas divisões resultariam no atual formato geográfico administrativo, composto de sete municípios. A região compõe hoje uma conurbação de 841km² de área total.

⁴³ A participação ativa do movimento Sindical com especial destaque para o sindicato dos metalúrgicos e sindicato dos químicos do ABCDMRR, nos fóruns de formulação de políticas de desenvolvimento regional, indica que a idéia de “Sindicalismo Selvagem”, muitas vezes associada ao “custo ABCDMRR”, deve ser substituída por um estudo mais complexo das relações sociais em regiões de forte tradição industrial como é o caso da região do grande ABCDMRR. No que se refere ao sindicato dos metalúrgicos do ABC, vale citar e notar seu esforço para a formação, ao longo da década de 90, de políticas “negociadas”, com a câmara setorial Automotiva, em 1992/1993; O movimento em defesa da indústria de autopeças no ano 1995, o programa de renovação e reciclagem da frota de veículos, como forma de recuperar a região economicamente, em 1998 e; os processos de reestruturação produtiva, discutidos em nível das empresas. Para um, a leitura da concepção sindical e iniciativas concretas do sindicalismo no ABCDMRR visando caminhos mais democráticos para modernização industrial. (Armando Boito Jr.-Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil- Editora Xamã-1999; Ricardo Antunes- Adeus ao Trabalho-Editora Cortez-2000; Nadya Araujo Guimarães- Trabalho e Sociedade, Desemprego, Trajetórias, identidades, mobilizações- Editora SENAC- 2006; Jefferson José da Conceição- Quando o apito da Fábrica Silencia-Editora ABCDMAIOR-2008).

qual se configurava uma ditadura varguista. O processo de industrialização e urbanização se ampliara e, segundo Thomas Skidmore⁴⁴, três segmentos sociais haviam se fortalecido: os industriais, a classe operária urbana e a classe média urbana. Em 1951, nem a burguesia industriaria ou agrária, nem a classe média urbana, tinham interesse em aceitar a proposta política conciliatória de Vargas. Neste contexto a burguesia depõe Vargas, que se suicida em 1953, e o país mergulha numa grande crise política.

Mas tais crises políticas não afetaram a dinâmica desenvolvimentista, pelo contrário, em meio aos impasses no parlamento e às tentativas de novos golpes militares.

Quando Juscelino Kubistchek é eleito presidente, as condições para o desenvolvimento do parque industrial tecnológico eram favoráveis a implantação da indústria automobilística, como carro chefe da industrialização brasileira a partir de 1950. A indústria brasileira apresentava dois aspectos salientes: de um lado investimentos centrados na produção de bens perecíveis e semiduráveis, destacando-se particularmente as indústrias têxtil, alimentar, gráfica, editorial, de vestuário, fumo, couro peles e empresas nacionais normalmente gerenciadas, por núcleo familiar proprietário, e também as empresas multinacionais que provocaram a expansão do parque industrial brasileiro.

Segundo o economista Paul Singer⁴⁵, algumas empresas ostentavam grande capacidade de acumulação, formaram grandes impérios industriais (como Francisco Matarazzo e Antonio Ermilio de Moraes), mas nenhum tinha capacidade de mobilizar recursos necessários para iniciar a indústria pesada no país. No Brasil havia quase que exclusivamente a indústria de consumo ou leve que se dedicava à produção de “bens perecíveis e semiduráveis”. Desse modo, a implantação definitiva do sistema industrial dependia de soluções para implantação da indústria pesada, produtora de bens duráveis de consumo, bens intermediários e bens de capital.

A partir de 1953, com o fim da guerra da Coreia (1950-1953), colocou-se uma conjuntura extremamente desfavorável para o Brasil, devido à queda dos preços dos produtos primários no mercado internacional, motivada pelas manipulações dos Estados Unidos. A dificuldade de obter empréstimos no exterior se tornou inevitável.

⁴⁴ SKIDMORE, Thomas. (1996) *O Brasil: De Getúlio a Castelo*, São Paulo: Paz e Terra.

⁴⁵ SINGER, Paul.(2002), *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

A subordinação do Brasil ao capital internacional, particularmente ao norte-americano, aprofundou-se a partir daí de forma gradual e constante.

Nesta conjuntura o ano 1956 marca o processo de industrialização inteiramente ajustado aos interesses do capital internacional. Apesar da composição das forças políticas que serviam de base para sua eleição, o governo Juscelinista definiu com clareza o rumo da industrialização ao implantar o modelo de desenvolvimentista, estreitamente associado ao capital estrangeiro. Parece estranho que isso possa ter ocorrido com um governo aparentemente herdeiro do Getulismo.

Mas a associação do Brasil ao capital internacional ampliando a dependência do capital nacional não é resultado de uma opção política, mas sim espelha a particular forma de desenvolvimento do capitalismo no país – e na América latina – que é o fato de ser hiper tardia e dependente desde o início⁴⁶. Isto é, como a indústria só se desenvolve muito tardiamente em relação ao que ocorre nos países centrais, às possibilidades que sobram são poucas e periféricas. Além disto, porque é tardio, falta capital para investir na industrialização, demandando para tanto, de capital estrangeiro, o que aumenta a dependência. Como a burguesia se fortalece na medida em que a indústria cresce, esta se gesta frágil e dividida entre os interesses nacionais e a subordinação ao internacional, o que, apesar dos males, lhe viabiliza alguns investimentos. Este é o dilema.

O resultado principal dessa nova conjuntura foi à minimização da importância da burguesia nacional que passou para o plano secundário, muitas vezes como sócio menor das grandes corporações internacionais. Isso significa que os postos de comando de tais indústrias estavam em mãos de indivíduos diretamente designados pela direção da matriz estrangeira, ou seja, os centros de decisões se encontravam fora do país.

Naturalmente as contradições encontradas pelo modelo de desenvolvimento da industrialização adotado na década de 1950 expressaram-se através do aguçamento das lutas sociais e políticas. A presença do capitalismo internacional e o seu papel cada vez mais decisivo no controle de nossa economia tiveram, por seu turno, uma importância certamente não desprezível nos desfechos da luta. O movimento militar de 1964 teve aí suas raízes e as suas razões. Na sequência

⁴⁶ IMBRIZI, Jaqueline Maris, (2005), *A formação do Indivíduo no Capitalismo Tardio*, São Paulo: Hucitec

desde desenvolvimento foi necessário incrementar as estradas que pudessem escoar a produção destinada, tanto ao consumo interno, quanto à exportação.

À luz desse quadro a região do grande ABC se desenvolve. Conforme argumenta Jefferson José da Conceição⁴⁷ entre 1955 e 1980, a região ABCDMRR, tornou-se lugar de investimentos privados do capital estrangeiro e nacional, tanto de empresas montadoras, quanto de autopeças e fornecedores de insumos. A concentração de um grande parque industrial automotivo acabou dando ao ABCDMRR paulista o nome a “Detroit Brasileira”. As diferenças de escala da produção automobilística e do volume de emprego tiveram grandes semelhanças entre a cidade de Detroit, no estado de Michigan, nos EUA, e a região do ABCDMRR. Algumas dessas semelhanças são: (A) economia centrada na indústria pesada. (B) o desenvolvimento da organização da produção de acordo com o modelo fordista. (C) a forte presença da organização sindical. (D) a crise a partir da implantação de novos pólos de produção automotiva e a redistribuição geográfica da indústria, (E) o crescimento do desemprego e. (F) o refluxo migratório (Diário do Grande ABC-12/01/1999).

No período seguinte o desenvolvimento da região acompanha as metas propostas pelo governo ditatorial, conforme se observa pelas palavras de um de seus representantes, o General Garrastazu Médici. Em entrevista ao Diário do Grande ABC, principal matutino da região, em 1969, sua fala ilustra o planejamento que cercou a construção daquela que viria a ser uma das principais rodovias do país, a via Anchieta, que corta toda a região e facilita o escoamento da produção das montadoras automobilísticas, principalmente, para o porto de Santos⁴⁸.

O Sr. Benedito Carlos Amâncio da Silva, 41 anos, casado, metalúrgico e professor reside desde o ano de 1985 no ABCD. Colocando-se como afro-descendente, seu depoimento deixa transparecer claramente a vivência que teve nos anos de 1990 e como, ao problema da reestruturação produtiva as questões raciais se reafirma. Conforme ele, que ficou desempregado durante a década de 90, tal fato se deveu, não apenas à crise econômica, mas também pela reiteração do preconceito.

⁴⁷ CONCEIÇÃO, Jefferson José da (2008), *Quando o Apito da Fábrica Silencia*, São Paulo: ABCD Maior.

⁴⁸ Garrastazu Médici - entrevista publicada pelo Diário do Grande ABC em 12/01/1999 e reproduzida pela *Revista Livre Mercado* em novembro de 1999, em artigo sobre a reestruturação produtiva do ABCDMRR.

Não. A crise econômica teve, não dá pra negar, com a abertura das empresas, mas aquela visão preconceituosa dos nossos RHs, dos nossos supervisores, dos nossos gerentes, ali foi um momento em que os primeiros que eles pensaram em demitir foram os negros, isso eu não tenho dúvida. Então, o econômico veio para todos, mas o negro teve um peso a mais que é a questão racial, uma forma velada, mas você percebe, porque eu conheço vários amigos cheios de capacidades e foram demitidos⁴⁹.

De acordo com Sr Benedito, este momento de transição foi muito ruim:

R: Foi um momento de transição das empresas, da filosofia de trabalho de muitas empresas. Com a modernização, veio o trabalho em célula, então, onde você reduzia o número de funcionários e o patrão ganhando mais. Porque, postos de trabalhos foram eliminados quando você encontra nova tecnologia. Você pega uma máquina que nós temos hoje, uma máquina que a gente chama de multifusos com oito fusos... (Eu trabalhava com torno-revolver). Então, uma máquina de oito fusos, esse cara mandou 12 pessoas embora: um preparador de cada uma dessas máquinas e um operador; ficando só 2 produzindo a mesma coisa e até mais. Com isso, implantou o autocontrole, onde o inspetor de qualidade foi mandado embora, a gente pode colocar aí mais 01 por setor. Então, foi um momento de transição da empresa... As empresas falavam... Porque que eles pregam isso? "Ou faz isso ou a empresa fecha". Então, é aquele negócio, você vê um amigo indo embora, mas você tinha que segurar o seu você tinha que se garantir.⁵⁰

Visto que o Sr domingos confirma a reiteração do preconceito, de acordo com a fala do Sr. Benedito na entrevista anterior.

R: Na ocasião, eu já era preparador de torno. Eu fiquei desempregado no ano de 95. Tive muita dificuldade em encontrar trabalho, porque eu tinha passado um período de seis anos na empresa e devido esses anos sem ter um salário --- porque nesse período aí muitas empresas tinham mudado para o interior e passou a existir muita contratação voluntária as empresas começaram a fazer --- rotativos e aí, o máximo que a gente encontrava era emprego temporário.⁵¹

A necessidade do escoamento da produção do Estado para o porto já vinha de longa data. Desde o caminho trilhado por padre José de Anchieta, a primeira estrada a vencer a Serra do Mar e unir o planalto à Baixada Santista se abria. Muito mais tarde veio a Estrada do Vergueiro - o velho caminho do mar, que ainda existe, vence o desnível de 700m da escarpa, ao que se sabe, pelo mesmo traçado do caminho de Anchieta.

⁴⁹ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Benedito Carlos Amâncio da Silva em 04/09/2009.

⁵⁰ Idem

⁵¹ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Domingos em 03/09/2009.

A escolha desta região, particularmente dos municípios de São Bernardo, Santo André e São Caetano (ABC) como sede destes investimentos não foi ao acaso, pois se deveu a uma soma de fatores locacionais favoráveis naquele instante. Por exemplo, a relativa proximidade do maior mercado produtor e consumidor do país, o Estado de São Paulo, em especial a capital, ao porto de Santos, que possibilitou às empresas, importações de grandes encomendas, tais como máquinas, equipamentos, ferramentas, peças e insumos; e também, mais tardiamente, as exportações.

Inaugurada em 1947, a via Anchieta possibilita o rápido acesso rodoviário aos grandes centros urbanos e, passando por São Bernardo interliga o município de São Paulo ao porto de Santos. Quase 22 anos pós a sua inauguração iniciou-se a construção da rodovia dos Imigrantes, estrada de rodagem de elevado padrão que vai do planalto ao litoral. A construção destas vias de escoamento das produções da região também atendia a uma demanda que foi se consolidando na região que se desenvolveu rapidamente nos anos de 1970.

Acompanhando as metas do governo central, prefeitos dos municípios do ABCD, passaram a oferecer grandes áreas, a preços simbólicos e com todas as facilidades e garantias propiciadas pelo setor público, no que se refere aos serviços essenciais como via de acesso, água, esgoto, energia elétrica, meios de comunicação e transportes, para as empresas e, em algumas circunstâncias, também para alguns segmentos dos trabalhadores que chegavam à região, atraídos pelas oportunidades de emprego.

Espelha bem a aglutinação destes fatores, por exemplo, a entrevista do presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA). Conforme suas palavras,

Atualmente, temos aqui (na região do ABC) toda uma estrutura montada, mão-de-obra a vista e qualificada. Investimentos muitos altos feitos nas plantas e várias outras vantagens intrínsecas que nos mantêm e nos manterão aqui. Agora porque os [fabricantes até então ausentes do mercado brasileiro e que estão constituindo unidades industriais no país] Não vieram para cá? O motivo é um só: o grande ABC está caro e não podemos ignorar isto. Para vender um produto, o custo tem de ser baixo para ser competitivo. Por isso as indústrias procuram lugares mais baratos quando você sai do Grande ABC e do Vale da Paraíba, o custo, principalmente o da mão-de-obra, cai pela metade. Temos de encarar isto como realidade e não ficar nos escondendo em subterfúgios.⁵²

⁵² Entrevista de José Carlos da Silveira Pinheiro ao Diário do Grande ABC. Santo André: 1997 p. 18 e 19;

Por volta da década de 80 a crise pelas quais passam os países latino-americanos mostra seus reflexos no ABCDMRR. Tal crise configurou no Brasil o período que ficou conhecido como “a década perdida” e marca o fim do “milagre econômico” tão alardeado pela ditadura. A manutenção prolongada de elevadas taxas de inflação, problemas crescentes com a gestão da enorme dívida externa e interna, estagnação econômica, a quase hiperinflação, a redução da renda por habitante, e a profunda crise fiscal do Estado afetam sobremaneira a região.

Por volta de meados da década de 80 (...) a economia da região do ABC começou a apresentar graves sinais de stress. De forma muito parecida com os casos anteriores de centros industriais Fordistas da América do Norte e Oeste Europeu na de 70, o avanço econômico da região do ABC estava agora sendo ameaçados por uma combinação de altos salários, sindicatos militantes, valores de terras em ascensão, congestão urbana e assim por diante. Novos investimentos na planta industrial da região foram cessados e um processo massivo de descentralização da capacidade de produção e do emprego para partes menos desenvolvidas do estado de São Paulo e áreas adjacentes estava tornando-se evidente. (...) a “inflação que (...) havia sido no Brasil de 93,5% em 1981, subiu em 1984 para 239%” ⁵³

Os economistas reafirmam as características da década de 80: baixos níveis de crescimento da atividade produtiva (2% de crescimento anual médio do PIB) depois das taxas de crescimento superiores a 10 % ao ano no período do chamado “milagre econômico” ⁵⁴ no início da década de 1970; aceleração da inflação e desorganização do sistema de preços; sucessivos e ineficazes “pacotes” de combate á inflação (Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão), bastante identificados com a idéia de “congelamento” de preços; expansão da dívida externa, junto ao FMI.

Não podemos esquecer que a década de 80 e 90 do século XX deixou profundas marcas na história. Ocorreu nesse período, entre tantos outros fatos o fim da União Soviética, caiu o muro de Berlim, surgiram os blocos econômicos regionais e expandiu-se o novo modelo de produção que transformou a forma de organização das fábricas tayloristas/Fordistas.

Apesar disto a importância da região no computo geral da atividade produtiva da região é reconhecida ainda hoje, até mesmo pelos integrantes de um dos

⁵³ FERNANDES, Antônio Jorge, (1988) PAIS, Cassiano. *A Economia Brasileira na Década de 80: Conseqüências da crise da dívida externa, inflação e crise do Estado.*

⁵⁴ Para análise das políticas econômicas das décadas de 1980 e 1990 no Brasil e seus impactos sobre a sociedade brasileira, ver Belluzzo e Almeida (2002). Para um estudo da evolução da economia da região do ABC na década de 1980, ver SILVA, (1994), e ANAU (2001). FMI –Fundo Monetário Internacional.

maiores grupos que lutam contra a desigualdade racial, existente na região, ou seja, o Movimento Negro unificado (MNU). Segundo eles, que serão melhor apresentados abaixo, a importância de sua atuação na região está no fato de que esta é:

- A maior região de atividade industrial da América do Sul;
- A maior produtora de móveis do Brasil;
- A região que contém a Capital Nacional da Indústria Automobilística⁵⁵

2.1 - Organização do Trabalho no Século XX

No interior desta renovação tecnológica a mudança do processo de produção e de organização do trabalho, enfatizando a importância de produzir mais em menos tempo, é um dos cerne da questão surgida para superar as cíclicas crises de lucratividade do capitalismo.

Este é o caso das diversas formas de organização do trabalho desenvolvidas no século XX que coexistem na atualidade e têm o mesmo interesse comum, ou seja, aumentar a produtividade para ampliar os lucros.

No início do século XX, o engenheiro Frederick Taylor, da Pensilvânia (EUA), criou um método de organização do trabalho que ficou conhecido por taylorismo. À luz desse quadro Taylor observou que havia um grande descompasso, ou seja, esbanjamento de tempo durante o processo produtivo, o que para ele indicava tempo perdido. Neste sentido, cronometrou cada fase do trabalho e eliminou os movimentos grandes ou inúteis, conseguindo, com isto, que a produção dobrasse. A cronometragem estabeleceu, para cada operário, o tempo de conclusão de certo trabalho, determinado aos engenheiros; e não aos trabalhadores, definir esse tempo.

Taylor afirmava que os operários eram incapazes de determinar não apenas o tempo, mas também o tipo de ferramentas que deveriam usar na execução de um trabalho e que eram incapazes por não terem formação adequada. Como consequência, diziam: esses se tornam indolentes, não tendo vontade para executar de modo satisfatório, o que deveriam. Taylor argumentava a importância do papel da gerência, cuja função era a de controlar toda a produção; para tanto, era fundamental que o gerente tivesse pleno domínio de todo o processo produtivo. Daí ter proposto a racionalização do trabalho através da diminuição do tempo gasto por

⁵⁵ CONCEIÇÃO, Jefferson José da, (2008) *Quando o Apito da Fábrica Silencia* São Paulo: ABCD Maior.

movimentos desnecessários, ou seja, o melhor era organizar o processo produtivo com o menor número de movimentos possíveis e com a maior repetição sem alterações. O empregado era comparado a uma máquina, passível de ser “programado”.

Este aumento da exploração da mais-valia absoluta e relativa que trouxeram inúmeros problemas para os trabalhadores, além do rebaixamento da robotização humana, foi ampliado com as inovações na linha de montagem desenvolvidas por Henry Ford, o que provocou uma revolução no modo de produzir e expandiu os mercados, ao incorporar a produção em série à indústria automobilística. Ford desenvolveu uma forma de organização de trabalho, conhecida como fordismo⁵⁶, que incorporava o sistema da linha de montagem: os trabalhadores permanecem fixos em seus postos e uma esteira transporta as peças. A linha de montagem criou a especialização da mão-de-obra e cada funcionário realizava seqüencialmente uma operação simples e repetitiva, eliminando qualquer atitude criativa, assim como ocorrera no Taylorismo. Ford também tinha a intenção de aumentar a produtividade e, em consequência, baratear o preço final do produto. A elevação brutal da produtividade permitiu à Ford reduzir o preço de cada automóvel, na época, de US\$ 1.340 para cerca de US\$ 200!

Com todas essas alterações na produção, a situação dos trabalhadores modificou-se profundamente. A produção em série reduziu, de fato, o preço dos produtos, ampliou as vendas e aumentou os lucros, mas o trabalhador⁵⁷ realizava uma atividade exaustiva e monótona, privado do ato de pensar sobre o processo de produção.

⁵⁶ Fordismo: Grande escala: o volume barateia o custo por unidade produzida, aumentando a produtividade e os lucros; Linha de montagem em série trabalho especializado; É realizado no final da produção com o apoio de sistemas de controle computadorizados.

⁵⁷ “O resultado claro da aplicação desses princípios é a redução para o operário da necessidade de pensar e a redução ao mínimo de seus movimentos. Sempre que possível, o operário faz apenas uma coisa, com um só movimento. [...] O trabalho repetitivo, o fazer contínuo, sempre do mesmo modo, de uma única coisa, é uma perspectiva terrível para certo tipo de mentalidade. É terrível também para mim. Eu não conseguiria nunca fazer a mesma coisa todos os dias; mas para outro tipo de pessoa, diria talvez que para a maioria das pessoas, as operações repetitivas não são motivo de terror. Na realidade, para alguns tipos de mentalidade, pensar é verdadeiramente um castigo. Para essa gente, o trabalho ideal é aquele em que o instinto criativo não se deve exprimir. Os trabalhos em que é preciso colocar cérebro e músculos têm poucos apreciadores.” In: DE MAIS, Domenico. *O futuro do trabalho*. Brasília/Rio de Janeiro: UNB/José Olympio, 1999, p. 135.

Toyotismo e outros tipos de organização do trabalho vêm sendo incorporados ao processo produtivo, e um deles ficou conhecido como toyotismo⁵⁸, por ter sido desenvolvido nas fábricas japonesas desde a década de 1950, principalmente nas unidades fabris da Toyota. Trata-se de um modelo flexível de produção, em que o operário é qualificado permanentemente para, se necessário, desempenhar diversas funções no processo produtivo.

Outra inovação, também desencadeada pela concorrência do aumento da produção com menores custos, foi a denominada *Just-in-time*. De origem japonesa, passou a ser implantada em todo o mundo. Trata-se de uma forma de gerenciar a fábrica, adequando o ritmo da produção industrial às demandas do mercado, diminuindo a estocagem de matérias-primas e/ou de produtos. As atividades diárias da fábrica são programadas em função das demandas: quanto produzir? Qual é a cor preferida? Quem vai querer os acessórios? As respostas, definidas pela rede de distribuição e vendas, desencadeiam a produção. Assim, o capital não fica empatado nos depósitos da indústria, aguardando as vendas, e pode se reproduzir no sistema financeiro, voltando à produção quando preciso.

Foi à luz desse quadro de mudanças no setor produtivo que o Brasil editou seu cenário político após as diretas já. As eleições de 1989 despontavam no horizonte político como baluarte destas mudanças, com a candidatura que representavam os pólos opostos da sociedade: de um lado, Luis Inácio Lula da Silva, operário advindo daquelas formas inovadoras do processo produtivo, morador de uma das cidades do ABCD – São Bernardo, líder sindical e também do recém fundado Partido dos Trabalhadores (PT). De outro, Fernando Collor de Mello, pertencente às oligarquias nordestinas, expressão do conservadorismo que sempre aliou latifundiários e industriários na condução das decisões políticas do país, juntamente com os remanescentes do período ditatorial – senadores antes biônicos, governadores e prefeitos antes interventores e que agora se reapresentavam no cenário político travestidos de democratas.

Daí Collor ser referendado pelos grandes setores da mídia brasileira como o homem que iria modernizar o Brasil e prepará-lo para o século XXI. Lançado como o homem capaz de moralizar a máquina estatal, pelo que ficou conhecido como o

⁵⁸ Toyotismo: Estoques mínimos: as quantidades são programadas de acordo com as encomendas dos consumidores, evitando desperdício; Ilhas de produção: trabalho em equipe; os trabalhadores participam de todas as etapas de produção; Provém da experiência e da criatividade da equipe durante o processo de produção.

caçador de marajás (alusão à exclusão de funcionários públicos que acumulavam cargos e recebiam altos salários em seu Estado - alagoas), Collor ganhou o apoio dos setores das classes populares e das camadas médias despolitizadas, o que se somou ao total suporte que lhe foi dado pelos segmentos dominantes, apostando nele como a alternativa para enfrentar a “esquerda”, representada por Lula e por Leonel Brizola.

Fernando Collor de Mello, que venceu Luiz Inácio Lula da Silva no segundo turno das eleições, defendeu em campanha o discurso do ataque frontal às ineficiências do Estado brasileiro, enquanto o líder operário da região do ABC, o candidato pelo partido dos trabalhadores (PT), propôs entre outros pontos, a reforma agrária, a moratória da dívida externa e a defesa dos salários dos trabalhadores contra a especulação financeira. A esquerda dividida (Brizola e Lula) não conseguiu força suficiente para derrotar o candidato das classes dominantes. Fernando Collor de Mello foi eleito no segundo turno, em disputa com Lula, em dezembro de 1989.

Empossado no ano seguinte, Collor iniciava um dos mais escandalosos governos do Brasil. No entanto, ele encetou uma série de políticas para que o país pudesse reproduzir aqui as estruturas predominantes nos países mais avançados, sendo o Plano Collor em 1990, o marco da abertura econômica desse período.

Logo no início de seu governo Collor buscou aplicar uma reforma do Estado que incluía a reforma administrativa, as privatizações e um conjunto de medidas liberalizantes, entre as quais a quebra de monopólios, a abertura econômica, a desregulamentação e o fim subsídios e incentivos fiscais. O início da abertura econômica e as políticas ortodoxas de combate à inflação contribuíram, não obstante, para que a indústria brasileira sofresse seu primeiro revés nessa década, expressa na retração de 8,7% na produção industrial de 1990 e na estagnação em 1991. Isso se refletiu no aumento da taxa de desemprego aberto, de 3,3% para 3,2% e na queda da renda per capita.⁵⁹

Deu-se assim, início ao processo de liberalização das importações e de constituição de um novo modelo de inserção do Brasil na economia internacional. A instabilidade monetária, contudo, continuava como um dos maiores desafios a ser enfrentado pelo país, a que se acrescia a manutenção das mesmas condições para os

⁵⁹ Câmaras Setoriais: para além do Complexo Automotivo, departamento de Estudos socioeconômicos e Políticos (Desep) da CUT, Central Única dos Trabalhadores, São Paulo, série “Textos para discussão” n.6, outubro de 1993.

trabalhadores, que já estavam postas desde o período da ditadura. Sobre o período Collor, o Sr. Benedito Carlos Amâncio da Silva se lembra que, apesar de ter entrado na universidade e ter concluído o curso técnico, o momento foi muito ruim. Foi um “momento de crise da indústria, de abertura das indústrias, indiscriminadamente. Aquela avalanche de demissões no início do governo Collor: a entrada de produtos, indiscriminadamente no país⁶⁰. Com todos os familiares desempregados a Sra. Márcia Regina Damasceno Silveira de 47 anos, casada, e que se define como educadora social relata que havia conseguido trabalho oficial “e tinha 5 pessoas desempregadas. Então, foi um período ruim. “Nesse período eu tenho uma lembrança ruim que foi o falecimento do meu pai, só eu trabalhando, foram difícil, 90 foi uma passagem complicada”.⁶¹

Depois de denúncias de corrupções, durante o governo Fernando Collor de Melo, o país mergulhou numa crise política e econômica que gerou a cassação de seu mandato e de seus direitos políticos em 1993. Vivemos então mais um período de inquietações políticas. Ao assumir, no lugar de Fernando Collor de Melo, o vice-presidente, Itamar Franco nomeia uma nova equipe econômica, entre eles estava Fernando Henrique Cardoso que mais tarde assume a pasta de Ministro da Fazenda. Em seu discurso de posse este afirmou que o Brasil tinha três problemas a resolver: “o primeiro problema era a inflação, o segundo era a inflação e o terceiro era a inflação.” Uma inflação que, apesar de seus esforços, ainda permanece na memória de alguns dos entrevistados como uma das características de seu governo. Neste sentido, é bem ilustrativa a fala de D. Marcia Regina Damasceno Silveira, ante a pergunta sobre o que rememorava do governo de FHC.

R: Lembro que, por causa do desemprego nós, os irmãos da parte do meu marido, a gente comprou um bazar, uma papelaria e nesse bazar a gente vendia material e todo dia tinha que aumentar o preço. Aumentava o ônibus, aumentava a linha que a gente vendia na loja, todo dia tinha remarcação de preço “desse jeito as pessoas não vão comprar na nossa loja por causa disso”, fazíamos compras na 25, os preços tinham aumentado então todo dia a gente tinha que remarcar os produtos. Por isso a nossa loja não durou nem 5 anos, porque a gente não entrava nessa lógica do capitalismo, a gente via muita injustiça “pô, aumentou ontem, aumenta hoje, as pessoas né... o salário nada”.⁶²

⁶⁰ Entrevista concedida ao autor por Benedito Carlos Amâncio, no dia 04/09/2009.

⁶¹ Entrevista concedida ao autor por Márcia Regina Damasceno Silveira. Reside no ABCD Paulista há 47 anos: “(43 anos, mais ou menos 5 na Água Funda, São Bernardo do Campo). Hoje moro no Jd. Campanário, no bairro Paineira, lá eu moro a 38 anos na Cidade de Diadema”, no dia 03/09/2009.

⁶² Idem

Já outro entrevistado, situa bem o controle da inflação que foi o carro chefe deste presidente, o que lhe possibilitou ser reeleito. Conforme Oscar que é professor de Geografia e residente atualmente em São Paulo, mas que já morou em Diadema.

R: Na minha experiência de vida --- me lembro que ele derrotou o Collor. --- muito a questão econômica do Brasil. A partir do Real, --- Essa fase foi muito boa, acabou tirando o Brasil de uma situação... A questão da inflação: me lembro que comprava um produto hoje e se fosse comprá-lo daqui a um mês ele já estava com o preço muito mais alto. Hoje, está praticamente estabilizado. Então foi um momento legal, interessante. Agora, analisando hoje, foi bom e ruim porque muitas coisas aí os favorecidos foram as pessoas da elite.⁶³

No final de 1991 e o final de 1993 teve lugar uma experiência tripartite inovadora relativa à elaboração e a negociação de uma política industrial⁶⁴ no país que foi a instalação da Câmara Setorial da indústria automobilística. Pode-se dizer que o surgimento desta câmara foi resultado de uma combinação de fatores, a saber: a própria crise da atividade industrial, que gerou a aproximação de interesses momentâneos entre as representações do capital, do trabalho e do poder público, que, em condições normais, mantêm relações conflituosas entre si; a capacidade Histórica de organização e negociação dos atores envolvidos, sobretudo as multinacionais do setor automotivo e os sindicatos dos trabalhadores com destaque para o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André.

Por sua importância na história industrial do país como mecanismo democrático de um governo setorial, pelo que representou em termos de aprendizado para os atores da região do ABC- aprendizado que irá se refletir alguns anos mais tarde na criação da Câmara Regional do ABC-, em 1997, é útil resgatar os elementos mais gerais da câmara setorial como espaço de gestão pública setorial.

Após do período de transição, o agora Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, em seu discurso de posse, apresenta o Plano Real para resolver os problemas econômicos e assume o compromisso de trocar a moeda podre do país por uma moeda mais saudável, criando assim o Real. Este fato se transformou em um instrumento eficaz naquele momento para diminuir o “risco Brasil”,

⁶³ Entrevista concedida ao autor por Oscar, no dia 02/09/2009.

⁶⁴ CONCEIÇÃO, Jefferson José da (2008). *Quando o apito da fábrica silencia*. São Paulo: ABCD Maior.

aumentando assim a confiança na economia Brasileira. Ao mesmo tempo essa mudança na política potencializou o então Ministro em um forte candidato a presidente da República. E de fato depois das eleições de 1994, ele derrotou o candidato do partido dos trabalhadores (PT) Luiz Inácio Lula da Silva. No entanto, conforme as memórias de Sirlei Rodrigues, para o trabalhador...

R: Eu, na época estava desempregada, fui para o IBGE, depois fui fazer SENAI. Quando ele foi eleito, eu senti que todas as fichas foram depositadas naquele programa da inflação zero, o plano real. Durante uns três anos, eu achei que aquilo era realmente um plano adequado, porque --- a gente tinha perdido poupança --- quer dizer, a gente tinha perdido a identidade de país. A gente não sabia votar. A primeira vez que a gente vota já faz uma coisa errada. Então, tivemos uma segunda chance de tentar limpar aquilo, mas a gente, todos nós, eu acho, somos muito preconceituoso com quem vem do povo. Então, --- vamos colocar alguém que fale inglês, vamos colocar alguém que tem faculdade... Eu também pensava assim, na época. "não, nem pensar. O cara não sabe nem falar". Então, nos tivemos acho três ou quatro anos --- Hoje, --- quem poderia imaginar que o nosso presidente estaria associado ao PMDB, com Sarney. Essa é uma decepção pessoal, por isso não me envolvo mais --- mas se ele não fizer isso, ele não vai ganhar de novo e aquele monte de gente que está ao lado dele vai ter que sair fora --- Nós não sabemos ainda o que é socialismo, liberalismo, então quando a gente aprender essas coisinhas estudando eu acho que a gente vai aprender a votar.⁶⁵

O Plano Real já no governo de Fernando Henrique Cardoso dá continuidade a tais políticas, pois "congelou" o câmbio e acelerou a redução tarifária de peças e veículos acabados. É bom lembrar que o setor produtivo automotivo, a partir dos meados da década 90 do século XX, ao mesmo tempo em que protegeu a produção nacional de veículos da concorrência com os produtos importados, gerou intensos efeitos sobre o setor de autopeças, causando quase um colapso no mundo trabalho na região do Grande ABC.

A repercussão deste momento nas lembranças do Sr. Celso Luis da Silva Celso Luis da Silva que tem 48 anos, mora em Diadema há 48 anos, é solteiro, sociólogo, e que agora está se formando em Filosofia, espelha bem esta configuração. Sua família reside na região desde 1954.

R: Eu me recordo muito bem. Eu me lembro de uma série de coisas dele. Primeiro, ele fez um governo ruim, um governo de entrega do patrimônio público ao setor privado. Ele aceitou de braços abertos essa política neoliberal que é o consenso de Washington que veio para o Brasil e foi o grande responsável pelo atraso do Brasil em tecnologia, em educação, enfim --- violência. Eu não vejo nada de bom do período desse presidente⁶⁶.

⁶⁵ Entrevista de Shirley Rodrigues concedida ao autor em 03/09/2009.

⁶⁶ Entrevista de Celso Luis da Silva concedida ao autor em 02/09/2009.

A política de abertura acelerada foi fatal para classe operária da região do ABCDMRR, particularmente após os “esvaziamentos” e a “evasão” industrial, conforme aponta o debate referente à crise de regiões industriais. O termo evasão industrial tem sido empregado recorrentemente como sinônimo de “fuga” das empresas das regiões de forte concentração industrial e organização sindical, ressalve-se, porém, que ainda são poucos os estudos científicos que o adotam. Em parte isto se deve ao próprio fato de que a transferências de unidades produtivas é um fenômeno apenas recente no Brasil, resultando do processo de desconcentração econômica (Pacheco, 1996:59).

Mediante este contexto de queda de investimentos na economia brasileira da expansão do desemprego, da autonomia dos gestores públicos locais, a região do ABCDMRR vai mergulhar numa grande guerra fiscal. O setor automotivo foi objeto dessa guerra e provocou uma grande descentralização das autopeças, gerando conflitos entre os gestores estaduais do país, possibilitando o enfraquecimento da região do ABCDMRR paulista e mudando a planta industrial desta região.

Alguns fatores contribuíram para que este quadro se configurasse. Um deles foi a crise econômica vivida pela região nos anos 90, durante o plano Collor, que provocou o fechamento de fábricas, causando desemprego, queda da arrecadação e da qualidade de vida do trabalhador. De acordo com o Diário do Grande ABC de 12/05/1998.

Mais da metade das empresas que tiveram suas atividades paralisadas na greve de 1978 já não existem mais ou transferiram suas unidades da região para outras cidades ou estados. A evasão industrial e fortalecimento dos setores de comércio e serviços mudaram o perfil econômico nos últimos dez anos. Antigas plantas industriais foram substituídas por modernos Shoppings, Hipermercados, franquias de Fast- Food e novas redes de vídeo locadoras. Este processo de mudança espacial produtiva pode ser percebido na avenida industrial. Em Santo André entre outros lugares.

Outro fato, a região foi mais uma vez palco de experiências inovadoras na reestruturação empresarial, como a introdução negociada da organização flexível do tempo de trabalho, dos grupos semi-autônomos e, da participação nos lucros e resultados e por fim o surgimento de um novo quadro institucional local na década de 1990, além do Fórum da Cidadania em 1995, da Câmara Regional em 1997 e da Agência de Desenvolvimento Econômico em 1998. Uma reestruturação que, na

experiência do Sr. Domingos da Costa Campos Junior se manifestou da seguinte forma

R: Eu me recordo sim do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. No governo dele, no segundo mandato, ele --- Houve muitas mudanças, prejudicou muito o trabalhador. Uma das mudanças que ele fez, de alguns aspectos, algumas formas podem ter beneficiado os empresários ou os políticos. Eles tiraram uma lei de incentivos e uma empresa que investisse em (mil) funcionários ela tinha o direito de restituir o valor ou parte do valor que era investido no Imposto de Renda. Eu lembro que na ocasião eu trabalhava em uma empresa que até oferecia essa possibilidade, mas depois desse governo dele acabou a empresa tirou. Hoje em dia, a gente, se quiser fazer algum curso, se quer estudar a gente tem que pagar. Antigamente a gente tinha incentivo⁶⁷.

Estas novas instituições aproximaram representantes de grupos e segmentos sociais diversos (governo do Estado, prefeituras, associações empresariais, sindicatos, entre outros.) para a construção de políticas públicas e privadas visando à revitalização da região, que historicamente, já tinha se constituído como umas das mais produtivas do país.

A história da implantação da política neoliberal mostra que na medida em que os governos avançam na aplicação dessa plataforma, podem mudar os interesses e a força dos setores sociais envolvidos no processo e, também as posições políticas assumidas pelas classes sociais pelas frações dessas classes e organizações partidárias e sindicais; marcada pelas incertezas e instabilidade a cada período de mudanças.

A política que atende aos interesses do capital estrangeiro aumenta o peso desse capital na economia brasileira e enfraquece os setores burgueses internos que poderiam, eventualmente, criar dificuldades à política de internacionalização da economia.

O neoliberalismo brasileiro foi “tardio” frente aos demais países da América Latina e embora o primeiro governo FHC (1995 a 1998) tenha acelerado sua implantação, essa política está longe de ter esgotado suas possibilidades no Brasil.

Em 1994, a unidade burguesa em torno da plataforma neoliberal prolongou-se após a eleição permitindo um grande avanço do neoliberalismo no Brasil foram feitas

⁶⁷ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Domingos da Costa Campos Junior no dia 03/09/2009.

importantes reformas constitucionais já em 1995. O processo de privatização foi ampliado com a desregulamentação formal do mercado de trabalho.

O processo de implantação da política neoliberal também tem produzido alterações no campo das classes dominantes. Pois muitos setores produtivos sofreram abalos constantes.

Todos os governos neoliberais chegaram ao poder através do voto. Na história do Brasil não tem sido sempre assim. Após vinte e um anos de ditadura militar, o projeto modernizador desenvolvido por décadas, buscava uma diversificação produtiva, com raiz numa política de “substituição de importações”.

O mercado externo cada vez mais competitivo, exigente de elevada produtividade e custo de produção decrescente, pressionava um modelo nacional. Tal competitividade capitalista exigia a ampliação do mercado e o fim de barreiras protecionistas no mercado interno, estimulando as associações regionais de livre comércio, ou seja, os blocos econômicos, o que de fato aconteceu no início dos anos 90.

Após a campanha das diretas já foi eleito Tancredo Neves de forma indireta para presidente do Brasil. Tancredo contraiu uma infecção hospitalar e logo se agravou causando sua morte. Assumiu em seu lugar o Vice - Presidente da República José Sarney em 1985. Já em 1986 o grande evento político foi a convocação de uma Assembléia Constituinte. Durante um ano e meio debateu-se e votou-se a nova Carta Constitucional brasileira, finalmente promulgada em outubro de 1988.

Foi nesse contexto que surgiu a candidatura de Fernando Collor de Mello. Contava com o apoio de consideráveis setores conservadores, assustados com a possibilidade de um governo de esquerda e que se viam diante da ausência de um candidato que pudesse proteger seus interesses. Na verdade, neste momento é que a política neoliberal entra em vigor no país, com a idéia fixa de abrir a economia brasileira para o mundo e enfraquecer o Estado Brasileiro a ponto de perder a capacidade de intervir na economia, na organização administrativa e social do país.

Uma parte do movimento sindical representada principalmente pela Central Força Sindical (FS) aderiu à sua maneira ao neoliberalismo.

Para compreender o que significa neoliberalismo é necessário fazer um breve histórico do pensamento econômico ideológico anterior ao neoliberalismo. Não se

trata de um estudo profundo, mas apenas destacar alguns aspectos que nos ajudem a entender os fundamentos neoliberais.

O liberalismo é um pensamento econômico que surge como reação ao Mercantilismo, que não é tanto uma corrente de pensamento, mas uma prática econômica que se dá nos países europeus no início do sistema capitalista: predomínio da atividade comercial, a qual estava orientada para a acumulação de metais preciosos (ouro e prata) já que isto era entendido como a única riqueza - maior entrada de ouro e prata mediante as exportações (venda aos demais países) e ao mesmo tempo, evitava a saída destes metais tratando de comprar menos no exterior.

A prática comercial levou à necessidade de encontrar novos mercados e novas fontes de matéria primas e, portanto, novas rotas comerciais. Isto foi o que conduziu ao descobrimento de novos continentes, América e África, onde se estabeleceram colônias de cada um dos países conquistadores da Europa e sobre os quais estes países impuseram um restrito controle comercial. Cada colônia só podia comercializar com pais colonizados, chamado de metrópole.

Como se estava iniciando a organização dos Estados Nacionais, toda a atividade econômica era controlada pelo Estado. Isto significa que o Estado era um monopólio.

Frente a esta prática mercantilista surge a primeira corrente de pensamento econômico que foi chamada de Escola Fisiocrata.

Fisiocracia quer dizer Reino da Natureza. Tal corrente surge na França em meados do século XVIII, ou seja, em torno de 1750. Naquela época a França era uma sociedade principalmente agrícola. Os Fisiocratas debatiam que a riqueza de uma nação não estava na acumulação de metais preciosos como acreditava no mercantilismo, mas na produção.

Mas a única produção que aumentava a riqueza para eles era a produção agrícola, porque esta era única atividade que partindo de uma quantidade de objetos, ao final se obtinha uma quantidade maior dos mesmos objetos em outros, mas sem aumentar a riqueza dos países. Por isso, para eles, só a agricultura era uma atividade produtiva. A indústria era uma atividade estéril. De outro lado argumentavam que a sociedade era governada por leis naturais na natureza. Por isso, para que a sociedade funcionasse bem era necessário que os homens não se opusessem a essa ordem natural mediante as intervenções externas e criticavam o

alto intervencionismo estatal praticado no Mercantilismo. Neste sentido, inventaram as frases que tem identificado o Liberalismo: *laissez faire, laissez passer* (deixar fazer, deixar passar, ou seja, o Estado não deveria intervir na economia).

Ao se impor o capitalismo industrial, graças à invenção da máquina e a introdução da mesma na produção, um novo pensamento passa a justificar as novas formas produtivas e organizativas e este novo pensamento é o liberalismo.

Assim surge o que irá se chamar a Escola Neoclássica, que quer dizer: *neo* = *nova* e *clássica*, porque retoma algumas das idéias (as que convinham) dos economistas liberais Adam Smith e David Ricardo, são também chamados de economistas clássicos.

Os economistas clássicos sustentavam que a vida econômica se desenvolvia mediante um contínuo conflito entre as distintas forças sociais: capitalistas, latifundiários e operários, ainda que elas não vissem a exploração existente no sistema capitalista. Em continuidade os neoclássicos apresentam o capitalismo como um sistema baseado na harmonia social. Ou seja, os agentes econômicos concorrem no mercado como fatores produtivos, uns com o fator capital e outros com o fator trabalho. Não há exploração, já que cada fator produtivo é pago segundo sua participação no processo de produção.

Sustentavam que a economia por si mesma sempre tende a manter-se em equilíbrio, o que quer dizer caminhar bem, sem necessidade de que o Estado intervenha em seu funcionamento. A intervenção do Estado pode levar a que o mercado siga caminhos equivocados e ocorra o que eles chamam de uma distorção de um fator produtivo, ou seja, quando um dos fatores passa a valer mais do que seu valor real. Referem-se eles, sempre ao fator trabalho, é evidente.

Assim o conflito não se dá entre capitalistas e trabalhadores, mas entre produtores e consumidores, que atuam racionalmente. Os produtores tratando de obter maior lucro e os consumidores tratando de obter a maior satisfação possível de consumidores encontram um ponto no qual ambos maximizam seus interesses. Ambos conseguem o maior benefício. Para que isto seja possível é necessário que não haja nenhuma intervenção do Estado na economia. Então, para que a economia funcione bem, devem ser os agentes privados os que atuam seguindo os movimentos da oferta e da procura, já que existe uma concorrência perfeita onde haveria uma infinidade de produtores e consumidores fazendo com que um sozinho

não seja capaz de impor preços aos demais. Isto assegura que os preços sejam preços justos.

Em 1929 surge uma crise profunda no sistema capitalista que pôs abaixo a idéia dos neoclássicos de que a economia era capaz de regular-se a si mesma e de que não era necessária qualquer mão invisível para evitar que ocorressem as crises econômicas.

Ante a quebra de muitas empresas privadas, a tábua de salvação foi a Intervenção do Estado na economia, o qual comprou muitas empresas falidas para assegurar o emprego dos recursos econômicos e, sobretudo da mão-de-obra. Assim, foi tirado do erário público o recurso, tanto para socorrer empresas, quanto criar empregos. Através da concessão de subsídios desenvolveram-se programas de assistência social, impulsionaram-se políticas para melhorar a distribuição de renda para toda a população com o objetivo de elevar o poder aquisitivo e que viesse a ter capacidade de comprar e demandar produtos, o que acabou por estimular a produção. Após a segunda guerra mundial, que na realidade, foi o fator a debelar mais esta crise do capitalismo, a Europa vive um período que foi denominado de Estado de Bem-Estar social, segundo o qual a maior parte da população obteve ganhos consideráveis em termos de qualidade de vida⁶⁸.

O termo Bem Estar Social – expressão das condições de vida vigentes nos países centrais do capitalismo, após a 2ª guerra mundial, e que o historiador Eric Hobsbawun denominou a terceira onda áurea do capitalismo. Tinha em seu bojo a concepção que o capitalismo poderia ser viável. O idealizador foi John Maynard Keynes, um britânico. O autor que despontou como o que, não apenas sintetizou as características deste movimento, mas teorizou sobre ele, lançando novas bases para a relação entre as empresas e o Estado foi o economista inglês nascido no ano 1883⁶⁹, John Maynard Keynes.

O Keynesianismo argumenta que o setor privado não é capaz por si só de garantir a estabilidade da economia. Não é capaz de evitar as crises profundas como a que se estava vivendo. Para que a economia se mantenha em equilíbrio e possa empregar todos os recursos é necessário que o Estado intervenha na economia. Estas idéias de Keynes foram postas em prática, sobretudo nos países

⁶⁸ HOBBSAWUN, Eric (1997). *A Era dos Extremos*. O breve século XX 1914-1991; São Paulo: Editora Companhia das Letras.

⁶⁹ Mesmo ano da morte de Karl Marx

ricos depois do término da II Guerra Mundial, e formam úteis para se recuperarem a crise. Neste caso o Estado foi a solução ao problema. É importante ter claro que o Keynes não questionava o sistema capitalista, mas sim que queria sua salvação.

O Estado do Bem Estar Social (EBES) foi visto como símbolo elevado das sociedades avançadas. Colocava-se como resposta do mundo democrático e capitalista as reivindicações da igualdade e de “superioridade moral” do “mundo socialista”. Era o modelo invejado pelos países subdesenvolvidos. Foi no processo de desenvolvimento do Estado do Bem Estar Social que surgiram as propostas de ações afirmativas⁷⁰ em relação à população afro-descendentes, da mulher e do índio entre outros. Conforme o Manual de Capacitação e Informação sobre Gênero, Raça, Pobreza e Emprego entende-se por ações afirmativas

Um conjunto coerente de medidas temporárias, promovidas pelo Estado e pela sociedade, com caráter compulsório, facultativo ou voluntário, cujo objetivo fundamental é enfrentar e reverter as desigualdades históricas vividas por determinados grupos sociais (minoritários ou majoritários), que não tiveram as mesmas oportunidades de acesso aos bens públicos que os grupos dominantes. São compostas por medidas, ações, resoluções, procedimentos administrativos etc., que têm o objetivo de preparar, estimular e promover a ampliação da participação de grupos discriminados nos mais variados setores da vida social, especialmente nas áreas de educação, trabalho (acesso ao emprego, formação e qualificação profissional, promoção etc.) e comunicação. As ações afirmativas devem ser vistas como parte integrante de uma política mais geral de promoção da igualdade de oportunidades e de combate ao racismo, ao sexismo e a todas as formas de discriminação.⁷¹

Ante as evidências da continuidade das desigualdades, propunham mudanças de um estado liberal neutro para um estado social interventor e promotor de justiça. Mesmo com as superações históricas, foi no Estado do Bem Estar Social que se solidificou a teoria da igualdade substancial e, assim, de um direito social.

Neste sentido, a população afro-descendente em busca do Estado de direito, organiza junto ao Estado uma pauta de reivindicações de ações afirmativas que

⁷⁰ Ações afirmativas é um conjunto coerente de medidas temporárias, promovidas pelo Estado e pela sociedade, com caráter compulsório, facultativo ou voluntário, cujo objetivo fundamental é enfrentar e reverter as desigualdades históricas vividas por determinados grupos sociais (minoritários ou majoritários), que não tiveram as mesmas oportunidades de acesso aos bens públicos que os grupos dominantes. São compostas por medidas, ações, resoluções, procedimentos administrativos etc., que têm o objetivo de preparar, estimular e promover a ampliação da participação de grupos discriminados nos mais variados setores da vida social, especialmente nas áreas de educação, trabalho (acesso ao emprego, formação e qualificação profissional, promoção etc.) e comunicação. As ações afirmativas devem ser vistas como parte integrante de uma política mais geral de promoção da igualdade de oportunidades e de combate ao racismo, ao sexismo e a todas as formas de discriminação. (Manual de Capacitação e Informação sobre Gênero, Raça, Pobreza e Emprego-OIT – GRPE-2005).

⁷¹ Manual de Capacitação e Informação sobre Gênero, Raça, Pobreza e Emprego (OIT – GRPE-2005).

pudesse incluir os negros no Estado de direitos. Consideravam que, além da política de compensação simples do Estado do Bem Estar Social - um estado democrático de direito-, mesmo mantendo a intangibilidade das liberdades elementares, terminaria por moldar os direitos que eliminariam as diferenças entre os grupos sociais.

No entanto, no começo da década de 70, provoca uma nova reviravolta na política econômica ocidental, principalmente nos Estados Unidos no Estado de Bem Estar Social. Esta nova crise do capitalismo mundial, gerada, sobretudo pela queda da produtividade e agravada pela subida dos preços do petróleo em 1973 e 1979 levou a uma recessão mundial, atingindo toda a economia forte do planeta e foi chamada de uma crise clássica de superprodução. Esta crise impôs à burguesia internacional um novo caminho político e econômico aos países desenvolvidos e, conseqüentemente, para todas as nações do globo.

A mudança central naquele momento foi a passagem de uma economia de estímulo à demanda e de uma dose de inflação controlada para uma política de estabilidade monetária ao preço de uma estagnação e até mesmo de uma depressão econômica. Esta crise vai continuar durante a década de 80, diminuindo o status de estabilidade política na Europa Ocidental, adquirida com o Bem Estar Social.

O desequilíbrio econômico gera instabilidade política e estas crises, independentes da ordem a que ocorrem são produtos das próprias contradições capitalistas. Assim, o fim do Estado de Bem Estar Social está associado à recessão econômica nos países desenvolvidos e aponta para uma retomada de um novo modelo econômico e para uma nova etapa de organização do capitalismo em todo mundo.

Junto com ela entra em crise também a teoria que havia guiado a política econômica desde o fim da II Guerra Mundial. Daí advir à lógica neoliberal: O estado não é a solução, é o problema.

Neo, quer dizer novo e Liberalismo se refere ao pensamento que serviu de base ao capitalismo desde seu princípio e que está baseado no individualismo e na liberdade de empresa. Denomina-se novo, porque ressurgiu depois de aproximadamente 40 anos, nos quais se praticou outro tipo de política econômica na qual o Estado intervinha de maneira considerável em todos os âmbitos da economia, inspirados na teoria Keynesiana.

O neoliberalismo interpreta a atual crise econômica como o resultado da excessiva intervenção do Estado na economia praticada desde a crise mundial dos anos 30. Nestes anos se acreditava que com a intervenção do Estado na economia uma nova crise seria evitada. Ante ao surgimento da crise iniciada em 1970 os neoliberais sustentam que a crise era culpa da intervenção do Estado na economia.

O Neoliberalismo pretende que a empresa privada retome as rédeas da economia que haviam sido arrebatadas pelo Estado. Para eles o Estado só serve para perturbar a ordem natural das leis de mercado, que é capaz de regular-se a si mesmo.

As soluções que propõem os neoliberais são: privatização e liberalização da economia, desaparecimento de programas de seguridade social, de construção de moradia pelo Estado, das leis de salário mínimo, da legislação a favor dos sindicatos; dos impostos às importações, do controle dos preços (feijão, milho, arroz), dos subsídios, entre outros.

O principal objetivo era a maximização dos lucros dos empresários privados (lucro econômico). E a este critério ficam submetidas todas as necessidades sociais. Para esta corrente, as satisfações das necessidades sociais se dariam através da geração do lucro de forma descentralizada na iniciativa privada. Por exemplo, Milton Friedman afirma que se há desemprego os salários devem ser rebaixados (o mesmo que recomenda o FMI para todos os países devedores e que têm problemas para pagar a dívida). E se esta redução de salários não é capaz de gerar emprego, então é preciso continuar baixando o salário.

Para que os salários possam ser rebaixados até que permita o pleno emprego, devem desaparecer os sindicatos que são a principal ameaça no mercado de trabalho, já que estes não permitem que haja uma livre contratação da mão-de-obra, impelindo que o valor da força de trabalho se fixe pelas leis de mercado.

Para eles o mercado pode tudo, neste sentido há uma absolutização do mercado e não se leva em conta que o mercado deixado a seu livre jogo não é capaz de garantir a satisfação das necessidades fundamentais de toda a população. O Mercado também é incapaz de evitar a destruição dos recursos naturais, o que compromete o futuro da humanidade.

Uma das preocupações fundamentais dos fundadores do Liberalismo era garantir a reprodução do sistema econômico em seu conjunto, tanto dos recursos materiais como do homem em geral e dos trabalhadores em particular. Na ideologia

neoliberal esta preocupação desaparece e aquela preocupação converte-se em um obstáculo (distorção) para o mercado. A satisfação das necessidades da população de forma direta é um critério que não conta para os neoliberais.

Nesta lógica o postulado fundamental “da liberdade econômica” deveria ser preservado, mesmo que, para tanto, fosse necessário restringir a liberdade política. Daí que os programas neoliberais tenham requerido sistemas políticos repressivos para sua implementação, como foi o caso do Chile sob a ditadura de Pinochet.

Os mesmos que tanto falavam contra a intervenção do Estado na economia, são os mesmos que sustentaram que deveria existir um aparato estatal forte no sentido de ter capacidade de reprimir e submeter a todos aqueles que questionassem os programas neoliberais e seus efeitos.

E ainda argumentavam que era necessário sacrificar uma parte da população para que os restantes pudessem viver melhor, conforme um dos representantes do neoliberalismo, Friederich Hayek. Pois os que sobrevivessem eram os fortes, as grandes empresas, os que tinham capacidade de tirar a economia da crise. A isto denominavam darwinismo social, ou seja, a ideologia que defendia o império da lei do mais forte, a lei da selva.

O discurso neoliberal apregoava assim a supremacia do mercado frente à ação estatal. Partindo do pressuposto que a competitividade inerente às regras do mercado (oferta e demanda) resultava em um equilíbrio na dinâmica social e das forças sociais, o neoliberalismo considerou que o livre jogo da oferta e da procura ajustaria os sistemas de preços e, juntamente com o papel interventor do Estado na regulação das relações de concorrência, permitiria uma alocação ótima dos recursos disponíveis, indicando as necessidades sociais e punindo as empresas ineficazes. A concorrência no sistema de preços e soberania do consumidor seriam aspectos indissociáveis de um mecanismo único, o mercado que estava na base da riqueza da liberdade e do desenvolvimento humano.

Assim o princípio de igualdade do liberalismo, a liberdade que tem o cidadão de escolher de modo soberano, se traduziu na liberdade do que e onde comprar. Ou seja, reduziu a liberdade à soberania do consumidor considerada como fator inerente a um ambiente de concorrência. Tal regra se aplicou também no concernente às outras áreas da sociabilidade, como por exemplo, a livre concorrência permitiria o desenvolvimento intelectual dos cidadãos, pois levaria à emergência dos mais aptos, capazes e talentosos.

A intervenção do Estado na economia, mesmo que bem intencionada, diziam os neoliberais, provocava o desperdício e a ineficiência e forjava a configuração do aparelho produtivo inadequada ao perfil da demanda. Em resumo provocava a alocação para apenas alguns setores, dos limitados recursos disponíveis, reduzindo a riqueza geral. A ação econômica do Estado criava privilégios para alguns e dependência para muitos. Os cidadãos habituar-se-iam ao paternalismo do Estado e, assim deixariam de resolver seus próprios problemas.

Segundo as novas teorias neoliberais, o Estado de Bem Estar Social era inviável ao desenvolvimento econômico do livre comércio. Na visão desses especialistas, entre eles Milton Friedman⁷², os gastos sociais eram responsáveis pelos altos impostos. Os sistemas de previdência e assistência social criavam gastos impossíveis de serem cobertos. As leis trabalhistas generosas responsáveis diretas pelo desemprego. Neste sentido, o Estado de Bem Estar Social deve ser eliminado.

Os neoliberais liberados por Milton Friedman sempre afirmaram que o Estado de Bem Estar Social era uma aberração. Tratava-se simplesmente de uma forma disfarçada de “consumo”. O verdadeiro capitalismo se baseia, dizem eles, na competição feroz entre as empresas e a perspectiva do desemprego (e da pobreza) é fundamental para o incentivo ao trabalho. A ideia do projeto neoliberal era a de criar uma economia internacional homogênea. Com a queda do muro de Berlim em 1989, tudo parecia acabado para os movimentos sociais. As entidades de classes como os sindicatos (químicos, metalúrgicos, construção civil, bancários, petroleiros, professores, entre outros) ficaram meio que sem direção, como se fossem órfãos, como se fosse o fim da história. Parecia que tudo aquilo pelo que lutaram não fazia mais sentido e as bandeiras de reivindicações sociais foram recolhidas. Foi neste contexto que o pensamento neoliberal se potencializou e organizou a pauta das transformações sociais.

2.2-O neoliberalismo à brasileira

O Brasil, como se sabe ingressou na era do neoliberalismo apenas nos anos 90. O neoliberalismo não é apenas uma política, é antes de tudo uma nova

⁷² FRIEDMAN, Milton, (1980). *Liberdade de escolher*, Rio de Janeiro: Record. Milton Friedman por ser ele o principal ideólogo do neoliberalismo da escola monetarista de Chicago, escola que exerceu grande influência na América Latina e também Europa.

configuração do capitalismo em uma direção hegemônica e concentrada. As políticas são decorrência disto. Nesta época, 38% dos empregados não possuíam carteira de trabalho assinada e apenas 58% da população ocupada encontrava-se na economia formal.⁷³

A luz deste projeto neoliberal, o Sr. Celso Luis afirma que isto afetou socialmente todas as áreas,

R: Nos anos 90 as coisas não foram boas mesmo. Primeiro, foi o início de um projeto político neoliberal, onde existiu um trabalho político que provocou o desemprego, a educação passou a ter pouco investimento – o chamado estado mínimo, a saúde sofreu também o impacto político neoliberal. Enfim, afetou socialmente todas as áreas.⁷⁴

Uma vez que, segundo Sr Celso Luis a situação do mercado de trabalho neste período era de desemprego na região do ABC paulista.

O desemprego. Com certeza, é o que falei anteriormente, quando foi implantada a política neoliberal na década de 90... o desemprego, eu fui uma das vítimas, não conseguia arrumar emprego devido ao chamado estado mínimo, inclusive a questão da idade e também pelo fato de ser negro.⁷⁵

Ainda acrescenta que a crise do liberalismo provocou uma situação desfavorável para o negro no Mercado de trabalho.

R: A crise do período, a política neoliberal afetou de fato todo mundo. Mas o negro, especificamente o negro eu volto a afirmar ele passou por duplo problema: A perda do emprego e segundo por ser negro.⁷⁶

Esta foi uma época que toda a América Latina passou por um período de desindustrialização, no interior do qual se observou uma reativação da antiga divisão internacional da produção, isto é, do sistema que conferia à América Latina a função de exportador de produtos primários e importador de manufaturados.

No Brasil a desindustrialização começou em 1990 com a abertura comercial promovida pelo governo Collor através da extinção de barreiras não- tarifárias e da redução das alíquotas de importação.

⁷³ Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho, Regiões Metropolitanas de São Paulo, Salvador, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre e distrito Federal – Outubro de 1999 - Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial (INSPIR).

⁷⁴ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Celso Luis no dia 02/09/2009.

⁷⁵ Idem

⁷⁶ Idem

Por outro lado, com a desregulamentação do trabalho e a flexibilização dos direitos trabalhistas, sob a justificativa de que estava proporcionando reformas para garantir os direitos sociais e garantir o trabalho a milhões de pessoas que ficam desempregadas com a automação, a década de 90 foi marcada por conflitos intensos entre o neoliberalismo e os trabalhadores.

Marcam o período mudanças no quadro social, político e institucional de abertura política, com a queda da ditadura e a transição representada pela nova República, à luta pela anistia, o surgimento de novos partidos e instituições, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a campanha pelas diretas, a Constituinte e a aprovação de uma nova Constituição Federal em 1988, assim como as eleições diretas para Presidência da República após quase três décadas de pleitos indiretos.

Na região do ABC (hoje ABCDMRR), a reestruturação produtiva da década de 1990, unifica os empresários em torno de um ponto comum: a necessidade de reduzir custos de produção na região, portanto, encontrar outras formas de viabilizar tal redução. Isto vai provocar profundas mudanças na classe operária, mudanças estas que resultam também de outras alterações preconizadas pelos neoliberais para reduzir custos.

Assim, o processo de substituição de importações, a abertura econômica acelerada em um contexto de políticas monetárias e fiscais austeras e o desenvolvimento de novos modelos de produção, toma o lugar de conceitos que norteavam práticas nas fábricas fordistas. Modelo que tinha como base as empresas japonesas que, já na década anterior, nos países avançados, vinham superando, em termos de produtividade, a forma de funcionamento das empresas ocidentais.

Com esse novo modelo de produção as fábricas enfrentaram obstáculos de toda ordem: baixas escalas de produção quando comparadas com a dos competidores internacionais, reduções de preços e melhoria da qualidade do produto por parte de clientes industriais e dos consumidores, a necessidades de captação de recursos para capital de giro ou investimentos, níveis de rentabilidade de atividade produtiva inferiores às taxas reais de juros alcançadas nas aplicações financeiras.

Este processo de reestruturação de cada empresa resultou de maneira geral em forte enxugamento do quadro de pessoal e até mesmo no fechamento de unidade produtiva no ABCDMRR paulista.

É neste contexto em que se associa a abertura democratizante pós- ditadura com as reformas neoliberais que se observa: o surgimento e criação dos Partidos dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), assim como de diversos outros movimentos sociais, como as lutas por habitação, educação, creches, transportes, saneamento, direitos humanos. Muitos destes movimentos foram catalisados pela Igreja Católica e passaram a ser identificados como suas pastorais: Pastoral do Negro, Pastoral da Moradia, Pastoral de Base, entre tantos outros. Surgem assim novos atores e lideranças no movimento social.

À diferença do que ocorre na Europa, o Estado de Bem Estar Social não chegou a fazer parte da realidade brasileira, e sequer ocorre o atendimento, pelo Estado, às demandas essenciais da população. No período em que a Europa vivenciou o Estado de Bem Estar, o Brasil ainda vivenciava os primórdios de sua industrialização, hiper tardiamente voltada para o desenvolvimento das empresas automotivas. A fase que ficou conhecida como desenvolvimentista experimentava uma inflação desregrada e os movimentos dos trabalhadores eram considerados uma excrescência degenerada e perigosa à ordem social. Quando sobrevém a crise do capitalismo na década de 1970, o advento do neoliberalismo pelas plagas brasileiras se fez a partir dos ditames ditatoriais, a começar pelo aumento da dívida externa para fazer face aos projetos de renovação tecnológica que sustentaria o “milagre brasileiro” e, no que concerne aos trabalhadores, pela desregulação do trabalho em contraposição ao aumento do emprego na região que ocorre no auge da ditadura. O período entre 1968 e 1974, período que compreende o “milagre econômico brasileiro” o país apresentou taxas do crescimento industrial superiores a 10% ao ano.

Na região do ABC o crescimento da produção de veículos, autopeças, eletroeletrônicas e máquinas fez aumentarem o volume de empregos no período ditatorial de forma que, em 1980, como mostra a tabela 2,4, a indústria metalúrgica do ABCDMRR empregava mais de 181 mil trabalhadores em São Bernardo do Campo, Diadema e Santo André.

Tabela- Número de trabalhadores na categoria do metalúrgico ABC, 1980-1999.

Ano	Empregados	Ano	Empregados
1980	181.898	1990	188.889
1981	153.390	1991	161.906
1982	147.285	1992	148.493
1983	145.991	1993	145.576
1984	152.225	1994	143.185
1985	175.346	1995	141.799
1986	196.439	1996	124.234
1987	203.022	1997	115.934
1988	194.245	1998	166.996
1989	195.742	1999	94.998

Fonte: Subseção Dieese do Sindicato dos metalúrgicos do ABC. - Média anual ⁷⁷

Mas os mecanismos concentradores de renda desses “milagres” atrapalharam as condições de melhoria de vida de grande parte dos assalariados. Uma das medidas da distribuição de renda mostrou o agravamento da concentração no Brasil nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Este indicador que varia de zero a 1, (quanto mais perto de zero, melhor a distribuição de renda, quanto mais próximo de 1 pior a distribuição), apresentou, de acordo com o IBGE, os seguintes índices: 0,5 em 1960, 0,56 em 1970, 0,59 em 1980, 0,63 em 1991 e 0,59 em 1999.⁷⁸

2.3 - A retomada das bandeiras contra a desigualdade

É por isso que esta região passou a ser palco de conflito⁷⁹ na relação trabalho e capital, na indústria do ABCDMRR, na segunda parte do século XX, sendo que as históricas greves de 1974 e 1980 constituíram a face mais visível desse ambiente.

⁷⁷ Obs.: A tabela não expressa a totalidade dos metalúrgicos na Região do ABC porque não inclui os empregos na cidade de São Caetano do Sul, pertencente à outra base territorial sindical. Estima-se que, em 1980, o número aproximado de empregados nas empresas metalúrgicas de São Caetano do Sul era de 25 mil.

⁷⁸ Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho, INSPIR. 1999.

⁷⁹ O interesse pelas greves do ABCDMRR ultrapassou o campo da universidade e do meio político. Elas foram tema dos mais diversos meios de expressão da intelectualidade, parte da qual vai naquele movimento o emergir meios as mais adversas condições, da “consciência de classe” por parte dos trabalhadores brasileiros. Tem-se, por exemplo, no cinema, vários filmes abordagem as greves de 1979 e 1980. Alguns dos mais conhecidos foram: *Greve 1*, de João Batista de Andrade (1979), *Eles não usam Black-Tie*, de Leon Hirschman (1981), *Linha de montagem*, de Renato Tapajós (1982), *ABC das greves* de, Leon Hirschman (1979/1990), e *Peões* de Eduardo Coutinho (2004). Segundo dados de Jeferson da Conceição (2008). Quando o Apito da Fábrica Silencia. São Paulo: Editora ABCD Maior.

Neste contexto o problema das desigualdades raciais no interior do trabalho, embora se mantivesse de forma clara, não fazia parte das bandeiras levadas a cabo pelos representantes dos trabalhadores, agora reunidos em torno do sindicato, cuja maior unidade estava no sindicato dos Metalúrgicos do Grande ABC que integrava a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Tais bandeiras serão incorporadas apenas a partir de fins da década de 1990, quando o grupo denominado de novo sindicalismo se alça à liderança desta entidade, a maior do país e da América latina.

Durante a década de 1980 e 1990, a desigualdade foi igual em qualquer sociedade. Em função “da precariedade salarial” devido às políticas econômicas dos governos autoritários, crescimentos da insatisfação gerada pelas condições de trabalho na grande indústria fordista (linha de montagem, movimentos repetitivos, penosidade, periculosidade, insalubridade) ⁸⁰.

Todos esses fatores e contradições explicam o crescimento das greves no final da década de 1970 nas categorias metalúrgicas do ABC, com destaques às greves realizadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e de Diadema. ⁸¹

Neste período os trabalhadores reunidos na CUT ampliaram o conceito de sindicato para o de sindicato-cidadão, ou seja, além dos interesses da categoria passou a intervir mais amplamente em temas como a defesa dos direitos da criança e do adolescente e da mulher o combate à discriminação racial, a luta pela reforma agrária, campanhas de combate à fome e um leque mais amplo de propostas que expressaram a consciência política e social dos metalúrgicos do ABC.

O então presidente da CUT de 1997 à junho de 2003, Luiz Marinho ex-presidente do sindicato dos metalúrgicos, começou a se destacar nacionalmente como representante de uma geração de jovem sindicalistas que buscavam manter a combatividade e resistência dos antigos líderes com ousadia e uma grande

⁸⁰ Modelo de produção fordista caracterizou-se por gerar fortes organizadores sindicais em regiões que adicionalmente nuclearam as grandes fábricas da indústria automobilística, siderurgia, química e mineração. Organizações como UAW, nos Estados Unidos, e /Gmeta// na Alemanha estruturadas nas respectivas regiões de Detroit e do vale do Ruhr, são conhecidas pelo seu histórico de mobilizações e conquistas ao longo do século XX. CONCEIÇÃO, Jefferson José (2008), Quando o Apito da Fábrica silencia, São Paulo: Editora ABCD Maior.

⁸¹ Para as greves do final da década de 1970 na região do ABCDMRR, ver entre outros, SAMPAIO. P. (19802), PIMENTA (1985), ANTUNES (1986); sobre história e as políticas do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, ver OLIVA (1987) e PINHEIRO (1990). Sobre o sindicato e identidade operária, verificar FUSER (1998), PARANHOS (1999) e RODRIGUES, KS (1995). Verificar também a trajetória do Lula em MOREL, Mário (1981) e BETO, Frei, (1989 e 2006). Lula o Início, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

capacidade de negociação e entendimento sobre os novos rumos do sindicalismo no Brasil e no mundo.

O Sindicato dos metalúrgicos do ABC é conhecido pela sua rebeldia no mundo do trabalho e é uma entidade que tem uma trajetória de organizar o trabalho por lutas históricas que levaram os trabalhadores à desobediência civil influenciando os movimentos sociais na luta contra as desigualdades de renda e de direitos.

Criado 1933, o sindicato congregou os metalúrgicos de toda a região do ABC ao longo de duas ditaduras: as condições de trabalho eram ruim, péssimos salários, direitos trabalhistas negados e em alguns setores praticamente inexistentes; e para complicar ainda mais a situação, havia forte repressão ao movimento sindical e total falta de infra-estrutura para a ação sindical. Para se fazer uma mobilização era preciso alugar, um caminhão para transportar os militantes; os sindicalistas andavam a pé, ou de ônibus e, muitas vezes, substituíram o carro de som e megafones realizando assembléias com a força do “berro”.

Segundo o sindicato, as dificuldades só reforçaram a coragem e a determinações dos companheiros trabalhadores de seguir em frente e dobrar o campo de militância desde as primeiras décadas de existência do sindicato. Sem deixar de lado o tradicional embate entre capital/trabalho por melhores salários e condições de trabalho, o sindicato começou a se preocupar com questões gerais, como por exemplo, a solidariedade aos operários espanhóis durante a segunda guerra civil de 1936-1939. Em 1943, o sindicato esteve à frente do movimento pela decretação da 2ª guerra mundial causada pelo movimento nazi-fascismo.

Com a instalação da indústria automobilística, a entidade se desmembrou e, em 1959, foi fundado o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e o de Diadema, que atuaram juntamente como Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, até a reunificação de 1963, quando foi criado, então o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

A reação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC contra a ditadura militar de 1964 a 1985 é outro momento histórico da categoria. Particularmente a partir de 1978, sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, o sindicato desempenhou um importante papel na luta pela recuperação da democracia no Brasil. Transformou-se num ícone da cultura trabalhista no Brasil; através da luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e direitos trabalhistas.

No dia 12 de maio de 1978, o Ato Institucional número 5 (AIS) deixou de vigorar. Considerado o mais duro do golpe militar, entre outras coisas acabara com as garantias do habeas – corpus e aumentara a repressão militar e policial. Para tanto em muito contribuíram os metalúrgicos do ABC que naquele ano entraram em greve, sendo que a maior paralisação ocorreu na Scania (planta de São Bernardo do Campo da montadora Sueca), dando início a um novo ciclo histórico das lutas sindicais no país que se irradiou para outras categorias e outros estados brasileiros. Essas mobilizações são apontadas como de fundamental no processo de construção do Partido dos Trabalhadores, a partir de 1979, e da (CUT) Central Única dos Trabalhadores, fundada em agosto de 1983.

O primeiro presidente nacional da CUT foi Jair Meneguelli ex-presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Mais tarde o sucedeu o então deputado Vicentinho de Paula de 1985-1994, que na sua gestão priorizou a organização dos trabalhadores no chão de fábrica. Conforme recorda Vicentinho, depois das mobilizações as empresas demitiram os líderes e a militância estava sendo destruída. Assim, diz ele, na nova conjuntura os metalúrgicos compreenderam que a greve, embora fundamental como instrumento de luta, já não era a única forma ou método de ação.⁸²

Nas negociações travadas em 1992, na Câmara Setorial da Indústria Automobilística, em Brasília, a presença dos metalúrgicos do ABC novamente causou impacto. Foi aí que o sindicato revelou sua nova face: foi “armado” com propostas abrangentes de política industrial, que nem governo nem empresários tinham conseguido formular. Mais que isso, estava preparado para uma negociação flexível, colocando em primeiro lugar as exigências de retomada do crescimento econômico de consolidação do Brasil como potência industrial⁸³.

⁸² CONCEIÇÃO Jefferson José da, (2008). *Quando o apito da Fábrica Silencia*, São Paulo: ABCD Maior.

⁸³ ANTUNES, Ricardo (2000). *Adeus ao Trabalho?* São Paulo: Cortez.

BOITO, Armando Jr, (1999). *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*, São Paulo: Editora Xamã.

ABRAMO, Laís e RANGEL, Marta (2005). *Negociação Coletiva e Igualdade de Gênero na América Latina. Caderno GRPE*. Secretaria Internacional do Trabalho (OIT).

2.4 - Trabalhadores negros do ABCDMRR no contexto da reestruturação produtiva.

Ao longo de todo este período observam-se dois movimentos básicos no que concerne aos trabalhadores negros na região: o total silenciamento quanto às suas condições específicas e a continuidade na sua condição de inclusão marginal. Atestam tal afirmativa, por um lado, o fato de que, nas mobilizações dos trabalhadores, as organizações consideradas críticas ao sistema, consideravam que o problema da desigualdade racial nada mais era do que a expressão da desigualdade econômica. Assim, se tais desigualdades fossem abolidas a discriminação racial não se sustentaria. Tal postura, muito debatida pelos integrantes de vários movimentos negros foi objeto de disputa até no interior destes movimentos e sobre isto falaremos mais abaixo.

Num total de 600.000 que vivem na região, cerca de 60 % se mantinham na condição de inclusão marginal CREPPIR (Centro de referencia de política da promoção da igualdade racial- 20/10/2006). Isto indica que suas condições pouco mudaram desde o final do século XIX não tendo conseguido entrar no projeto de um país moderno do século XX, que teve início com a chamada Revolução Brasileira de 1930, sob a liderança de Getulio Vargas que deveria ter abrangido, conforme o discurso oficial, todos os “nacionais” pelo menos. Ou seja, entre os nacionais não eram considerados os afro descendentes.

Transcorrido um século, entre o período imediato da abolição da escravatura e o advento do século XXI, apesar das novas formas de exploração capitalista, o que ainda está em questão são as reais condições de exploração da mão-de-obra negra na periferia das grandes cidades. Uma população que abrange:

- (A) Santo André – 637.010 habitantes;
- (B) São Bernardo do Campo – 565.620 habitantes;
- (C) São Caetano do Sul – 171.187 habitantes;
- (D) Diadema – 322.283 habitantes;
- (M) Mauá – 270.777 habitantes;
- (R) Rio Grande da Serra – 24.724 habitantes; e,
- (R) Ribeirão Pires – 384.604 habitantes⁸⁴.

⁸⁴ Dados apresentados pelo Movimento Negro Unificado (MNU).

Pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) mostram a precariedade enfrentada pelos negros no mercado de trabalho, em comparação com a enfrentada pelos não-negros. Considerando os dados como as taxas de desemprego, a presença nos diferentes postos de trabalho, numa pesquisa realizada nas seis maiores regiões metropolitanas do país⁸⁵, os dados demonstram o seguinte.

No ano de 1999, embora haja diferenças de região para região, as taxas de desemprego são maiores entre os negros do que entre os não-negros. Em São Paulo, essas taxas são de 23,9% para os negros e de 16,7% para os não negros.

A situação se complica no que concerne às mulheres, embora na relação entre homens e mulheres, estas estejam em piores condições para ambos os grupos étnicos – negros e brancos. Ou seja, tanto negras como não-negras têm taxas de desemprego superiores às médias em todas as regiões pesquisadas, enquanto as taxas entre os homens, tanto negros como não-negros, são sempre inferiores às médias.

Entre os quatro grupos, as mulheres negras têm as maiores taxas de desemprego. Com relação às condições de vida, os níveis de pobreza e indigência mostram que os pardos e os negros vivem em condições mais precárias do que os brancos: 48,4% dos pardos são pobres e 22,3%, indigentes; as proporções entre pretos são de 42,9% e 18,3%, de pobres e indigentes, respectivamente; enquanto 22,6% dos brancos são pobres e 8,1% são indigentes.

Ou seja, a situação da classe trabalhadora negra no ABC paulista nos dias de hoje apresenta grandes semelhanças com aquela formada pelos negros recém-libertos na década de 20 na cidade de São Paulo.⁸⁶

Quando analisamos as pesquisas mais recentes na região, observamos que as mulheres negras ganham menos, são mais afetadas pelo desemprego e têm o mais baixo grau de instrução na Grande São Paulo. Essas são as principais conclusões de uma pesquisa divulgada em abril/2007 em relação à situação da

⁸⁵ Dia Nacional da Consciência Negra (2001) Boletim do Dieese-Edição Especial, 20 de Novembro.

⁸⁶ Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho – Regiões Metropolitanas de São Paulo, Salvador, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre e Distrito Federal (1999). Outubro. Instituto Sindical Interamericano pela igualdade Racial (INSPIR – DIEESE).

mulher negra no mercado de trabalho entre novembro/2005 a novembro/2006 pelo Dieese.⁸⁷

Mais da metade dos 520,7 mil negros do Grande ABC – aproximadamente 287 mil pessoas – está abaixo da linha da pobreza, segundo estudo da ONG Observatório Afro-brasileiro. O estudo contou com supervisão da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e faz referência a quatro cidades da região: Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema.

Para Ana Cláudia Farranha, diretora da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, a própria estrutura social em que vivem os negros e a população pobre em geral dificulta sua ascensão social e a obtenção de melhores postos de trabalho⁸⁸. Temos uma situação que se perpetua ao longo do tempo, diz ela, pois um trabalhador negro com baixa escolaridade e pouca renda dificilmente consegue quebrar o ciclo e elevar seu nível de estudo ou possibilitar que seus filhos o façam.

Outro estudo, que tem como base os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) de 2004 e 2005, também indica que a maioria das mulheres negras empregadas (50,7%) está em postos de trabalho "vulneráveis" – sem carteira assinada, atividades familiares não remuneradas e trabalhos autônomos – quase um terço das mulheres negras na Grande São Paulo trabalha como empregada doméstica⁸⁹. O Dieese considerou os negros e pardos como população negra e os brancos, orientais e de outras etnias como população não-negra. Para Patrícia Lino Costa, economista do Dieese responsável pelo estudo,

Além do preconceito racial, a população negra, especialmente as mulheres, sofre com baixa escolaridade e problemas característicos de populações de baixa renda, o que dificulta uma boa inserção no mercado de trabalho. (...) Essa situação não se altera de um ano para outro. O crescimento econômico pode inserir mais negros no mercado de trabalho, mas questões estruturais precisam ser modificadas para que haja mudanças mais profundas.⁹⁰

A situação das mulheres negras no trabalho doméstico é considerada como uma das mais graves pela OIT e pelo Dieese. Com pouca formalização (apenas

⁸⁷ Mulher e Trabalho (2007). Boletim do Dieese. Edição especial sobre o mercado de trabalho feminino na Região Metropolitana de São Paulo. Abril.

⁸⁸ ABRAMO, Laís e FARRANHA, Ana Cláudia (2006). *Desigualdades de Gênero e Raça: Eixos Estruturantes dos Padrões de Desigualdade Social no Brasil*. São Paulo: Instituto ETHOS.

⁸⁹ Mulher e Trabalho (2007). Op. cit..

⁹⁰ Jornal *Diário do Grande ABC*, 18/11/2005.

32,9% possuem carteira assinada), as negras no trabalho doméstico também começam cedo no ofício: 3% das meninas desse grupo, na Grande São Paulo, entre 10 e 17 anos são trabalhadoras domésticas. Ana Cláudia, afirmou ainda que:

As empregadas domésticas apresentam problemas adicionais, como jornada de trabalho acima do legalmente permitido, o que dificulta qualquer tipo de atividade escolar, e a falta de contato com outras trabalhadoras, por causa do isolamento característico da atividade, o que inibe a ação por melhorias de trabalho.⁹¹

Assim, o estado capitalista moderno, do começo do século XXI, apesar de falar de inclusão social, da política de reparações, do reconhecimento à diferença, das políticas afirmativas etc., tem protagonizado um aumento indiscriminado das más condições de vida dos negros e de suas famílias.

A via democrática para a solução dos problemas sociais e para a diminuição ou erradicação das desigualdades e para a reparação das questões raciais tem se mostrado insuficiente na resolução de tais problemas.

Na realidade, o estado capitalista atual não só não consegue acabar com as questões da discriminação racial, como encontra outras formas, mais modernas, de mantê-las, para poder perpetuar sua exploração.

Os modernos liberais nasceram exprimindo uma profunda desconfiança para com toda forma de governo popular, tendo sustentado e defendido o sufrágio restrito durante todo o arco do século XIX e também posteriormente. (...) A pressão popular forçou o liberalismo a aceitar a ampliação da democracia. O novo liberalismo, ao enfatizar o aspecto do mercado e advogar o Estado mínimo, mostra-se incompatível com a democracia – ou seja, pode prescindir dela.⁹²

Apesar da dura realidade, o capitalismo atual, seja através dos órgãos governamentais ou dos seus ideólogos internacionais, apregoa que as diversas políticas de inclusão social favorecem sobremaneira as populações negras, especialmente as dos grandes centros urbanos.

O Estado neoliberal moderno, que é mínimo e enxuto para as políticas sociais, também advoga que solucionou, pelo menos em parte, a questão racial,

⁹¹ Mulher e Trabalho (2007), Caderno GRPE – Negociação Coletiva e Igualdade de Gênero na América Latina, Brasília: OIT – Secretária Internacional do Trabalho.

⁹² BOBBIO, Norberto. (1986), p.37, *O Futuro da Democracia*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

quando reconheceu a diferença e a desigualdade e elaborou as políticas públicas para esta camada da população. No entanto, como afirmou Norberto Bobbio,

A relação entre liberalismo e democracia foi sempre uma relação difícil (...) “Hoje, quando o liberalismo parece mais uma vez ancorado, coerentemente com a sua melhor tradição, na teoria do Estado mínimo, a relação tornou-se mais difícil do que nunca”, acentua.⁹³

O debate sobre a questão da discriminação racial e o reconhecimento da inclusão marginal ganhou força nos anos de 1990, conforme dissemos, no bojo de inúmeras contradições que se punham, tanto para os trabalhadores, quanto para a sociedade brasileira em geral. Mas para que ganhasse a visibilidade que passou a ter no cenário nacional e, particularmente passasse a figurar entre as bandeiras de luta na poderosa CUT e no sindicato do grande ABCDE..., foi necessário, primeiro, que os que sentiam na carne a discriminação enfrentassem seus próprios companheiros de trabalho. Pois é no cotidiano da luta, no dia a dia das contendas e nas contradições que se põem no interior da própria classe que o movimento avança.

Neste sentido é necessário recuperarmos um pouco a trajetória destes movimentos negros na região. Conforme definem os integrantes do Movimento Negro Unificado (MNU)⁹⁴ em sua seção do ABCD... Esta sigla indica:

(...) uma pessoa ou grupo de pessoas a/filiadas a entidades e/ou organizações que trabalham no sentido de encetar ações políticas e/ou políticas públicas objetivando combater o racismo e suas manifestações preconceituosas e discriminatórias; resgatar e preservar valores culturais africanos com todas suas evoluções desde África até sua diáspora.⁹⁵

A tônica de suas bandeiras é a independência em relação aos “partidos políticos, igrejas, centrais sindicais, Estado (governos: federal, estaduais e municipais) e demais instituições cujo controle esteja fora do alcance/domínio da população negra”.

O MNU foi criado em criado no ABCDMRR em 19.02.1989 com o objetivo de implementar “ações políticas e políticas públicas objetivando combater o racismo e

⁹³ BOBBIO, Norberto. (1986), p.86, *O Futuro da Democracia*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

⁹⁴ O Movimento Negro Unificado (MNU) foi criado em 18.06.1978, com representação a nível nacional, nos seguintes Estados: Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo mais o Distrito Federal; que tem sua atuação política norteada em seus documentos básicos, a saber: Carta de Princípios, Programa de Ação, Estatuto e Regimento Interno

⁹⁵ <http://possehausa.blogspot.com>. Acessado em 30/11/2008.

suas manifestações discriminatórias e preconceituosas na Região” e esta organização está vinculada em nível nacional a um programa de ação definido no IX Congresso Nacional do MNU, realizado em Belo Horizonte, Minas Gerais, nos dias 13,14 e 15.04.1990. Este movimento atua principalmente através da área educacional, pois considera que a luta contra a discriminação não passa apenas pela denuncia, mas também “Por uma educação voltada para os interesses do povo negro e de todos os oprimidos”.⁹⁶

Sua base de dados é bastante valiosa, pois vem aplicando sistematicamente, ao longo dos anos, um questionário junto a alunos e profissionais das redes públicas e privadas de ensino na região, com o objetivo de identificar os preconceitos e racismos veiculados entre os alunos e profissionais da educação e, portanto, expressos na sociedade daquela região. Conforme atestam, seus dados constataam a “perpetuação de prática pedagógica racista” cujos valores são os das classes dominantes, os quais tolhem uma grande maioria de exercer sua cidadania plena.⁹⁷ Destacam seus integrantes o diferencial que dá especificidade a esta questão no Brasil e também na região, que é o fato de que não se trata de uma luta das minorias, mas sim da maioria e que, se há alguma minoria esta se refere à sua representação no poder político e nas condições de inserção social. Por isto a palavra raça é tão questionada e deve ser retomada, pois tem uma função de reafirmar a denuncia da diferenciação entre os integrantes da sociedade, para além das desigualdades sócio econômicas.

Na região do ABCDMRR sua atuação do MNU se dá através da junção dos Grupos: Nzinga que era composto por militantes de Santo André; Katinguelê, que contava com filiados dos bairros Industrial e Parque São Bernardo, em S.B. Campo; dos grupos Balogum⁹⁸ e Posse Hausa que congregam, especificamente, rappers. Sua atuação vem se destacando pelas “ações políticas e políticas públicas as quais possibilitam o combate e a reflexão acerca da mazelas advindas do racismo e suas manifestações discriminatórias e preconceituosas em atividades próprias e/ou através de parcerias com terceiros”.

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ O Grupo de Trabalho Balogun, em 19.02.1989, tem como fundadores Adomair O, Ogunbiyi, Ilma Fátima de Jesus, Delmir Benício Paulino e Maria Angélica Pereira e atua nas regiões de São Bernardo do Campo, Diadema, São Paulo e Santo André.

Conforme informam os resultados de uma pesquisa realizada entre os anos de 1992 e 1993 entre profissionais da educação e alunos de escolas de segundo graus.

Cerca de 60% dos adultos, demonstraram desconhecer o Continente Africano, pois tal quais os jovens, enfocam os fatos veiculados conforme com televisão. Tanto jovens como adultos não leram livros sobre a questão racial ou participaram de atividades onde o assunto fosse abordado. Nossa pesquisa demonstra que a grande maioria, de jovens e adultos, não sabe definir ou conceituar o que é racismo, discriminação e preconceito raciais. Os jovens não têm opinião formada sobre as religiões afro-brasileiras e os adultos desconhecem-nas, pois nunca leram ou pesquisaram sobre as mesmas.⁹⁹

⁹⁹ Idem

CAPITULO III

Afro Descendente na Sociedade Brasileira.

De acordo com os dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000, o Brasil possuía naquele ano uma população de 170 milhões de habitantes, dos quais 65 milhões se identificaram como pardos (38,4%) e 10 milhões como pretos (6,2%), ou seja, 75 milhões de brasileiros (44,6%) se classificaram como negros, conforme convenção do IBGE (negro é quem se autodeclara¹⁰⁰ preto ou pardo). Os negros constituem uma expressiva parcela da sociedade e a maioria deles no país ainda sofre com falta de inserção social, sendo comum não ter acesso à educação de qualidade (especialmente, ao ensino superior), ao mercado de trabalho, à saúde e à cidadania, de modo geral.

Pesquisas indicam que o negro, no Brasil, é penalizado com uma taxa de escolarização bem inferior à dos brancos, com maior índice de analfabetismo e menor representação no ensino superior, apesar de alguns avanços nos últimos anos. Entre os brasileiros, a taxa de analfabetismo era de 12,4%, em 2001, entre os negros, a proporção era de 18,2% e para os brancos, de 7,7%.

Em média, a população branca estudava 6,9 anos e a negra, 4,7 anos. A menor média de anos de estudo dos brasileiros foi observada na região Nordeste: 5,7 anos para os brancos e 4 anos para os negros. No Sudeste, onde se encontra a maior média de anos de estudo do conjunto da população – 6,7 anos –, os negros estudavam, em média, 2,1 anos menos que os brancos¹⁰¹. Também são significativas as dificuldades dos negros para ter acesso e permanecer nos bancos escolares.

Diante deste quadro e levando-se em consideração que o nível de escolaridade da população brasileira é relativamente baixo se comparado com outros países do mundo, mesmo entre países da América Latina, a situação é ainda mais alarmante.

¹⁰⁰ Negros são os brasileiros que se declaram de cor preta ou parda nas pesquisas dos censos nacionais. Nesse trabalho adotamos o método do IBGE (negro: cor parda ou preta, branco: cor branca, asiáticos: cor amarela). - Relatório IBGE

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2000/comentarios2000.pdf>

¹⁰¹ Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Desigualdade racial no Brasil www.ipea.gov.br

A desigualdade racial ainda implica na vulnerabilidade do negro com relação ao mercado de trabalho. A população afro-descendente trabalha mais e ganha menos que a população branca, ocupa menos postos estratégicos e melhor remunerados e está mais sujeita ao desemprego. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE demonstra que, em 2006, o rendimento médio real das mulheres não-negras era de R\$ 524,60, enquanto o das negras era de R\$ 367,20. Já os homens negros receberam um rendimento médio de R\$ 451,10 contra a remuneração de R\$ 724,40 obtida pelos não-negros.

Os negros brasileiros também possuem problemas específicos com relação à saúde. Dados apresentados na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial¹⁰² indicam que entre os nascidos vivos negros, a proporção de nascimentos provenientes de mães adolescentes de 15 a 19 anos foi de 29%, 1,7 vezes maior que entre nascidos vivos brancos (19%). O cenário referente à prematuridade e à mortalidade infantil também apresenta uma disparidade quando relacionado à raça, cor e etnia. A maior proporção de nascidos vivos prematuros (gestação, 37 semanas) foi registrada nos recém-nascidos indígenas e pretos, ambos com 7%. Os menores percentuais de recém-nascidos prematuros foram observados entre os nascidos amarelos e pardos, ambos com 6%. O risco de uma criança negra ou parda morrer antes dos cinco anos por causas infecciosas e parasitárias é 60% maior do que o de uma criança branca. Também o risco de morte por desnutrição apresenta diferenças alarmantes, sendo 90% maior entre crianças negras e pardas que entre brancas. Ainda prevalecem os diferenciais de raça, cor e etnia, quando a análise está centrada na proporção de óbitos por causas externas. O risco de uma pessoa negra morrer por causa externa é 56% maior que o de uma pessoa branca. No caso de um homem negro, o risco é 70% maior que o de um homem branco.

A desigualdade racial, a discriminação, o preconceito e a falta de oportunidades incrementam a exclusão do negro dos direitos básicos da cidadania. Além da nacionalidade e dos direitos políticos, a questão da cidadania, atualmente, tem um conceito bem mais abrangente. Em outras palavras, pode ser definida como o direito de ter direitos, e estes efetivados. Podemos citar os seguintes direitos

¹⁰² SEPPPIR/Brasil- (2007), Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial, Caderno GRPE – Módulo II Gênero e Raça.

fundamentais, de acordo com a sistemática constitucional brasileira, indispensáveis para uma cidadania plena: individuais, sociais, coletivos, políticos e nacionais.

Apesar das conquistas consagradas, sobretudo, após a redemocratização em 1985 e, em especial, após a Constituição Federal de 1988, a luta pela efetivação e consolidação da democracia e da cidadania, sobretudo entre a população afro-descendente, ou seja, para o negro ainda tem sido muito árdua.

A pesquisa sobre as causas da condição social do negro no Brasil é sobretudo importante para que ações, programas e políticas, públicas e privadas, sejam adequadamente elaborados para enfrentar a triste condição desta população em nosso país. Sucintamente, gostaríamos de destacar as causas histórico-culturais das condições sociais do negro no Brasil (inclusive, origens do preconceito).

Em apertada síntese, não poderíamos desprezar a historicidade da situação do negro brasileiro, já aventada no início desta dissertação. O regime escravista, no Brasil, vigeu até o ano de 1888, quando houve a abolição da escravatura. Durante os mais de três séculos de escravidão, os negros foram “coisificados”, considerados como objetos, sendo desprezada sua condição humana. Tudo isto sob o espectro de uma atividade altamente lucrativa: o tráfico negreiro. Esta mão-de-obra escrava e negra ajudou a construir o país, sendo explorada nos sucessivos ciclos econômicos (cana, café, gado e ouro).

Mesmo diante do amadurecimento do movimento abolicionista e, finalmente, com seu triunfo em 13 de maio de 1888 (Lei Áurea), persistiu o problema da integração do negro na sociedade. A luta dos negros pelos seus direitos e liberdades sempre se fez presente por meio dos quilombos e, mais recentemente, pelos movimentos negros.

Mas o legado da história da população negra, intimamente ligada à colonização escravista, continua sendo refletido nas condições inferiores dos afro-descendentes brasileiros. Favelas, cortiços, morros e periferias dos grandes centros urbanos são espaços de imensa pobreza e significativamente ocupados por maioria de pessoas negras (pretos e pardos). E mais: no Brasil, o negro foi sinônimo de escravidão, fato que ofusca a importância da contribuição dos negros no campo cultural, artístico, religioso, culinário, lingüístico, musical etc.

Por outro lado, persistem estigmas preconceituosos herdados de séculos passados. Idéias que criam o mundo em que vivemos são transmitidas pela família, religião, escola e outras fontes de aprendizados sócio-culturais. Por exemplo, a

suposta inferioridade cultural dos povos americanos e africanos diante dos europeus, à época da expansão ultramarina do século XVI.

Numa visão antropológica e social, cada grupo considera sua cultura como paradigma superior diante de outras culturas, idealizando o diferente como suspeito, como uma ameaça e, porque não, como um inferior. A religiosidade de alguma maneira também contribuiu para a discriminação. Numa visão distorcida e preconceituosa, religiosos interpretaram textos de livros sagrados para justificar as suas conquistas territoriais (ou ampliá-las), bem como a exploração de povos subjugados por nações mais fortes, como a escravidão de negros africanos, já que eram “homens sem alma”.

3.1 - O Movimento Negro e suas Histórias

No final dos anos 70, os movimentos sociais se constituem recorrendo a tais matrizes, adaptando-as a cada situação e mesclando também entre si na produção das falas, personagens e horizontes. Enfim, os movimentos sociais modificaram as próprias matrizes que os alimentaram.

A trajetória do cotidiano da população negra é determinada pela estrutura do racismo da sociedade brasileira. Ao emergir na cena nacional a partir da especificidade da luta política contra o racismo que marcou os anos 70, o movimento negro teve que buscar na história a chave para compreender a realidade da população negra brasileira. Impelido pela necessidade de negar a história convencional (oficial) e contribuir na construção uma nova interpretação da trajetória do povo negro no Brasil, é que o movimento negro distinguiu-se dos demais movimentos sociais e populares. Na verdade, o movimento negro é fruto de uma “negatividade histórica”.

Foi por meio do trabalho incessante da denúncia, da mobilização, da organização de atividades políticas e culturais, que o movimento negro politizou as “múltiplas esferas do cotidiano” da comunidade negra – cotidiano este marcado pelo racismo, a discriminação racial, o preconceito, a violência e as desigualdades econômicas e sociais. Com isso, o movimento negro constituiu-se como sujeito coletivo e no processo constante de afirmação da sua identidade política, buscou tornar-se o “sujeito da sua própria história”.

À luz desse quadro pode-se afirmar que o movimento negro é a resistência contínua a caminhar em direção ao futuro, mas com olhos fixos no passado do povo negro frente à escravização, à opressão colonial, à marginalização e ao racismo. A permanência dessa radicalidade do movimento negro funda-se na busca incessante da memória histórica dos homens e mulheres negras, sistematicamente agredidas pela estrutura de dominação ocidental-européia vigente no país nos últimos quinhentos anos. Para o Movimento Negro essa estrutura é o racismo. Portanto, a recorrente expressão dos panfletos e manifestos: “a luta continua, a vitória é certa”.

A questão da identidade racial tem sido um baluarte para os afros descendentes e se coloca como um desafio ético, estético e político para o movimento negro. Esta, por incorporar valores e formas sociais e culturais afro-brasileiras implica uma complexa análise social e histórica. Portanto, não é uma tarefa muito fácil, mesmo para aqueles, que de alguma forma, estão integrados ou articulados com as expressões culturais, organizações religiosas e instituições políticas da comunidade negra; dimensionar o problema político da identidade racial seja no campo da subjetividade ou no plano coletivo e individual.

A emergência de um novo personagem na cena brasileira – O movimento negro – significa um contraponto a essa realidade, outra possibilidade de entendimento do real. O nosso objetivo é o de contribuir para que esse outro “ponto de vista” que busca apreender o real, venha à tona, através da interpretação das ações e do discurso produzido pelo movimento social negro, no período de 1978 a 1988.

É ainda mais difícil unificar a identidade nacional em torno da raça. Em primeiro lugar, porque – contrariamente à crença generalizada – a raça não é uma categoria biológica ou genética que tenha qualquer validade científica. Há diferentes tipos e variedades, mas eles estão tão largamente dispersos no interior do que vem sendo chamado pelos movimentos negros de “raças” quanto entre uma “raça” e outra¹⁰³. A diferença genética – o último refúgio das ideologias racistas – não pode ser usada para distinguir um povo de outro. A raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica. Isto é, ela é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e prática sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, freqüentemente pouco específico, de diferenças em termos de

¹⁰³ Nesse sentido, ver: NASCIMENTO, Elisa L. (2002). *O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Summus, (2003). GUIMARÃES, Antonio S. A. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Ed. 34.

características físicas e corporais – cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. – como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro.

Naturalmente o caráter não científico do termo “raça” não afeta o modo como a lógica racial e os quadros de referência raciais são articulados e acionados, assim como não anula suas conseqüências. Nos últimos anos, as noções biológicas sobre raça - entendida como constituída de espécies distintas (noções que subjaziam a formas extremas da ideologia e do discurso nacionalista em períodos anteriores; o eugenismo vitoriano, as teorias européias sobre raça, o fascismo)-, têm sido substituídas por definições culturais, as quais possibilitam que o termo raça desempenhe um papel importante nos discursos sobre a nação e identidade nacional.¹⁰⁴

Etimologicamente, o conceito de raça veio do italiano *razza*, que por sua vez veio do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie. Na história das ciências naturais, o conceito de raça foi primeiramente usado na Zoologia e na Botânica para classificar as espécies animais e vegetais. Foi neste sentido que o naturalista sueco, Carl Von Linné conhecido como Lineu (1707-1778), usou-o para classificar as plantas em 24 raças ou classes. Esta classificação atualmente está inteiramente abandonada.

Como acontece em toda a conceituação, as palavras têm um valor semântico e estão situadas no tempo e espaço na qual elas são empregadas.

De acordo com Munanga (2003), no latim medieval o conceito de raça foi utilizado para designar a descendência, a linhagem, um grupo de pessoas que tem um ancestral em comum e que possuem características físicas comuns.

O francês François Bernier (1684) foi quem empregou o termo no sentido moderno da palavra para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, denominados raça. O conceito de raça pura foi transportado da Botânica e da Zoologia para legitimar as relações sociais de dominação e poder entre as classes sociais, nobreza e plebe, sem, entretanto, apresentarem diferenças morfológicas perceptíveis. Munanga afirmar que, entre os indivíduos das mesmas classes.

¹⁰⁴ HALL, Stuart, (2006). *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: Humanitas.

Nos séculos XVI – XVIII, o conceito de raça passa efetivamente a atuar nas relações entre classes sociais da França da época, pois foi utilizado pela nobreza local que se identificava com os Francos, de origem germânica, em oposição aos Gauleses, população local, identificada com a plebe. Não apenas os Francos se consideravam como uma raça distinta dos Gauleses, mais do que isso, eles se consideravam dotados de sangue puro, insinuando suas habilidades especiais e aptidões naturais para dirigir, administrar e dominar os Gauleses, que segundo pensavam, poderiam até ser escravizados.¹⁰⁵

Como em todo processo de classificação, em que existe o estabelecimento de critérios objetivos baseados nas semelhanças e nas diferenças, a cor da pele foi introduzida no século XVIII e foi considerada como um critério fundamental e divisor entre as chamadas raças. Em decorrência, a espécie humana ficou dividida em três raças estanques que resistem até hoje no imaginário coletivo e na terminologia científica: a raça branca, a raça negra e a raça amarela.

Biologicamente, a cor da pele é definida pela concentração da melanina¹⁰⁶ no organismo e é esse grau de concentração que define a cor da pele, dos olhos e do cabelo. Portanto, a chamada raça branca tem menos concentração de melanina, o que define a sua cor branca, cabelos e olhos mais claros que os da raça negra que concentra mais melanina e, por isso, tem pele, cabelos e olhos mais escuros. A raça amarela encontra-se numa posição intermediária, que por aproximação é dita amarela.

Esse critério torna-se relativamente artificial, uma vez que todos os indivíduos possuem a melanina e, geneticamente, somente 1 % desse gene é utilizado na constituição do patrimônio genético do indivíduo. Povos dos diversos lugares do mundo possuem pele clara ou escura e nem por isso constituem o mesmo grupo genético.

Com os avanços da Genética Humana no século XX, a descoberta de que o sangue possui critérios químicos mais determinantes para dividir a humanidade em raças distintas, foi fator determinante para se consagrar o que os cientistas chamam de marcadores genéticos¹⁰⁷. O cruzamento de critérios morfológicos, químicos e da cor da pele, deu origem a dezenas de raças e sub-raças; entretanto, em decorrência

¹⁰⁵ MUNANGA, (2003). *História do Negro no Brasil*, São Paulo: Fundação Cultural Palmares. p.1.

¹⁰⁶ Melanina é uma proteína obtida da polimerização do aminoácido chamado tirosina sob a ação das enzimas. A melanina é responsável pela pigmentação da pele, dos cabelos e dos olhos.

¹⁰⁷ São configurados por grupos sanguíneos, algumas doenças hereditárias ou outros fatores da hemoglobina que são encontrados com mais frequência e incidência em algumas raças do que em outras. Uma discussão de um desses fatores, a anemia falciforme, é apresentada mais adiante, neste estudo.

das pesquisas comparativas, chegou-se à conclusão de que, os patrimônios genéticos de dois indivíduos pertencentes à mesma raça podem ser totalmente distantes do que os de indivíduos de raças diferentes.

Os avanços e desencontros combinados com os progressos realizados na própria ciência biológica levaram os cientistas a concluir que raça não é realidade biológica e sim um conceito para explicar a diversidade humana.

Podemos observar que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, escondem uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria étnico-semântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra, etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etno semântico, político-ideológico e não biológico. Se, na cabeça de um geneticista contemporâneo ou de um biólogo molecular, a raça não existe, no imaginário e na representação coletivos de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares.¹⁰⁸

Ainda segundo o autor, os naturalistas dos séculos XVIII-XIX poderiam ter causado menos danos à humanidade se tivessem limitado seus trabalhos somente à classificação dos grupos humanos em função das características físicas. Suas classificações teriam sido mantidas ou rejeitadas como sempre aconteceu na história do conhecimento científico. Infelizmente, desde o início, eles se deram o direito de hierarquizar, isto é, de estabelecer uma escala de valores entre as chamadas raças:

O fizeram erigindo uma relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais. Assim, os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e conseqüentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e, portanto a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação.¹⁰⁹

¹⁰⁸ MUNANGA, Kabengele, (2005), *Superando o Racismo na Escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2ª Edição revisada, p.6.

¹⁰⁹ MUNANGA, Kabengele, (2005), *Superando o Racismo na Escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2ª Edição revisada, p.5.

No campo das Ciências Sociais, o uso do termo raça para se referir ao segmento negro foi objeto de muita discussão, o que também observamos, de modo específico, na vida cotidiana do povo brasileiro.

Para Rosemberg (1998), na América Latina em geral e no Brasil em particular, desenvolveu-se uma prática de classificação racial que se apóia em características fenotípicas e sócio- econômicas da pessoa, classificando-se a cor, diferentemente da norte-americana que se baseia na regra da hipodescendência, ou seja, da descendência. Para a autora, no Brasil, a classificação é de cor, não é dicotômica, branca versus negra, e fluida, não sendo determinada exclusivamente pela origem, havendo assim, a possibilidade da passagem da linha de cor em decorrência da combinação fenotípica e do status social do indivíduo, que é traduzido pelo ditado o dinheiro embranquece.¹¹⁰

A diversidade do uso do termo raça no Brasil, portanto, pode ser explicada com base na complexidade do campo no qual acontecem as relações entre negros e brancos estabelecidas historicamente. A diversidade em relação ao uso desse termo para nomear, identificar ou falar sobre pessoas negras deve-se também ao fato de a menção da palavra raça nos remeter a outra de impacto forte, o racismo¹¹¹, e aos ranços deixados pela escravidão e a imagem que foi construída e que construímos sobre o que é ser branco e ser negro em nosso país.

Gomes (2005) aponta que por mais que os questionamentos feitos pela antropologia ou por outras ciências quanto ao uso do termo raça possam ser considerados avanços e contribuições nos estudos relacionados às relações entre negros e brancos no Brasil, quando se discute a questão do negro, raça ainda é o termo mais usado nas conversas cotidianas, familiares e na mídia. Isso acontece principalmente porque é ainda o termo que consegue dar a dimensão mais da verdadeira discriminação contra os negros, do racismo que afeta as pessoas negras da nossa sociedade.

¹¹⁰ ROSEMBERG, Fúlvia, (1998), p.74. *Raça e Desigualdade Educacional no Brasil*. São Paulo: Editora Summus.

¹¹¹ Racismo é uma ideologia que postula a existência de hierarquia entre os grupos humanos. *Programa nacional de Direitos Humanos*, 1988, p.12. Aparecida Conceição Garcia Brunelli, (2007) Dissertação de Mestrado, Gênero, Raça, Discriminação: O tom da cor na Direção da Escola Pública, São Paulo: Metodista.

É preciso compreender o que se quer dizer quando se fala em raça, quem fala e quando fala. Ao usarmos o termo raça para falar sobre a complexidade existente nas relações entre negros e brancos no Brasil, não estamos nos referindo, de forma alguma, ao conceito biológico de raças humanas usados nos contextos de dominação, como foi o caso do nazismo de Hitler, na Alemanha. Ao ouvirmos alguém se referir ao termo raça para falar sobre a realidade dos negros, brancos, amarelos e dos indígenas no Brasil ou em outros lugares do mundo, devemos ficar atentos para perceber o sentido em que esse termo está sendo usado, qual o significado a ele atribuído e em que contexto ele surge.¹¹²

Militantes do Movimento Negro¹¹³ e intelectuais que adota o termo raça, para falar sobre a realidade do negro no nosso país, não o utilizam no sentido biológico, uma vez que sabem e concordam com os atuais estudos da genética que definam que não existem raças humanas.

É importante destacar que se entende por raça a construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros, muitas vezes simuladas como harmoniosas, nada tendo a ver com o conceito biológico de raça cunhado no século XVIII e hoje sobejamente superado. Cabe esclarecer que o termo raça é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras, para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira.¹¹⁴

De acordo com Silva (2004), o termo raça foi ressignificado pelo Movimento Negro que, em várias situações, o utiliza com um sentido político e de valorização do legado deixado pelos africanos. Afirma também que o emprego do termo étnico, na expressão étnico-racial, serve para marcar que essas relações tensas devidas a diferenças na cor da pele e traços fisionômicos o são também devido à raiz cultural plantada na ancestralidade africana, que difere em visão de mundo, valores e princípios das de origem indígena, européia e asiática.¹¹⁵

O termo etnia por sua vez, é usado para se referir ao pertencimento ancestral e étnico/racial dos negros e outros grupos em nossa sociedade. Etnia pode ser definida como:

¹¹² GOMES, Educação e Relações Raciais; refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele (org.). (2005). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. P.45.

¹¹³ Grupos organizados, com segmentos em todo o país, que têm como perspectiva o combate ao racismo no Brasil e a democratização do ensino. Para um melhor entendimento de o Movimento Negro ver os estudos de Luiz Alberto Gonçalves e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2000). *As Políticas Públicas e a Desigualdade Racial no Brasil 120 anos após a Abolição*, Brasília: IPEA.

¹¹⁴ Parecer CNE/CP 03/2004. Secretária da Educação do Estado de São Paulo.

¹¹⁵ Parecer CNE/CP 03/2004. Secretária da Educação do Estado de São Paulo.

Um grupo possuidor de algum grau de coerência e solidariedade, composto por pessoas conscientes, pelo menos de forma latente, de que têm origens e interesses comuns. Um grupo étnico não é mero agrupamento de pessoas ou de um setor da população, mas uma agregação consciente de pessoas unidas ou proximamente relacionadas por experiências compartilhadas.¹¹⁶

Ou ainda, segundo Bobbio (1992), um grupo social cuja identidade se define pela comunidade de língua, cultura, tradições, monumentos históricos e territórios.¹¹⁷

No período compreendido entre 1888- marcos da abolição formal do trabalho escravo no Brasil – até os anos 70 do século XX, com raras exceções, os negros e negras não puderam expressar por sua própria voz, a luta pelo reconhecimento da sua participação social.

Durante o período da escravidão o desenvolvimento do Negro foi impedido, e após a abolição, não atendia as exigências de trabalho assalariado. Mesmo os setores abolicionistas não tinham interesse em estimular e desenvolver um processo de adaptação do negro ao novo modo de produção instalado no País. Foi, então, instituída a sua substituição por imigrantes europeus. Durante todo o período da escravidão, forjou-se a ideologia de superioridade racial. A burguesia surgida com o novo modo de produção era branca; os primeiros operários eram brancos. Os imigrantes chegados ao Brasil não tinham origem africana.

Sem trabalho, com o estigma de escravo-coisa e não ser humano, o Negro discriminado pela sociedade, foi jogado à marginalidade. Às favelas e mocambos. À fome. “Roubar” era a única alternativa para continuar vivo. Somente após a 1ª guerra mundial com o processo de industrialização, o negro começa a integrar o processo produtivo.¹¹⁸

No entanto, observa-se que, mais do que ficarem calados, o silenciamento se dá na historiografia que até bem pouco tempo não reconhecia a presença das populações afro-descendentes nas incontáveis manifestações que ocorreram neste país desde o período colonial. São recentes ainda os estudos que, por exemplo, dão visibilidade ao negro em lutas como as dos quilombos, de revoltas as mais diversas, como a da Chibata, ou através da imprensa (uma imprensa negra), ou mesmo o significado político da Frente Brasileira ou de um Teatro, como o Experimental do Negro ou ainda sobre a presença do negro na literatura brasileira¹¹⁹.

116 CASHMORE, (2000). *Dicionário de Relações Étnicas e Raciais*, São Paulo: Editora Selo Negro. p.50

117 BOBBIO, Norberto (1992), p.50. *A Era dos Direitos*, Rio de Janeiro: Campus.

118 MUNANGA, Kabengele (org.). (2005). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

119 Ver: FILHO, Domicio. P. (2004). A trajetória do negro na literatura brasileira. *Estudos Avançados*, vol. 18, n. 50, São Paulo. GUIMARÃES, Antonio S. Alfredo. (2004). Intelectuais negros e formas de integração nacional. *Estudos Avançados*. São Paulo, vol. 18, n. 50. HANCHARD, Michael G. (2001). *Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo, 1945-1988*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

No que concerne a jornais, por exemplo, muitos destes foram mantidos pelos próprios negros que os editavam¹²⁰, com a colaboração de membros da comunidade que se cotizavam para ajudá-los e revelam um fato único no Brasil: a determinação de manter um espaço ideológico e informativo independente e de servir como veículo organizacional da comunidade negra. Conforme analisa José Antonio dos Santos:

O processo de industrialização e urbanização que se instaurou no final do século XIX e início do XX exigiu de toda a sociedade brasileira novas formas de organização. Entre os afro-brasileiros houve o aumento significativo da fundação e circulação de periódicos da "imprensa alternativa negra" ¹²¹ em São Paulo e Rio de Janeiro¹²², Paraná (Curitiba, *União* – 1948), Minas Gerais (Uberlândia, *A Raça* – 1935) e Rio Grande do Sul (Pelotas, *A Cruzada* – 1905; Santana do Livramento, *A Navalha* – 1931; Bagé, *A Revolta* 1925; Rio Grande, *A Hora* 1917-1934 e Pelotas, *A Alvorada* 1907-1965). Por meio desses periódicos, sabemos que houve um relativo incremento da organização e participação social em todos os sentidos, inclusive de uma maior sindicalização entre os negros.¹²³

Tomando-se como exemplo o Jornal a *A Voz da Raça*, editado no período de 1936 a 1938¹²⁴. As discussões pontuadas em suas páginas colocavam os problemas cotidianos, as denúncias contra o racismo e a violência policial contra a comunidade negra. Podemos notar que se trata de um esforço editorial surpreendente que reafirma a tradição de luta da população negra e que permitiu, posteriormente, a criação do maior movimento político negro no Brasil, até aquele momento: a Frente Negra Brasileira (FNB)¹²⁵.

Em 1936 a FNB transforma-se em partido político¹²⁶. O registro foi concedido, mas em 1937, o golpe de estado deflagrado por Getúlio Vargas dissolveu todos os

¹²⁰ SANTOS, José Antônio dos. (2003). *Raiou A Alvorada: intelectuais negros e imprensa*. Pelotas: Editora Universitária. GARCIA, Marinalda. (1997). *Os arcanos da cidadania: a imprensa negra paulista nos primórdios do século XX*. São Paulo, FFLCH USP, (dissertação de mestrado). SILVA, Joselina Da. (2003). A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 25, n. 2, pp. 215-235. SANTOS, Pedro de Souza (2006). A imprensa negra em São Paulo no início do século XX. Artigo publicado na *Revista do Arquivo do Estado de São Paulo*. Edição nº 14 de setembro de. <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br>

¹²¹ SISS, Ahyas. (1994). *Democracia racial, culturalismo e conflito no imaginário dos não-brancos*. Rio de Janeiro: IUPERJ. (Dissertação de mestrado em Sociologia).

¹²² FERRARA Míriam N. (1991). *A imprensa negra paulista, 1915-1963*. São Paulo: FFLCH-USP. (Dissertação de mestrado)

¹²³ SANTOS, José Antônio dos. *Imprensa negra: a voz e a vez da raça na história dos trabalhadores brasileiros*. UFRGS. in: <http://www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/tex/josesantos.pdf>

¹²⁴ Sobre o tema ler a SILVA, Maria Aparecida Pinto. (2003). *A Voz da Raça: uma expressão negra no Brasil que queria ser branco*. Tese de doutorado, Antropologia, PUC/SP.

¹²⁵ MOURA, Clóvis. (1992). *História do Negro Brasileiro*. São Paulo: Editora Ática S.A.. Ver também: OLIVEIRA, André Côrtes de. (2006), *Quem É a "Gente Negra Nacional"?* Frente Negra Brasileira e A Voz da Raça (1933-1937). Dissertação de mestrado, IFCH/Unicamp, Campinas.

¹²⁶ LEITE, José Correia, (1992). CUTI (Org.). *E disse o velho militante José Correia Leite – Depoimentos, artigos e textos*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura.

partidos, entre eles a Frente. O golpe que instaurou o “Estado Novo”, fechou a incipiente aberta democrática instaurada pela Revolução de 30, forçando um recuo nas organizações democráticas, através da ação permanente dos órgãos de repressão e vigilância, argumentar que:

A Frente Negra Brasileira congregou a comunidade negra na luta por sua efetiva integração na sociedade de classe, chegando a integrar 60 mil associados (o ABC paulista possui, hoje, [1982] cerca de 100 mil trabalhadores organizados). A FNB criou uma contra-ideologia racial reafirmando as contribuições da comunidade negra na construção do Brasil e cobrando seus direitos aos trabalhos às oportunidades que eram negadas na prática, o discurso racista que lhes negava o direito de presença na vida política e social, econômica e cultural, a Comunidade Negra passa a enfrentar o mais duro processo racista que se tem notícia: o do racismo efetivado na prática. Mas negado pelas Leis (ineficazes) e pela teoria mistificadora da democracia racial. (grifo meu) Tal teoria que tem em Gilberto Freyre seu grande defensor, afirma claramente que negros e brancos, desaparecerão (genocídio) que por isso, o racismo no Brasil não teria lugar.¹²⁷

De 1937 a 1978, muitas outras tentativas de retomada política das lutas do povo negro contra o racismo no Brasil serão desenvolvidas. Entre 1940 e 1970, surgiram e desapareceram dezenas de instituições negras que estimulavam a participação política e artística de negros e negras. Podemos citar o Comitê Democrático Afro-Brasileiro¹²⁸ – no período da chamada “redemocratização” da sociedade brasileira em 1945 - o Museu de Artes Negras, a Convenção Nacional do Negro de 1950. Citamos, ainda, a criação em 1936, do Centro de Cultura Afro-brasileira, em Pernambuco, pelo poeta Solano Trindade, a organização em São Paulo, da Associação Cultural do Negro, em 1954, pelo líder José Correia Leite e a Associação José do Patrocínio em Belo Horizonte – Minas Gerais.

Nos anos 70, a conjuntura política se caracterizava por uma ausência quase absoluta do exercício pleno da cidadania e de canais eficazes de reivindicação. É, exatamente, nesse momento, em que o país viva mergulhado em uma forte repressão, que a experiência histórica dos quilombos reaparece, servindo como referencia para a emergência das lutas do movimento negro atual.

¹²⁷ MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. Introdução ao Programa de Ação: Por uma autêntica democracia racial. Belo Horizonte: III Congresso Nacional, abr.1982. CF MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO: 1978-1988: 10 anos de luta contra o racismo. (1988). São Paulo: Confraria do Livro, p.23.

¹²⁸ Sebastião Rodrigues Alves foi fundador, juntamente com Aguinaldo Camargo e Abdias do Nascimento, no Rio de Janeiro, em março de 1945, do Teatro Experimental do Negro e do Comitê Democrático Afro-Brasileiro. GUIMARÃES, Antonio S. A. e MACEDO, M. *Diário Trabalhista* e Democracia Racial Negra dos Anos 1940. In: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v51n1/a05v51n1.pdf>

A fragilidade de uma consciência nacional sobre as questões relacionadas à população negra, ao lado da difusão de uma visão da história extremamente negativa para com os negros e negras no Brasil, faz que os grupos negros remanescentes das mobilizações anteriores, se organizem com vistas a buscar algo de positivo para referenciar a luta¹²⁹.

Anteriormente, em 1975, a questão racial passa a ser formalmente discutida na universidade através da primeira Semana de Estudo sobre o negro na Formação Social Brasileira, realizada pelo Grupo de Trabalho André Rebouças. Neste mesmo ano de 1975, no dia 8 de dezembro, um grupo de compositores, sambistas e pessoas ligadas ao samba sob a liderança de Antônio Candeia Filho, fundavam o Grêmio de arte Negra e Escola de Samba Quilombo¹³⁰.

Em 1976, Lélia Gonzalez iniciou o primeiro curso de Cultura Negra no Brasil, na escola de Artes Visuais. Foi nesse período que se deram os contatos entre o Rio de Janeiro e São Paulo e as primeiras discussões em torno de uma questão fundamental: a criação de um Movimento Negro de caráter nacional. As iniciativas sobre a unificação dos diferentes grupos voltados para tais bandeiras já se punham em todo o Brasil e a recuperação desta trajetória pela historiografia ainda é bastante divergente. Gonçalves, Silvério e outros indicam o ano de 1971 como uma data em que ocorre um movimento de unificação dos movimentos negros, ocorrido no Rio Grande do Sul que teriam lançado as bases para o que viria a ser o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial – o MNCDR¹³¹, posteriormente, MNU, embora para a região do ABCD..., o mais próximo foi o capitaneado por Lélia Gonzalez.

O Movimento Unificado convoca a sua primeira atividade pública e realiza no dia 7 de julho de 1978, uma manifestação histórica, um ato público contra o racismo, em frente às escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, rompendo, assim, com o silenciamento político da sociedade civil imposto pelo poder militar. Mais ainda,

¹²⁹ Sobre a reorganização dos movimentos negros a partir do período ditatorial pós 1964 ver: SISS, Ahyas Educação, Cidadania e Multiculturalismo. - UFF/PENESB. GE: Grupo de Estudos Afro-brasileiros e Educação /n.21(<http://lpp-uerj.net/olped/documentos/0519.pdf>)

¹³⁰ VARGENS, João Baptista M. (1987). *Candeia – Luz da Inspiração*. Rio de Janeiro, Funarte, Instituto Nacional de Música, Divisão de música popular, 1987. PESSOA, André Vinícius. (2007). *Candeia e a Filosofia do Samba*. In: <http://www.abralic.org.br/enc2007/anais/58/1494.pdf>.

¹³¹ SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e SILVÉRIO, Valter Roberto (org.). (2003). *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

naquele período, os militares consideravam a luta contra o racismo como uma questão de segurança nacional.

3.2 - As cotas dos afros descendentes após 300 anos do Zumbi dos Palmares

Continuando neste exercício de trazer à baila algumas das discussões presentes na sociedade brasileira sobre cotas e ações afirmativas para os afros-descendentes no Brasil – anteriores ao debate atual – nos deteremos agora no projeto de lei n.75 de 1997, publicado no Diário oficial do Senado Federal que “dispõe sobre medidas de ação compensatória para a implementação do princípio de isonomia social do negro.” Projeto este apresentado pelo Senador Abdias do Nascimento. Novamente sugerimos uma breve pausa em nosso estudo a respeito das diversas tentativas no passado recente de implementação de leis de cotas dirigidas aos afros descendentes. Propomos uma observação – ainda que não exaustiva – do perfil do proponente. O objetivo, neste particular, é procurar inferir como este se reflete na proposta.

Abdias do Nascimento é um agitador, como ele se auto define. É também o criador do Teatro Experimental do Negro de 1944, o editor do Jornal Quilombo e representa um marco para a narrativa e concepção do movimento social negro no país. Abdias é autor de diversos livros, ator, diretor de teatro, artista plástico, professor e Senador da República. Seu nome está inscrito na organização de dezenas de iniciativas capitaneadas pelos ativistas, quando recém assistimos diversas celebrações alusivas aos seus noventa anos.

Se a proposta revisional de Fernandes pode ser localizada, como vimos antes entre as inúmeras iniciativas estimuladas pelos debates em torno do Centenário da Abolição, o projeto ao qual nos referiremos agora se situa no âmbito das ações conseqüentes do Tricentenário de Zumbi dos Palmares em 1995. Pelo menos, assim contextualiza o artigo que o apresenta divulgado na revista publicada pelo autor, no âmbito do seu mandato no Senado Federal. É este mesmo texto, que ressalta o divisor de águas representado pela Marcha contra o Racismo pela Cidadania e pela vida realizada no ano de 1995. Pela primeira vez, os ativistas do movimento social dos negros, egrégios das mais recônditas regiões do país, marcharam sobre Brasília, conduzidos pela figura emblemática e histórica de Zumbi dos Palmares.

Este projeto de lei se apresentaria, então, como um refinamento dos alcances obtidos em 1988. Se, após o Centenário da Abolição, uma das vitórias das organizações negras, teria sido o reconhecimento da existência do racismo na sociedade brasileira – de acordo com a publicação – caberia ao legislador propor medidas que buscassem sanar os males provocados por ele (o racismo). O projeto do senador Abdias do Nascimento, diferentemente daquele de autoria de deputado federal Florestan Fernandes – da década anterior – não se dedica a contextualizar a situação do negro ou definir quem o seja. Inicia de forma direta, deixando visível, já no primeiro artigo, o propósito a que se destina:

Todos os órgãos da administração pública direta e indireta, as empresas públicas e as sociedades de economia mista são obrigados a manter, nos seus respectivos quadros de servidores, 20% de homens negros e 20% de mulheres negras, em todos os postos de trabalho e de direção.¹³²

O projeto busca propiciar a inclusão dos afros descendentes no mercado de trabalho e inova ao fazer a distinção de gênero estabelecendo um percentual equânime para mulheres e homens. Outro dado constante do projeto de lei do Senado – pouco atentado pelas leis já aprovadas e por projetos em tramitação na atualidade – é o monitoramento a ser feito pelo Ministério do Trabalho. Seu objetivo seria acompanhar a efetiva implementação das “ações compensatórias preconizadas”, bem como os seus resultados. Desta forma, o projeto inclui a necessidade da realização de “pesquisas estatísticas” para este fim, determinando um prazo de cinco anos para a sua realização. Faz-se necessário observar que este acompanhamento deveria ser feito junto aos órgãos públicos e às empresas privadas, em paralelo. Ao acrescentar o monitoramento num prazo determinado, o projeto dá oportunidade a que a temporalidade das reservas de vagas seja preservada. Ou seja, as pesquisas previstas autorizariam a correção dos rumos da lei que viesse a ser implantada.

Gostaríamos de ressaltar que a Convenção Internacional contra todas as formas de Discriminação Racial (1960), da qual o Brasil é signatário, prevê um espaço dentro da esfera de atuação dos estados membros para a execução de ações diferenciadas para grupos em situações desiguais, e estabelece também a

¹³² MUNANGA, Kabengele (org.). (2005). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

temporalidade destas ações. Isto é, uma vez alcançada à igualdade entre os grupos, estas iniciativas deixariam de ter razão de existir. Conclui-se, portanto, que tendo sido neutralizada a ação do racismo seu emprego como política a ser adotada pelos estados signatários. Logo, em alguma medida, o projeto do senado retoma alguns dos temas constantes daquele documento.

O projeto do senador Abdias insta os órgãos públicos e as empresas privadas a “executarem programas de treinamento e aperfeiçoamento técnico para negros”, visando à formação de uma mão de obra à altura de ser incluída no mercado de trabalho, num percentual de vinte por cento. Assim, o projeto acaba por favorecer o contingente negro da sociedade, de duas formas: uma no momento em que o profissionaliza e outra quando lhe garante um lugar na economia produtiva do país. Tal feito ajudaria a corrigir possíveis distorções que já começam a ser detectadas atualmente, onde mesmo existindo a disponibilidade de vagas, não há - em virtude históricas defasagens no mercado de trabalho e na área educacional – número suficiente de afro descendente habilitados para assumi-las.

Assim, prossegue o projeto, na parte destinada à sua participação que “é tempo da nação brasileira saldar essa dívida fundamental para com os edificadores deste país. O princípio da isonomia na compensação do trabalho torna moral e juridicamente imperativa uma ação compensatória, da sociedade e do Estado, destinada a indenizar, embora tardiamente, o trabalho sub-remunerado do negro supostamente libertado a 13 de maio de 1888”¹³³. Mais uma vez observamos a atualidade do texto do projeto com os documentos assinados pelo governo brasileiro no âmbito das Nações Unidas, quando observamos um dos parágrafos da II conferência Mundial Contra o Racismo (1983). Na década de oitenta, onde as políticas de ação afirmativa, notadamente nos EUA davam mostras de seu resultado efetivo, o plano de ação da II Conferência Mundial contra o racismo e a discriminação racial, emprega e reconhece a categoria ação afirmativa, e enfatizar que:

A prescrição do racismo e da discriminação racial deve ser complementada por vigorosos esforços para assegurar igualdade no campo econômico, social e cultural. E em particular devem organizar-se programas especiais, como programas de ação afirmativa, para fazer frente ao problema do racismo e da discriminação racial inerentes ao sistema e institucionalizados.¹³⁴

¹³³ THEODORO, Mário, *As Políticas Públicas e a Desigualdade Racial no Brasil 120 anos Após a Abolição*, 2008, IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

¹³⁴ Idem 89

Podemos observar então que o projeto de lei do final dos anos noventa, procura trazer para o âmbito do legislativo nacional aparatos legais já ratificados pelo executivo no interior dos documentos das Nações Unidas.

O estado atual das políticas de cotas, as tem situado como instrumentos a serem implementados para a correção das distorções sócio-econômicas que têm incidido sobre parte considerável da população negra. No entanto, o projeto de Abdias do Nascimento fala em ações compensatórias. Ou seja, a partir da visão de Abdias haveria um débito para com a população negra, ao longo de sua história, dede que seqüestrados para o solo brasileiro. Sobre este assunto, explicita o projeto: “os africanos e seus descendentes escravizados, que nunca foram indenizados pela espoliação do sangue e suor que verteram, cimentando a edificação do Brasil. Sem esforço do seu trabalho, este país não existiria”.¹³⁵

Com esta argumentação, há um novo enfoque no debate. Ao invés de correção das desigualdades – como estão embasadas as políticas de cotas, recém implementadas – aborda-se os aspetos da correção histórica. Embora, neste particular, os projetos de Fernandes e Nascimento se assemelham. Aquele apresentado na Câmara Federal insere-se numa demanda que se refere às reparações econômicas sociais, em face da escravidão. O segundo projeto busca incluir, embora não o explicita, os negros brasileiros numa luta de diáspora, por ressarcimento diante dos malefícios historicamente causados com o início do tráfico de africanos escravizados. Remete, portanto, ao âmbito internacional, onde as demandas por reparações têm contado das agendas dos ativistas afro descendentes.

Não podemos desprezar a complexidade e a magnitude do problema da atual exclusão social do afro-descendente. Apesar das estatísticas oficiais registrarem o sinistro quadro do negro no Brasil, alguns avanços e melhorias têm motivado os defensores da causa do afro-brasileiro e renovado as esperanças desta população. A questão racial brasileira deve ser discutida com a participação social, principalmente, por meio da educação e da cultura.

Devem ser realizadas parcerias com o terceiro setor, igrejas e a sociedade civil organizada para que o Estado tenha cooperadores, no âmbito das

¹³⁵ GUERREIRO, Rafael Osório (2008). *Desigualdade Racial e Mobilidade social no Brasil: Um Balanço das Teorias*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (IPEA).

comunidades, no sentido de inserir os jovens negros na sociedade. Trata-se da intensificação da formação de redes sociais e da mobilização comunitária. A instrumentalização disto poderia acontecer através da presença mais forte de cursos profissionalizantes, eventos esportivos, culturais e de lazer nas comunidades da periferia. A idéia é afastar o jovem do assédio da vida criminosa e dar perspectiva de vida num futuro próximo. Os espaços das escolas têm sido palcos de algumas experiências neste sentido.

O Estado, através da polícia, também tem um papel essencial na inserção social da população afro-descendente, pois os policiais são os primeiros representantes do Estado (e, muitas vezes, os únicos) com o quais principalmente a juventude negra tem contato. Os profissionais de polícia precisam receber uma formação específica e serem preparados para lidarem com este grupo vulnerável, o que já tem sido feito no Estado de São Paulo, ainda que lentamente¹³⁶.

A violência policial contra o negro deve ser erradicada, ou seja, é necessário construir outros instrumentos sócio-educativos para uma educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 que estabelecem a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras nas escolas (públicas e privadas), o dia nacional da consciência negra, políticas de ações afirmativas, criação de uma secretaria de políticas de promoção de igualdade racial com status de Ministério, o Presidente Lula pedindo perdão aos africanos pela escravidão, embora fosse necessário pedir desculpas também para os afro-descendentes brasileiros.

Entretanto as desigualdades e a discriminação de gênero e raça são construídas a partir de diferentes padrões de hierarquização dos indivíduos. Cada um desses padrões de desigualdade e discriminação contém elementos e significados próprios.

No entanto, é imprescindível ressaltar a conexão entre eles, com o objeto não apenas de entender melhor os processos de discriminação que afetam grande parte da população brasileira, como também de pensar de maneira mais adequada as políticas e estratégias que possam contribuir para a superação dessas desigualdades. Se essas não são as únicas dimensões que explicam as

¹³⁶ ALVES, Isaias. (2007). Cultura profissional e violência policial: uma discussão. Estudos do Trabalho. Ano I – Número 1 - *Revista da RET* - Rede de Estudos do Trabalho. www.estudosdotrabalho.org. PINHEIRO, Paulo Sérgio. (1997). Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. *Tempo Social*. São Paulo, USP, v.9, n.1, p.43-52.

desigualdades, elas são fundamentais na estruturação do padrão de desigualdade que caracteriza a sociedade brasileira. Vejamos as tabelas a seguir:

Distribuição dos Ocupados por posição na ocupação segundo raça e sexo região metropolitana de São Paulo – 1998¹³⁷

Posição na ocupação	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens negros	Mulheres negras	Total	Homens não-negros	Mulheres não-negras
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariado (1)	62,1	65,6	57,2	60,8	69,3	49,4	62,7	64,0	60,9
Setor Privado	53,5	59,2	45,4	54,1	64,5	40,3	53,2	56,9	47,8
Com Carteira Assinada	41,5	45,8	35,4	41,2	48,4	31,5	41,6	44,6	37,3
Sem Carteira Assinada	12,0	13,5	10,0	13,0	16,1	8,8	11,6	12,3	10,5
Setor Público	8,6	6,4	11,8	6,6	4,8	9,1	9,5	7,1	13,1
Autônomo	20,6	23,8	16,1	21,2	25,6	15,4	20,3	23,0	16,4
Para o Público	12,9	14,7	10,3	13,6	16,4	9,8	12,6	14,0	10,6
Para a Empresa	7,7	9,0	5,8	7,6	9,2	5,6	7,7	9,0	5,9
Empregador	5,5	7,1	3,3	1,9	2,4	-(2)	7,2	9,1	4,4
Empregado Doméstico	8,4	0,7	19,3	14,0	-(2)	31,6	5,9	0,7	13,5
Mensalista	6,6	0,7	15,0	11,1	-(2)	24,7	4,6	0,6	10,4
Diarista	1,8	-(2)	4,3	3,0	-(2)	6,9	1,3	-(2)	3,1
Trabalhador Familiar	2,0	1,4	2,8	1,8	1,4	2,3	2,1	1,4	3,1
Outros	1,3	1,3	1,2	-(2)	-(2)	-(2)	1,7	1,8	1,7

Podemos perceber que nessa tabela o negro tem maior instabilidade no emprego. O tempo de permanência do negro no seu posto de trabalho é menor que do trabalhador branco.

Distribuição dos Ocupados por Posição na Ocupação segundo Raça e Sexo Região Metropolitana de São Paulo – 1998¹³⁸

Posição na Ocupação	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens negros	Mulheres negras	Total	Homens não-negros	Mulheres não-negras
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Direção e Planejamento	16,6	18,5	14,0	5,9	6,6	5,0	21,4	23,6	18,3
Empresa, Direção e Gerência	9,2	11,2	6,4	3,6	4,3	2,5	11,7	14,2	8,2
Planejamento e Organização	7,4	7,3	7,6	2,3	2,3	2,4	9,7	9,4	10,1

¹³⁷ Fonte: Convênio DIEESE/SEADE. PED- Pesquisa de Emprego e Desemprego – RMSP. Notas: (1) Inclusive os assalariados que não sabem a que setor pertence à empresa em que trabalham. (2) A amostra não comporta a desagregação pra esta categoria. Obs.: Raça negra: pretos e pardos; raça não-negra: brancos e amarelos.

¹³⁸ Fonte: Convênio DIEESE/SEADE. PED- Pesquisa de Emprego e Desemprego – RMSP. Obs.: Raça negra: pretos e pardos; Raça não-negra: brancos e amarelos.

Execução	51,4	53,2	48,9	59,6	60,6	58,3	47,7	50,0	44,5
Qualificado	8,5	9,3	7,3	7,2	9,0	4,9	9,1	9,5	8,5
Semi-Qualificado	30,4	36,0	22,6	33,4	40,8	23,6	29,1	33,9	22,2
Não Qualificado	12,5	7,9	19,0	19,0	10,9	29,8	9,6	6,6	13,9
Apoio	19,2	14,5	25,8	19,0	15,0	24,4	19,3	14,3	26,5
Não Operacional	7,4	7,3	7,7	6,2	7,2	4,9	8,0	7,3	9,0
Serviços de Escritório	4,8	2,4	8,2	3,2	1,7	5,2	5,5	2,7	9,5
Serviços Gerais	7,0	4,8	10,0	9,6	6,1	14,3	5,8	4,3	8,0
Mal definidas	12,8	13,9	11,2	15,5	17,8	12,4	11,6	12,2	10,7

Nesta tabela podemos perceber segundo DIEESE/SEADE, o trabalhador negro apresenta níveis de instrução inferiores a do trabalhador não negro. Não só o homem negro, mas, também a mulher negra apresenta níveis de instruções inferiores ao do homem branco, do homem negro é da mulher branca. Sabemos que estas limitações foram herdadas do passado onde não havia um projeto educacional que incluía a população afro- descendente no sistema social vigente.

Rendimento Real Médio e Distribuição dos Ocupados por Classes de Salário Mínimo segundo Raça e Sexo Região Metropolitana de São Paulo – 1998¹³⁹

Rendimento Real	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens Negros	Mulheres Negras	Total	Homens não Negros	Mulheres não Negras
Rendimento Real Médio (1)	846	1004	633	512	601	399	1005	1188	750
Classes de Salário Mínimo (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1 Salário Mínimo (SM)	7,5	5,1	10,7	9,7	6,8	13,5	6,4	4,3	9,4
Mais de 1 até 2 SM	13,2	9,0	18,9	17,8	12,4	24,7	11,0	7,4	16,0
Mais de 2 até 5 SM	42,7	42,1	43,5	51,0	52,7	48,9	38,7	37,2	40,8
Mais de 5 até 10 SM	20,7	24,1	16,2	16,1	20,8	10,1	22,9	25,6	19,3
Mais de 10 SM	15,9	19,8	10,6	5,3	7,3	-(3)	20,9	25,5	14,6

¹³⁹ Fonte: Convênio DIEESE/SEADE. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego- RMSP. Notas: (1) Infrator utilizado-ICV do DIEESE. Valores em Reais de dezembro de 1998. Excluídos os assalariados domésticos que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. (2) Salário Mínimo utilizado – R\$ 130,00. (3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria. Obs.: Raça negra: pretos e pardos; Raça não-negra: brancos e amarelo.

Para os mesmos grupos de ocupação, os ganhos dos trabalhadores negros são sempre inferiores que dos não negros, em destaque os grupos com maior qualificação profissionais. E podemos perceber que as diferenças são maiores entre aqueles que trabalham em serviços não operacionais. E ainda podemos perceber os ganhos mais baixos para as diferenças raciais.

3.3- O negro no mercado de trabalho informal e formal

A importância da inclusão destes trabalhadores no mercado de trabalho se manifesta de forma comum a todos os trabalhadores, mas, em decorrência da descriminalização, estes fatores adquirem uma particular relevância. Em primeiro lugar a contribuição de seus rendimentos para a composição da renda da família, determinante para o acesso à escolaridade, às melhores condições de saúde, à garantia de melhor inserção social nos primeiros anos de vida, enfim, para o bem-estar material em uma economia de mercado.

No Brasil, o entendimento popular de "trabalho formal" ou "informal" deriva da ordem jurídica. Tudo começou no início do século XX com a implantação do Corporativismo da era Vargas e se estendeu entre as décadas de 1930 e 1940 onde foi possível observar as noções de formalidade e informalidade sendo construídas pouco a pouco no cenário nacional.

Nos anos 70 o mercado de trabalho brasileiro já era bem definido em trabalho formal nas grandes indústrias, fábricas, comércio e construção civil e o subemprego ou trabalho informal, formado por pessoas mal sucedidas no trabalho formal.

Através das pesquisas industriais do século passado foi possível detectar uma mudança crucial no comportamento das empresas brasileiras. Até a década de 80, os postos de trabalho destruídos pelas crises eram recriados nos períodos de crescimento econômico. A partir dos anos 90, grande parte dos postos de trabalho eliminada só ressurgiria na informalidade, isto é, ocupados por trabalhadores sem carteira assinada.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada mostra que, em 92, os informais no Brasil representavam quase 52% dos trabalhadores. O índice subiu em 99 e caiu

um pouco em 2001 e em 2005. Mas nas metrópoles brasileiras a informalidade só subiu: de 24% em 92 para 34% em 2005¹⁴⁰.

O pesquisador e economista Lauro Ramos¹⁴¹ explica que os dois grandes pólos industriais, São Paulo e Rio, perderam empresas para o interior do país. O fantasma do desemprego levou muita gente para a informalidade.

Os negócios informais nas cidades estão concentrados, atualmente, no comércio, nos pequenos serviços, nas fabriquetas de fundo de quintal e na construção civil. São setores com forte presença na economia e que garantem a sobrevivência de muita gente, mas apenas no curto prazo. São ocupações precárias, sem proteção social ou legal.

O trabalho informal como conhecemos hoje é reconhecido pelos economistas, embora não sem algumas ressalvas. Sua configuração se dá a partir dos anos 1980 quanto o fim do “milagre econômico”, decorrente da crise do capitalismo que afeta o país nos últimos anos da década de 1970, mantém fora do mercado de trabalho a maior parte da população economicamente ativa. Milhares de trabalhadores lançam-se no desenvolvimento de atividades, as mais diversas, que lhes pudessem trazer algum tipo de ganho e com isto sustentar suas famílias, constituindo um verdadeiro exército de pessoas envolvidas no que veio a ser conhecido como trabalho informal.

Como maneira mais fácil e honesta, as pessoas se tornaram trabalhadores de rua (camelôs) que não lhes oferece garantias e benefícios, como férias, décimo terceiro salário hora extra remunerada, FGTS, licença maternidade-paternidade, seguro desemprego entre outros. Exemplo desta condição se objetiva na fala do já citado Sr. Domingos, referindo-se ao desemprego que se abateu na região do ABCD na década de 1990.

Eu conheço muitos companheiros de trabalho que não conseguiram permanecer na profissão. Tiveram que se adequar a outro tipo de trabalho e muitos até saíram para o mercado informal tendo que vender alguns objetos para tentar manter uma renda em casa.¹⁴²

Outra situação da condição objetiva na fala do Sr Celso Luis e da Sra. Márcia Regina em relação aos números de pessoas que estavam desempregadas nas respectivas famílias.

¹⁴⁰ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2008.

¹⁴¹ Ramos, Lauro, (1999), Economia Aplicada, São Paulo: USP/FEA –FIPE, v.3,n. 4, Mudanças na Desigualdade desde Meados dos Anos 70.

¹⁴² Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Domingos da Costa Campos Junior, no dia 03/09/2009.

R: Eu não me lembro direito. Nós somos em 8, acredito que apenas 2 pessoas estavam empregadas, no caso do Moacir, tinha casado. Só duas pessoas estavam trabalhando.¹⁴³

R: Meu cunhado, meus irmãos. Foi um tempo muito difícil para a minha família. Todos da minha parte e da parte do meu marido ficaram desempregados, por bastante tempo. Era época de recessão.¹⁴⁴

Facilitou também o crescimento do trabalho informal, um componente estrutural, a expansão do setor de serviços e a alteração no regime cambial que no início de 1999 passou a ser flutuante. Além disso, paralelamente a estas mudanças significativas na política econômica houve também uma série de crises financeiras em diferentes países em desenvolvimento neste período, as quais influenciaram o fluxo de capital estrangeiro, justamente com momentos diferentes no que tange ao crescimento econômico nos países industrializados, que afetaram por sua vez o nível de atividade econômica.

Ao longo destes últimos 50 anos, a falta de reconhecimento de que pessoas que não podiam comprovar renda não eram necessariamente miseráveis, porque viviam dos ganhos advindos destas atividades informais, levou a inúmeras distorções nos estudos sobre as condições de vida dos brasileiros. Além disto, neste período cresceu também o sistema de terceirização no país, segundo o qual, o empregado não possui vínculos formais com a empresa para a qual presta serviços.

Este contingente de trabalhadores configura o trabalho indireto que não tem vínculo empregatício por meio de documentação legalizada. Este tipo de trabalho teve grande crescimento na década de 90 quando a competitividade fez com as indústrias ou empresas optassem por mão-de-obra que diminuiu o custo de produção, mas sem perder a qualidade da produção. Paralelamente, em grande escala, os trabalhadores foram substituídos por máquinas fazendo com que mais pessoas passassem para a condição de desempregado.

O grau de informalidade que era de 36,6% em 1986, aumentou para 37,6% em 1990, constatando-se assim, que tais atividades funcionam como estratégia de sobrevivência da força de trabalho com menor qualificação ou com maior dificuldade, por conta da cor, de ingressar no mercado de trabalho formal, ou seja, aqueles com carteira assinada.

A década de 1990 é conhecida como a década perdida, caracterizada por retração do crescimento econômico e pela transferência de recursos para o

¹⁴³ Entrevista concedida ao autor pelo Celso Luis no dia 02/09/2009.

¹⁴⁴ Entrevista concedida ao autor pela Márcia Regina no dia 02/09/2009.

pagamento dos serviços da dívida externa passando a denominar “década perversa”, porque a proporção de pessoas que trabalhavam em condições de emprego fixo formal diminuiu ao mesmo tempo em que aumentou o número dos que trabalhavam em tempo parcial, subcontratados ou sob condições de trabalho realizado em casa; caracterizado a terceirização ou a informalidade nas relações de trabalho.

Esta explosão do mercado informal provoca a precarização¹⁴⁵ das condições e relações de trabalho podendo decorrer da falta de fiscalização dos órgãos governamentais, do excesso de regulamentação e da inflexibilidade da legislação que inibem a criação dos empregos formais.

Neste sentido, ouçamos a fala do metalúrgico e professor, o Sr. Benedito Carlos. O professor Benedito possui graduação e se coloca como afro- descendente. Ao ser perguntado por que se coloca assim, ele nos informa que é “filho de negros. Da parte de meu pai é mistura de índio com negro. Então, posso dizer que sou afro- descendente 75%”. Relata sobre sua vida e a de seus familiares que esta sempre foi

Muito difícil, porque você passou a ser meio que a renda da família nesse momento, o salário não era grande coisa e aí começou a complicado. Eu e meus irmãos que estavam desempregados na época, quando trabalhavam, ajudávamos mantendo suas famílias em outro estado, eles moravam em Minas, foi bastante difícil.¹⁴⁶

Em sua trajetória de trabalho recorda-se de um momento em que, na

Década de 90 tinha uma promoção prevista, e essa promoção não veio, era para outro departamento - eu fazia técnico em processamento de dados e não deram grandes explicações. Eu acredito que aí... Quando eu vi a montagem da equipe eu não vi nenhum afro-descendente nessa equipe.¹⁴⁷

Nos Estados Unidos, a porcentagem que o empregador paga de encargos sobre a folha de pagamentos é de 9,03%. Na Dinamarca, 11,6%; no vizinho Uruguai o custo é de 48,05%. Na rica Alemanha, 60%. O Brasil é o campeão mundial absoluto em encargos trabalhistas: 102,76%, mais do que o próprio salário.

O problema do Brasil nesse campo é que a lei trabalhista é uma lei única tanto para uma mega empresa, quanto para uma microempresa, e isso cria um

¹⁴⁵ Precarização das condições de trabalho diz respeito ao aumento do caráter precário das condições de trabalho, com a ampliação assalariado sem carteira e do trabalho independente (por conta própria). Esta precarização pode ser identificada pelo aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda fixa em tempo parcial, enfim pelo que se costuma chamar de “Bico”. Em geral, a precarização é identificada com a ausência de contribuição social e, portanto sem direito a aposentadoria.

¹⁴⁶ Entrevista concedida ao autor por Benedito Carlos no dia 04/09/2009.

¹⁴⁷ Idem.

problema porque são situações diferentes. A falta de flexibilidade das leis, a alta tributação ao se contratar um funcionário e a ineficácia do governo para punir empresas com profissionais sem registro em carteira são os principais fatores que estimulam a informalidade trabalhista no Brasil. Some-se a isso a inócua multa aplicada pelo Ministério do Trabalho a empresários que não têm empregados registrados.

De fato, o Brasil é o campeão dos encargos trabalhistas. Além disso, dispõem apenas de uns 15 mil fiscais (entre Ministério do Trabalho e Previdência) para fiscalizar a força de trabalho de pouco mais 82 milhões de pessoas.¹⁴⁸

Além disso, de acordo com estudo do economista Hélio Zylberstajn¹⁴⁹, da Universidade de São Paulo, contratar um funcionário hoje no Brasil significa para as empresas pagar o valor do salário e mais 102% em encargos trabalhistas. Para ele, se esses tributos fossem revertidos em remuneração, os trabalhadores brasileiros teriam um aumento de 42% em seus salários.

Para que esses benefícios existam para menos da metade dos trabalhadores, a maioria ficou fora. Na opinião do ex-ministro do Trabalho, Edward Amadeo, a legislação dividiu o Brasil em duas classes de trabalhadores: a dos que têm tudo e a dos que não têm nada. "É um mito dizer que a legislação protege, porque, na verdade, ela tem protegido cada vez menos os trabalhadores. Por quê? Porque cada vez menos trabalhadores conseguem ser absorvidos pelas empresas por contrato formal", afirma Amadeo.¹⁵⁰

A dificuldade de encontrar emprego tem levado milhões de pessoas para o mercado de trabalho informal. Isto quer dizer, trabalhar por conta própria, com amigos ou familiares, em suas próprias casas, nas casas dos clientes ou mesmo nas ruas. Fazem parte desse mercado, por exemplo, os bombeiros e eletricitas, os técnicos que consertam TV e máquina de lavar roupa, os sapateiros, as manicures que atendem em casa, os empalhadores de cadeira, os vendedores de cachorro-quente e pipoqueiros, feirantes e etc.

¹⁴⁸ ABRAMO, Laís e RANGEL, Marta, 2005, Caderno GRPE- Negociação Coletiva e Igualdade de Gênero na América Latina,

¹⁴⁹ ZYIBERSTASN, Hélio, 2006, Economista, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP (FEA-USP) e pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP (FIPE-USP), Zylberstajn é um dos maiores especialistas brasileiros no campo da empregabilidade."

¹⁵⁰ AMADEO, Edward- Trabalho Informal é problema social a ser combatido- seminário "2000 Cenários", promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan). (Inês Landeira/JC, InvestNews da Gazeta Mercantil)

Embora a pesquisa não faça distinção étnica, sabemos que o trabalhador afro descendentes historicamente deste o final do século XIX, após a abolição da escravidão ficou excluído do trabalho remunerado (formal) e ficou destinado aos trabalhadores afros descendentes o trabalho sem nenhuma remuneração, ou seja, que hoje conhecemos como trabalho informal.

Isto gerou no Brasil uma geração de afro descendentes, excluídos do sistema de trabalho formal organizado, levando a esta população a não ter nenhuma mobilidade social causando-lhes uma pobreza histórica, veja a tabela a seguir:

Proporção de pobres no Brasil segundo cor ou raça e ano.¹⁵¹

Ano	Total	Brancos	Negros	Pardos	Pretos
1995	39%	27%	55%	56%	48%
1996	39%	27%	54%	55%	49%
1997	39%	27%	54%	55%	48%
1998	38%	26%	52%	53%	46%
1999	39%	27%	54%	54%	50%

Conforme o IPEA, em análise a partir de dados tal como a renda, cor, etc.: a probabilidade de um indivíduo ser pobre é maior para a população afro-descendentes (negros: pardos ou pretos). Entre os quais 61 milhões de brancos e 48 milhões de negros existentes no país, a população de 16 anos ou mais, que por lei está habilitada a trabalhar, era de 109 milhões de pessoas, ainda de acordo com o PNAD de 1999, sendo que a população negra em idade economicamente ativa (45% da população total) é mais jovem que a do branco (43%). A tabela abaixo mostra a inserção no mercado de trabalho segundo a cor ou raça.

Tipo de Vínculo¹⁵²

	Total	Brancos	Negros	Pretos	Pardos
Fora do mercado	42%	47%	37%	43%	36%
Sem carteira	26%	21%	31%	33%	31%
Conta própria	32%	32%	32%	25%	33%

Segundo a PNAD, os trabalhadores por conta própria são difíceis de serem ordenado em relação aos trabalhadores de carteira assinada ou sem carteira, porque as pessoas trabalham por conta própria ou exerce outras atividades por opção, 47% dos brancos que trabalham com rendimento positivo têm empregos

¹⁵¹ Fonte: IBGE. PNAD, 1995-1999. Elaboração DISOC/IPEA.

¹⁵² Fonte: IBGE. PNAD, 1999. Elaboração DISOC/IPEA a partir dos micro-dados.

formais, este é o caso apenas para 37% dos afros descendentes. Neste quesito os trabalhadores, afros descendentes se encontram em situação menos favoráveis que os brancos. Neste sentido, os trabalhadores brancos em relação ao trabalho formal e informal estão em uma situação favorável no mundo do trabalho, pois 21% dos brancos são empregados sem carteira, enquanto 32% dos negros estão sem carteira.

O sistema educacional é constantemente influenciado por mudanças decorrentes dos objetivos sociais de cada país, e mesmo de acordo com cada região. Como fator de produção para uma economia mais competitiva, meio de acesso a melhores rendimentos no mercado de trabalho, e mobilidade social para a construção de uma nação ou ainda pela ótica da equidade de oportunidades com respeito aos direitos sociais básicos. A inserção do negro no mundo do trabalho passa uma reformulação no sistema de ensino de educação básica em nosso país. Mas, entendemos que não é só uma educação melhor conjugada que porá fim na discriminação racial nas relações e trabalho. É preciso sim acabar com a discriminação institucional direta¹⁵³ e discriminação indireta¹⁵⁴.

A luz desse quadro, sobre discriminação direta ou indireta, racismo na relação de trabalho, racismo institucional preconceito por ser mulher, ouçamos a fala dos entrevistados em relação de ser afro-descendentes no Brasil e na região do grande ABC.

afro-descendente “nossa origem é do povo africano. Agora, dentro dos parâmetros estabelecidos depois dos estudos que estão sendo desenvolvidos nessa área, na área da educação que dá um enfoque maior, a gente chega à conclusão de que, cada vez mais somos afro-descendentes e temos sim uma relação cultural, principalmente, --- uma relação cultural muito ligada ao povo africano.” (Celso Luis).¹⁵⁵

Já, tive sim. No começo, era iniciante. Logo de cara eu trabalhei em uma empresa alemã. Veja bem, eu negro, um afro-descendente, uma empresa tradicionalmente alemã, até a secretária, vice-presidente, a secretaria do presidente e vice-presidente eram de origem alemã, elas eram alemãs mesmo, não eram bilíngües, só falavam alemão mesmo. Nesse período, eu trabalhava em um setor de continuidade de serviço, os antigos (pontilhos) e eu sofria muito com relação a algumas pressões como “ah, esse cara não faz esse negócio direito”. Eu percebia que era uma diferença racial, realmente. Aquela coisa –

¹⁵³ Discriminação institucional direta: ações prescritas em nível organizacional ou da comunidade com impacto intencional diferencial e negativo em membros de um grupo subordinado. Por exemplo, práticas informais que redundam na segregação espacial de grupos minoritários que têm acesso a piores equipamentos sociais.

¹⁵⁴ Discriminação institucional indireta: ações prescritas no nível organizacional ou da comunidade sem intenção explícita de discriminar, mas com impacto intencional diferencial e negativo em membros de um grupo subordinado. Em outras palavras, quando as normas, procedimentos ou práticas de uma organização ou instituição não excluem ou favorecem explicitamente membros de um ou outro grupo em termos de cor, raça, etnia, sexo, religião etc., mas acabam favorecendo ou penalizando um determinado coletivo.

¹⁵⁵ Entrevista concedida ao autor Sr Celso Luis no dia 02/09/2009.

esse cara aí não sabe nada, esse aí é um negro qualquer. Esse tipo de coisa. Indiretamente, --- Eu, mesmo sendo um pouco ainda inexperiente, já sentia um pouco aquela indiferença.” (Celso Luis)¹⁵⁶

Era pior. Vamos pensar em duas situações: o trabalhador de chão de fábrica e o trabalhador que trabalha no setor administrativo. O chão de fábrica, você vai ver que a maioria ou pelo menos um percentual bem maior que esta no chão de fábrica é de afro-descendentes do que nas áreas administrativas, que são os escritórios, que são as áreas de estratégias. Então, você vai ter um percentual pequeno de afro-descendentes dentro da área administrativa. Você vai ter um maior percentual no chão de fábrica. Esse pessoal do chão de fábrica se houver uma pressão para corte, ele vai ser o maior prejudicado. --- Mesmo ele sendo um funcionário bom, exemplar... Na hora de colocar ele diante de outro funcionário de pele mais clara, ele vai entrar na desvantagem. E partindo para o setor administrativo, a situação ainda é pior, porque, a não ser que ele tenha uma posição estratégica dentro da empresa, seja muito forte no relacionamento, que ele seja um cara que realmente dá um retorno muito grande, tem que ser uma coisa excepcional, se não for uma coisa excepcional, com certeza, ele também vai correr o risco de entrar no percentual de pessoas que vão ficar desempregadas. (Celso Luis)¹⁵⁷

Existe racismo sim. Não tem como a gente negar que não existe racismo no Brasil. Existe o racismo da cor da pele, do preconceito e existe o racismo social. Hoje, eu falei lá atrás da zona de conforto, talvez os negros hoje, dentro da nossa sociedade, eles ainda vivem a zona de conforto, porque socialmente eles, financeiramente, eles conseguiram se dar melhor. Eles tiveram aí, no decorrer das suas vidas, dos seus antepassados, dos seus familiares anteriores deixaram algum bem e eles, de alguma forma conseguiram com que esses bens fossem crescendo. Então, (tiveram uma condição financeira melhor), aí a gente vai lá para o jogador de futebol, ganham algum dinheiro. Você vai falar lá de algum artista, ou música que canta, de um atleta de qualquer outra atividade esportiva que está bem financeiramente. Nesse momento, ele está em zona de conforto, porque ele pode dizer o seguinte: que os problemas raciais, hoje, são pequenos, são menores e não me afetam. Por quê? Porque o problema racial, também, vem ligado, muito diretamente ligado ao problema social. Aquela coisa de falar assim “se ele tem dinheiro, ele cabe dentro dos padrões, mesmo sendo negro”. Agora se ele não tem dinheiro e se ele é pobre, aí sim, o preconceito é muito maior. Então, existe o preconceito. Eu enxergo o preconceito. O preconceito tem que ser analisado dessa forma, tem que ser estudado dessa forma, porque, as questões financeiras, as questões sociais do homem... Eu não estou dizendo que a partir do momento que todo negro for rico, ele não vai sofrer racismo. Mas hoje, sofre menos pressão o cara que tem uma situação financeira maior. Não é? Porque ele pode dar a resposta, de forma mais alta, ele pode usar algum jogo de cintura com a situação financeira boa. (Celso Luis).¹⁵⁸

Por ser negro, na família há vários casos. Eu tenho um cunhado negro e deficiente. Essas duas coisas pesam na vida dele até hoje. Meu marido também sofre, mesmo trabalhando em empresa com nome, porte... Ele não fala, mas a gente percebe quando ele chega. Ser negro nesse Brasil, trabalhar, conquistar uma posição melhor, isso incomoda. As pessoas fazem de tudo para puxar seu tapete ou para você não subir de posição, essas coisas, isso a gente percebe. (Márcia Regina).¹⁵⁹

¹⁵⁶ Idem

¹⁵⁷ Idem

¹⁵⁸ Idem

¹⁵⁹ Entrevista concedida ao autor pela Sra. Márcia Regina no dia 02/09/2009.

Podemos constatar através das falas dos entrevistados que existe racismo, e eles argumenta ouçamos:

Lógico que tem, não assim, abertamente, mas tem. Através de mecanismos, um monte de coisas, mercado de trabalho, na Igreja, na rua, no olhar das pessoas, no restaurante, quando você vai... (Márcia Regina).¹⁶⁰

Eu já fui vítima de racismo quando eu fui procurar emprego, aqui perto da Papaiz. Foi aí que eu tomei consciência da minha negritude. Eu levei meu currículo, eu tinha datilografia, eu já tinha experiência no escritório, atender telefone... E o rapaz falou para mim e para minha mãe: “seu currículo é muito bom, mas nós não vamos pegar você, porque você é negra”. Eu falei para ele “mas, eu não sou negra, eu sou morena”. Ele falou “não, você tem todos os traços de família negra, seu cabelo por mais que seja encaracolado, você é negra”. Foi dali que eu saí com tanta raiva disso, porque eu estava querendo aquela vaga. Aí eu falei que a partir de hoje vou lutar contra essa sociedade que discrimina a gente, que é mulher enquanto negra. A partir daí que eu comecei a minha militância. (Márcia Regina).¹⁶¹

É desafiador. O Grande ABC por ser o berço do sindicalismo, de ter nascido o Partido dos Trabalhadores, essa consciência mais política de participação popular, a questão – ser negra – ela começou a ser colocada no sindicato, no partido. O pessoal ainda não se abriu para essa temática, é novo ainda. Muitos resistem à questão “não a gente que lutar pela classe”. Eles não percebem que tem o problema do racismo das pessoas. Então, é novo, O sindicato está colocando, os partidos ainda não estão totalmente abertos para essa discussão. (Márcia Regina)¹⁶²

No trabalho eu não me lembro, mas na faculdade eu tive. Teve uma época na Faculdade de Ciências Sociais que eu tive um problema serio pelo fato de eu ser afro-descendente. Foi uma coisa boba, mas realmente houve esse constrangimento envolvendo inclusive a faculdade (foram explicar para mim que iam tomar algumas medidas), enfim não tomaram, mas eu passei por esse processo na faculdade, não sei se posso falar o nome dela, mas... Foi a São Camilo. (Celso Luis)¹⁶³

Não é diferente, pelo contrário. Eu acho que os negros passam por um problema ainda mais difícil, eles são --- duas vezes: pela perda do emprego, pelo fato de ser negro, pelo racismo, pela discriminação que existe no Brasil e aqui no ABC. O negro, realmente passa por dois problemas difíceis, enfim, pelo fato de ser negro e pelo problema social que é a questão do emprego. (Celso Luis).¹⁶⁴

Também conheço vários casos relatados. Em certa ocasião eu estava às 9 horas da noite com duas colegas que tinham acabado de descer da condução, estávamos conversando e nisso passou um carro de polícia e viu a gente conversando na rua e vieram até a gente e mandaram a gente encostar e vieram “dar geral”, dizendo que tinha acontecido algum fato ali na vila e estávamos envolvidos. Isto gerou uma confusão, algumas pessoas depois que ouviram o barulho saíram para fora, criou-se um transtorno, inclusive a mãe de um dois dos colegas que estava conosco abriu um

¹⁶⁰ Idem

¹⁶¹ Idem

¹⁶² Idem

¹⁶³ Entrevista concedida ao autor pelo Sr Celso Luis no dia 02/09/2009.

¹⁶⁴ Idem

processo contra os policiais, mas no final, eram policiais brancos e o processo não deu em nada. (Domingos da Costa)¹⁶⁵

Essa situação, com relação ao afro-descendente eu vejo da seguinte maneira: Alguns cargos dentro da produção são restringidos a pessoas de cor clara. É difícil a gente encontrar gerenciadores negros, é difícil a gente encontrar supervisores negros, principalmente nas empresas de médio e grande porte a gente vê isso --- (Domingos da Costa)¹⁶⁶

Eu tenho uma opinião que é assim: As dificuldades para os negros são sempre maiores. Se você está dentro de qualquer setor, de qualquer área você tem que superar, estar sempre acima da média para conseguir reconhecimento, caso contrário, você é sempre memorizado, colocado como segunda classe. (Domingos da Costa)¹⁶⁷

Como foi uma coisa que aconteceu em grande proporção, eu tenho a consciência de que foi difícil politicamente --- não só para o afro-descendente, foi uma coisa generalizada. (Domingos da Costa)¹⁶⁸

Há até porque a gente está falando disso o tempo todo, --- a partir do momento que você chama um de macaco é racismo. Eu ensino as minhas filhas, porque eu casei com um branco, --- nem lá nem cá --- “você é pretinha igual a mamãe” para não existir na cabeça que você é meio isso ou meio aquilo. No registro você já é pardo, isso já é uma discriminação – que cor que (Sirlei Rodrigues)¹⁶⁹

Eu pessoalmente não vivi. Já vi casos, principalmente em condução, ônibus, eu peguei muito tempo trem, saia de Mauá e ia estudar em São Caetano. Até na hora de pagar, a pessoa, às vezes não tem --- A postura da gente também é importante, a gente não pode se sentir vítima de nada --- não é assim que funciona. (Sirlei Rodrigues)¹⁷⁰

¹⁶⁵ Entrevistas concedidas ao autor pelo Sr Domingos da Costa no dia 03/09/2009.

¹⁶⁶ Idem

¹⁶⁷ Idem

¹⁶⁸ Idem

¹⁶⁹ Idem

¹⁷⁰ Entrevista concedida ao autor pela Sirlei Rodrigues no dia 03/09/2009.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta contra o racismo no Brasil parte de um arcabouço legal, a Constituição Brasileira de 1988 que prevê que o racismo é crime inafiançável, com uma sanção estabelecida de 02 a 05 de reclusão.

Contudo neste início de 3º milênio as desigualdades e a discriminação racial persistem revelando-se o desrespeito à lei, estatisticamente demonstrada à agudez do racismo brasileiro.

Devemos todos lutar para que seja garantida a mudança da sociedade e o respeito às diferenças seja concretizado e as leis cumpridas como é o caso da convenção 111 da OIT sobre discriminação racial no mercado de trabalho.

Com os efeitos da globalização e do neoliberalismo, os índices de desempregos e desigualdade se acentuam de forma diretamente proporcional aos números da violência nas grandes metrópoles, o grande ABC paulista e como tal não se encontra fora desta realidade.

Majoritariamente têm como principal vítima os jovens negros/ afro-brasileiros residentes nas periferias onde, em função da falta de políticas sociais, empregos, educação, saúde, lazer, cultura... Encontra-se face a face, quotidianamente, com a criminalidade.

Não é só na juventude que encontramos essa problemática. Analisando como ponto de partida o *Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho*, estudo publicado recentemente, encontramos a denúncia desta situação pelos indicadores desfavoráveis aos trabalhadores negros. Comparados com o restante da população economicamente ativa, conforme visto ao longo deste trabalho, os negros/afro-brasileiros se iniciam prematuramente no mercado de trabalho e nele ficam mais tempo na qualidade de trabalhadores informais, ocupando postos secundários e com menores salários.

O desemprego também possui contornos raciais, pois mais da metade dos desempregados são negros / afro-brasileiros.

A questão racial pesa ainda mais para as mulheres, observando-se, entre outros indicadores, variações salariais para o mesmo cargo. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a discriminação continua igual,

inalterada até a década de 90, de acordo com Sérgio Besserman presidente desta entidade.

A sociedade no Brasil discrimina negros e pardos. Para a maior parte da população, todos são negros. Escureceu é discriminado, ou melhor, não embranqueceu é discriminado, o que desmonta as teorias que consideravam que eram negros somente aqueles que traziam na forte presença da melanina a prova da raça.

Relatório diz que 35,2% dos pretos e 33,6% dos pardos com mais de 25 anos eram analfabetos, contra 15,1% dos brancos em igual condição. Ainda entre os maiores de 25 anos, o percentual de pretos e pardos com pelo menos 9 anos de estudo era, respectivamente, 9,3% e 12,7%, Contra 26,7% dos brancos com o mesmo perfil. Em uma faixa de escolaridade maior, correspondente a 12 anos de estudos, a situação era ainda mais dramática: os pretos nessa posição eram apenas 1,7% os pardos 2,9% e os brancos 11,4%. A probabilidade de entrar na escola é de 85% para os brancos, contra 65% para os pretos e 66% para os pardos. A probabilidade de ingressar na segunda fase do ensino elementar, uma vez tendo entrado na escola, é de 55% para os brancos, frente a 40% para os pretos e 44% para os pardos. A probabilidade de um branco que completou o primeiro grau chegar ao segundo é de 57%, ao passo que a probabilidade de um negro fazer o mesmo cai, respectivamente, para 36% e 46%. Assim, não surpreende que o acesso à universidade fosse ainda mais restrito.

Somente 18% dos pretos e 23% dos pardos que completam o segundo grau têm probabilidade de chegar às universidades, frente a uma de 43% dos brancos com o mesmo perfil de escolaridade requerido para essa fase de formação.

De acordo com o núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), a probabilidade de um negro ser vigiado pela polícia e de ser condenado se for a julgamento, é maior do que a probabilidade de isso ocorrer com um branco. Segundo o Centro de documentação da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, 66,4% dos cariocas consideram que a política é mais rigorosa com os negros e para 95%, a justiça é mais rigorosa com os pobres, ou seja, neste item há quase um consenso.

Faz-se necessário acima de tudo, que se garanta a construção de políticas públicas para viabilizar esta luta que não é somente da população negro-afro-brasileira e sim de todo o povo que busca a democracia e a igualdade, para que

possamos definitivamente acabar com aquilo que denominamos a brasileira que além de tudo sutil na sua essência e faz apresentar para o mundo que o nosso país é o paraíso da democracia racial demonstrando a falsa imagem que camufla os limites das questões raciais.

A história da população afro-descendente pela sobrevivência vem muito antes da abolição da escravidão 1888. Desde a chegada dos africanos em forma de escravos se revela que a estadia deles fora do seu continente não seria fácil.

O nosso desafio se constitui em relatar um pouco desta situação em nosso país, sobretudo em nosso Estado de São Paulo e especificamente na região do grande ABC Paulista. Esta pesquisa mostra e confirma os dados que encontramos na sociedade brasileira.

Os negros representam 45% da população brasileira, mas correspondem a cerca de 64% da população pobre e 69% da população de extrema pobreza. Os brancos, por sua vez, são 54% da população total somente 36% dos pobres e 31% do extremamente pobre.

No que diz respeito ao grau de escolaridade, o analfabetismo e, portanto, a privação dessa característica elementar das oportunidades básicas do indivíduo, é significativamente maior entre os negros. Em nossa pesquisa ficou evidente que a luta pela sobrevivência de pessoas pobres, com pouca ou baixa escolaridade, dentro do projeto de reestruturação produtiva na região do grande ABC ficou mais difícil, obrigando o trabalhador a viver com o rebaixamento de suas remunerações, particularmente no mercado informal que é para onde acaba indo a população negra.

Romper o processo seletivo de uma sociedade preconceituosa, discriminadora não é fácil.

Na sociedade brasileira, o mito da democracia racial é utilizado de modo que a população afro-descendente não tivesse mobilidade social; e ainda é um argumento político ideológico com o único objetivo de manter-se o negro numa posição de submissão eterna; provocando desigualdade racial.

Uma sociedade que não atende o texto legal da constituição, que viola os direitos e as garantias fundamentais e os direitos e as garantias fundamentais e os direitos e deveres indivíduos e coletivos; uma democracia racial brasileira, que esconde com o silêncio velado seus preconceitos e discriminações.

A luz de tudo isso, a ideologia de um Brasil moderno sempre criou sérios problemas para a população afro-descendente. O progresso e o crescimento não comportam a visão do pobre, sobretudo do pobre e negro. Na grande maioria, a despeito desse discurso modernizante, a sociedade brasileira sempre conviveu com a pobreza e com a desigualdade, fazendo destas uma espécie de ponto de apoio de sua reprodução. O Brasil, desigual em sua essência, precisa dos pobres e da pobreza para a acumulação de riqueza.

Num país que vive da desigualdade, o negro, ao perder o lugar central no mundo do trabalho, não deixou de exercer um papel social como núcleo maior dos pobres, prestadores de serviços aos quais a classe média recorre ostensiva e sistematicamente e muitas vezes não percebe que contribui para aumentar as desigualdades.

À luz de tudo isso, ousar dizer que este trabalho está inacabado, está em movimento como a vida. Tenho caminhado em direção ao futuro, mas com os olhares fixos no passado. Mas, entendo que podemos contribuir para uma sociedade que consiga de fato construir a igualdade entre os homens não somente no âmbito da lei, mas também nas relações sociais. Podendo ainda extravasar o limite da análise entre os indivíduos que não consegue conviver com as diferenças, deixando de construir uma sociedade melhor e, que o presente sirva como baluarte de propagação de um futuro para além da cor da pele, e que possamos sair de vez da barbárie e construir de fato um mundo onde a democracia não seja apenas um instrumento de discurso, então poderemos dizer somos livres finalmente, somos livres!

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo: **Adeus ao Trabalho?** São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Os sentidos do Trabalho** – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho, São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **O avesso do trabalho.** São Paulo: Expressão popular, 2004.

ALTHUSSER, Lois. **Aparelhos Ideológicos de Estado.** Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ARENDT, Hannah: **O que é política?** São Paulo: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **As origens do totalitarismo, Anti-semitismo, instrumento de poder,** São Paulo: Documentário, 1979.

BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan (Orgs.). **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo.** São Paulo: Anhembi, 1955.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001.** Luta contra a Pobreza. Panorama Geral. Washington, D. C., 2001.

_____. **Informe Anual 1999.** Un mundo sin Pobreza. Washington, D. C., jan. 1999.

_____. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1999/2000.** No limiar do século XXI. Washington, D. C., jan. 2000.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Racismo no trabalho: o movimento sindical e o Estado.** In: Guimarães, Antonio Sérgio Alfredo e Huntley, Lynn. (Orgs.)

BERNARDO, Teresinha. **Memória em branco e negro** – Olhares sobre São Paulo. São Paulo: Unesp, 2007.

BOITO Jr, Armando: **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil** - São Paulo: Xamã, 1999.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia.** São Paulo: Brasiliense, 2000.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRUNELLI, Conceição Aparecida Garcia, **Gênero, Raça, Discriminação: O Tom da cor na direção da escola pública**, Dissertação de Mestrado, São Paulo: Metodista, 2007;

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Discriminação racial e pluralismo nas escolas públicas da cidade de São Paulo**. Educação anti-racista, caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03. Secretária de educação continuada, alfabetização e diversidade. Brasília: ministério da Educação continuada, alfabetização e diversidade, 2005, p. 65-104;

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: selo negro, 2000.

CARDOSO, Marcos. **Movimento Negro**. Belo Horizonte: Editora Mazza Edições Ltda., 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **O trabalho na América Latina Colonial**. São Paulo: ática, 1988.

CEERT. **Políticas de promoção da igualdade racial**. Exercitando a definição de conteúdos e metodologias. São Paulo: 2005.

COGGIOLA, Osvaldo. **Globalização e socialismo**. NET núcleo emancipação do trabalho, São Paulo: Xamã, 1997.

_____. **Novas tecnologias-Crítica da atual reestruturação produtiva**. São Paulo: Xamã, 1995.

CONRAD, Robert Edgar. Tumbeiros: **O tráfico escravista para o Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.

DAVIS, Darien J. **Afro-Brasileiros hoje**. São Paulo: Selo Negro, 1999;

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classe**. São Paulo: Ática, 3ª edição, 1978- O negro no mundo dos brancos. São Paulo difusão;

FRANÇA, Sonia Aparecida Moreira. **Diferença e preconceito: a efetividade da norma.** In: Aquino, Julio Groppa (org.). *Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e praticas.* São Paulo: Summus, 1998, p.203.215.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: no limar de uma nova era.** (Vol. 1) São Paulo: Ática, 1978.

_____. **A integração do negro na sociedade de classes: no limar de uma nova era.** (Vol. 2) São Paulo: Dominus Editora – Editora da Universidade de São Paulo, 1965.

_____. **O mito revelado.** Folha de São Paulo, 08 de junho de 1980.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afro descendente identidade em construção.** São Paulo: Educ Fapesp, 2004;

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata.** São Paulo, Kairós, 1983.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** S. Paulo, Fondo de Cultura, 1964.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder,** Globo, 1997.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e relações raciais, refletindo sobre algumas estratégias de atuação.** In: Munanga, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola.* Brasília: ministério da educação, secretaria de educação continuada alfabetização e diversidade, 2º edição revisada, 2005, p.143-204.

GRAMSCI, A. Maquiavel: **a política e o Estado Moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. **A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações.** In: *Caminhos Cruzados: Estratégias de Empresas e Trajetórias de Trabalhadores.* Tese de Livre-Docência em Sociologia do Trabalho, cap. 1, pp. 3-47. USP. São Paulo, 2002.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. **Por uma sociologia do desemprego:** contextos sociais, construções normativas e experiências subjetivas. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, ANPOCS, vol.17, n.50, outubro, pp. 103-122. 2002.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes raças e democracia.** São Paulo: Editora 34 Ltda. 2002.

HASENBALG, Carlos, **Discriminação e desigualdade raciais no Brasil.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural no pós- modernidade,** tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro: Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. **Da Diáspora Identidades e Mediações Culturais,** Belo Horizonte: Humanitas, 2006.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 1990,** Rio de Janeiro: IPEA, 2001, raça e gênero no sistema de ensino: os limites das políticas universalistas na educação, Brasília: UNESCO, 2002; ONU – conferencia mundial contra racismo discriminação racial xenofobia e intolerância correlata. Durban, África do Sul, 31 de agosto a 08 de setembro de 2001.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos.** São Paulo: Cia das Letras, 1995.

IMBRIZI, Jaqueline Maria, **A Formação do Indivíduo no Capitalismo Tardio,** São Paulo: Hucitec, 2005.

JOSÉ da Conceição, Jefferson: **Quando o apito da Fábrica Silencia –** ABCDMAIOR, 2008.

JOAQUIM, Maria Salete. **Construção da identidade negra.** São Paulo: Educ/Fapesp, 2001.

KOWARICK, Lucio. **Capitalismo e Marginalidade na América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

KHOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em História.** São Paulo: Editora ática, 2006;

MANDEL, Ernest. **O Significado da Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **A Crise do Capital**. São Paulo: Ensaio. 1990.

MARX, Karl. **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultura, 1987.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa –Omega.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo**. São Paulo: SENAC. 2001.

MOURA, Clóvis. **As Injustiças de Clio: O Negro na Historiografia Brasileira**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. **Rebeliões da Senzala**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

_____. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MOREL, Mário. **Lula o início**. Rio de Janeiro: Nova Franteira, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **As facetas de um racismo silenciado**. In: Schwarcz, Lilia Moritz e Queiróz, Renato da Silva. (Orgs.) *Raça e diversidade*. São Paulo: Edusp; Estação Ciência: Edusp, 1996.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

_____. **História do Negro no Brasil**, volume I, ministério da Cultura, Fundação cultural Palmares, 2004.

_____. **Superando o Racismo na Escola**. 2º edição revisada, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. In: Santiago, Silviano. (Org.) *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2000.

NASCIMENTO, Abdias e NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Reflexões sobre o Movimento Negro no Brasil, 1938-1997**. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo e HUNTLEY, Lynn. (Orgs.) *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

NASCIMENTO, Abdias do. (Org.) **O Negro revoltado**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.

NORONHA, Eduardo. Informal, ilegal e injusto: **percepções do mercado de trabalho no Brasil**. Comunicação apresentada ao XXV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 16-20 de outubro, 20 pp. 2001.

NUNES, José Luís Feijó. **A Reforma da Educação Pública Paulista dos anos 90**. O discurso oficial e a ação prática do governo estadual para programar a política do Banco mundial. Dissertação de Mestrado, PUC, São Paulo, 2005.

PAIXÃO, Marcelo J.P. **Desenvolvimento humano e relações raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PRADO JR. Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1976.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do “ser negro”**: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/FAPESP; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SANTOS, Hélio. **Uma avaliação do combate às desigualdades raciais no Brasil**. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo e HUNTLEY, Lynn. (Orgs.) *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 2000, pp. 53-74.

_____. **A busca de um caminho para o Brasil**, A trilha do círculo vicioso, Senac, 2003.

SANTOS, Milton. **Técnica espaço Tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994;

SANTOS, Joel Rufino dos **O que é racismo**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1994;

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano – São Paulo e pobreza (1890-1915)**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2008;

SADER, Emir, **A transição no Brasil, Da ditadura à democracia**, São Paulo: Atual, 1994.

SISS, Ahyas, **Afro-Brasileiros, Cotas e Ação Afirmativas**: Razões Históricas, Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SKIDMORE, Thomas E. **O Brasil veste de fora**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

_____. Preto no Branco: **Raça e racionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1976.

_____. **Brasil: De Getúlio a Castelo**, São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

SOUZA, Neusa santos. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

THEODORO, Mário, **As políticas públicas e a desigualdades raciais no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

WEST, Cornel. **Questão de raça**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994;

FONTES DOCUMENTAIS

Mapa da população negra no mercado de trabalho – regiões metropolitanas de São Paulo, Salvador, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre e distrito Federal- outubro de 1999 – instituto sindical interamericana pela igualdade racial. (INSPIR);

Instituto ETHOS- a) empresas e responsabilidade social – o compromisso das empresas com a promoção da igualdade racial;

b) IBOPE – Perfil social, racial e de gênero dos 500 maiores empresas do Brasil e suas ações; afirmativas – Pesquisa 2005;

OIT (Organização internacional do trabalho) – manual de capacitação e informação sobre gênero, raça, pobreza e emprego;

Dados do IBGE-1999 Sobre a Desigualdade entre Brancos e Negros no Mercado de Trabalho.

Dados do DIEESE-1995 a 1999 Sobre a Desigualdade Salarial entre Negros e Brancos.

ENTREVISTAS

Nomes dos entrevistados:

- Benedito Carlos Amâncio da Silva
- Gilson,
- Márcia Regina Damasceno Silveira
- Celso Luis da Silva
- Selma Aparecida da Silva
- Oscar
- Domingos da Costa Campos Junior
- Sirlei Rodrigues

ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE A SITUAÇÃO DO NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO NO ABC PAULISTA.

1. Qual o seu nome, sua idade, estado civil e profissão?
2. Grau de instrução?
3. Sua origem?

4. Há quanto tempo você reside no ABCD Paulista?
5. Você se considera afro-descendente? Justifique qualquer uma das respostas.
6. Você se lembra dos anos de 1990? Que lembrança lhe vem à mente? Lembra-se de algo bom e de algo ruim?
- 6.1. Qual era sua situação no mercado de trabalho neste período no ABCD Paulista?
7. Na sua casa quantas pessoas estavam desempregadas nesta época?
8. Como foi a sua vida e de seus familiares neste momento?
9. Você conhece algum caso de pessoas, amigos seus que tiveram que aceitar trabalho em situações precárias para se manter no mercado de trabalho? Conte um pouco sobre isto.
10. Você acha que já teve algum problema no trabalho por ser negro (ou afro-descendente)? Se sim relate algum caso que explicito isto.
11. Você acha que os anos 90 do século XX foram bons ou ruins para os trabalhadores em geral no grande ABCD
- 11.1. Você acha que esta situação era diferente para a população afro-descendente? Ou não? Explique para mim como você vê isto.
- 11.2. Você acha que existe racismo no Brasil?
12. Você já foi vítima de racismo na região do ABCD Paulista, ou mesmo, conhece algum caso que possa nos relatar?
13. Você participou ou participa de algum movimento social como sindicato, movimento negro, movimento religioso, de moradia ou de partido político?
14. Qual é a sua opinião sobre ser negro na região do ABCD Paulista?
15. Em sua opinião o fato de você ter ficado desempregado durante a década de 90, foi pelo fato de ser afro-descendente ou teve a ver apenas com a crise econômica do período?
16. Você se recorda do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso? O que você se lembra?